



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEDC - CAMPUS XI
MESTRADO PROFISSIONAL EM INTERVENÇÃO EDUCATIVA E
SOCIAL - MPIES**

JANIELI LOPES FERREIRA

**GRÊMIO ESTUDANTIL NA GESTÃO DEMOCRÁTICA:
PROPOSIÇÕES COM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO**

Serrinha-BA
2022

JANIELI LOPES FERREIRA

**GRÊMIO ESTUDANTIL NA GESTÃO DEMOCRÁTICA:
PROPOSIÇÕES COM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social da Universidade do Estado da Bahia, no âmbito da Linha de Pesquisa Novos Contextos de Aprendizagem, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Intervenção Educativa e Social.

Área de Concentração: Educação, Sociedade e Intervenção.

Orientador(a): Prof.^a Doutora Selma Barros Daltro de Castro.

Serrinha-BA
2022

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Maria Claudete Marques Barbosa Estrelâ CRB
5/806

F375 Ferreira, Janieli Lopes

Grêmio estudantil na gestão democrática: proposições com estudantes do ensino médio./ Janieli Lopes Ferreira. Serrinha, 2022.
167fls.: il.;

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Selma Barros Daltro de Castro.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós Graduação em Intervenção Educativa e Social - MPIES, Campus XI. 2022.

1. Movimentos Estudantis. 2. Associações estudantes - Organização e Administração. I. Castro, Selma Daltro de Castro. II. Universidade do Estado da Bahia.

CDD 322.4

FOLHA DE APROVAÇÃO
GRÊMIO ESTUDANTIL NA GESTÃO DEMOCRÁTICA: PROPOSIÇÕES COM
ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

JANIELI LOPES FERREIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em INTERVENÇÃO EDUCATIVA E SOCIAL – MPIES, em 02 de dezembro de 2022, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Intervenção Educativa e Social pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:

Professora Dra. SELMA BARROS DALTRO DE CASTRO
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal da Bahia

Selma Barros Daltro de Castro

Professora Dra. MARCIA TORRES NERI SOARES
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Doutorado em Educação
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Marcia Torres Neri Soares

Professor Dr. FABRÍCIO OLIVEIRA DA SILVA
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
Doutorado em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia

Fabrice

AGRADECIMENTOS

“Nenhuma realização é isolada, ou é devida exclusivamente ao seu autor nominal.”

(Lück, 2009)

A Deus, por me dar forças em meio ao cansaço e por me permitir a conclusão de mais um ciclo em minha vida.

À minha mãe Mirian, por ser o motivo da minha força, por sempre me colocar em suas orações e por compreender as minhas ausências, mesmo estando presente. Todas as minhas conquistas são fruto de suas orações. Te amo!

Às minhas amigas Raimunda Pereira e Dailza Araújo, por todo apoio e incentivo desde o processo de seleção do mestrado até a colaboração na intervenção proposta nesta pesquisa. Muito Obrigada!

À minha amiga Rute Araújo, companheira dos momentos que foram necessários desacelerar para que eu pudesse me reequilibrar e seguir com a escrita da dissertação.

Às minhas colegas que se tornaram amigas da turma 03, Elisângela Marques, Gêisa Cunha, Rosa Maria, Juliana Leite e Mônica Rodrigues por tornarem a caminhada mais leve.

À equipe gestora da instituição colaboradora, pela flexibilidade para que eu pudesse participar das atividades acadêmicas do mestrado e por todo apoio e incentivo para a realização da pesquisa.

Aos(às) estudantes da escola, de modo especial, àqueles(as) que se disponibilizaram em participar da pesquisa até o final, por me incentivarem e me apoiarem todas as vezes que o cansaço batia. Sem vocês, nada disso teria sido possível. Gratidão!

A Claudinei Brito, líder do Território de Identidade do Sisal e Presidente do Grêmio do Colégio Estadual Wilson Lins por ter aceitado o convite para compartilhar suas experiências durante um dos encontros realizados com os(as) estudantes colaboradores(as) da pesquisa.

Aos(às) professores(as) do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social por colaborarem de modo significativo com a minha formação acadêmica e profissional.

À minha querida orientadora professora Dra. Selma Barros Daltro de Castro. Ela é meu maior incentivo, é quem me enxerga com lentes de aumento e me lança os maiores desafios na certeza de que eu darei conta. Minha trajetória acadêmica tem muito do seu apoio e incentivo.

Aqui não haveria espaço suficiente para expressar toda a minha gratidão. Obrigada por tudo e por tanto!

Ao Programa de Bolsas de Pesquisas - PROGEPESQ/UNEB pela experiência de atuar como bolsista de pós-graduação.

À banca de Qualificação e Defesa, pelas considerações necessárias para o enriquecimento da pesquisa.

E, por fim, a todos(as) que de alguma maneira me incentivaram e contribuíram com a minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional.

O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.

Guimarães Rosa

RESUMO

Esta pesquisa problematizou o grêmio estudantil (GE), através da seguinte questão: como o GE pode se estabelecer enquanto instância para o desenvolvimento da participação estudantil e fortalecimento da gestão democrática, a partir da perspectiva de estudantes do Ensino Médio de uma escola pública do Território de Identidade do Sisal (TIS)? O objetivo geral foi: analisar o GE e sua constituição enquanto instância para o desenvolvimento da participação estudantil e fortalecimento da gestão democrática, com vistas à construção de um *e-book* que subsidie a criação e implementação de GE, a partir da perspectiva de estudantes do Ensino Médio de uma Escola pública do Território de Identidade do Sisal. Os objetivos específicos foram: 1) discutir o GE como instância máxima e legítima de participação dos(das) estudantes no ambiente escolar e sua relação com a gestão democrática e participativa; 2) discutir sobre participação estudantil e suas implicações para/com o GE; 3) realizar ateliês formativos com estudantes de uma escola pública do Ensino Médio sobre aspectos teórico-metodológicos do GE; 4) construir com os(as) estudantes um *e-book* que subsidie a criação e implementação do GE em escolas do (TIS)-Bahia. O embasamento teórico contou com autores como: Bordenave (2002), Ciseski e Romão (2012), Cury (2002), Demo (1996), Ferretti; Zibas e Tartuci (2004), Gadotti e Romão (2012), Gadotti (2012), Lück (2009, 2013), Libâneo; Oliveira e Toschi (2012), entre outros. Pesquisa aprovada no Comitê de Ética da UNEB, Parecer nº. 5.080.746, teve como opção metodológica a abordagem qualitativa, com inspiração na pesquisa de intervenção colaborativa (PEREIRA, 2019). As estratégias para a produção e levantamento de informações foram: a) intervenção educativa, realizada por meio dos Ateliês Formativos com os(as) estudantes do Ensino Médio, registros das gravações das falas dos(das) estudantes e nos formulários construídos no *Google Forms*; b) análise de documentos que apresentam indícios de participação estudantil na escola e documentos que versam sobre o GE no site institucional da Secretaria de Educação do Estado da Bahia. O *locus* foi uma escola pública de Ensino Médio, situada no TIS, Bahia, e os(as) colaboradores(as), doze (12) estudantes matriculados(as) no 1º ao 3º ano. Como produto final, foi construído colaborativamente com os(as) estudantes o *e-book* intitulado “Grêmio estudantil: juventude em ação”, contendo orientações sobre concepções e processos para a criação de GE em Escolas Públicas Estaduais de Ensino Médio da Bahia. A obra, que possui registro de ISBN (International Standard Book Number), está publicizada no site do MPIES e perspectiva contribuir para que os(as) jovens estudantes criem os GE nas suas respectivas escolas, especialmente no TIS. Os resultados revelaram: a) as possibilidades de contribuição do GE na promoção do modelo de gestão democrática na escola, por meio do reconhecimento de que estudantes jovens também são protagonistas do fazer educativo; b) pouco conhecimento dos(das) estudantes acerca do que é um GE e seu funcionamento; c) necessidade da escola promover espaços formativos com os(as) estudantes como possibilidade de despertar o interesse para composição do GE.

PALAVRAS-CHAVE: Grêmio Estudantil. Gestão democrática. Intervenção colaborativa. Participação estudantil.

ABSTRACT

This research inquired the Student Union (SU) from the question: How can the SU establish itself as a way to develop student participation and strengthening of a democratic management, from the perspective of high school students of a public school in the TIS (Sisal Identity Territory)? Our main goal is: analyze the SU and its constitution as a way to develop student participation and strengthening of a democratic management, viewing to build an e-book, which subsidizes the creation and implementation of a SU, from the perspective of high school students of a public school in the Sisal Identity Territory. The specific goals are: 1) discuss the SU as a maximum and legitimate instance of students on a school environment and their involvement with a democratic and participatory management; 2) discuss the participation of students and its implications to/with the SU; 3) hold training workshops with high school students about the aspects of the theoretical-methodological of the SU; 4) build, with the students, an e-book that subsidizes the creation and implementation of the SU in TIS-Bahia schools. Our theoretical basis includes authors such as: Bordenave (2002), Ciseski and Romão (2012), Cury (2002), Demo (1996), Ferretti; Zibas and Tartuci (2004), Gadotti and Romão (2012), Gadotti (2012), Lück (2009, 2013), Libâneo; Oliveira and Toschi (2012), among others. Research approved by the Ethics committee of UNEB, Intent nº 5,080,746, makes use of a qualitative research as the methodological approach, inspired by a collaborative intervention research (PEREIRA, 2019). The chosen strategies for the production and information collection were: a) educational intervention, carried out through Training Workshops with high school students, recordings of the students' speeches and forms made using Google Forms; b) analysis of documents that present evidence of student participation in the school and documents that deal with the SU on the institutional website of the Secretary of Education of the State of Bahia. The locus was the public high school, located in TIS, Bahia and the collaborators, twelve (12) students enrolled on the 1st and 3rd year. As a final product, an e-book entitled "Student Union: Youth in Action "was built collaboratively with the students, containing guidelines on the concepts and processes involved in the creation of a SU in Public High Schools of Bahia. The work, which has an ISBN record, is published on the MPIES website and aims to help young students create a SU on their respective schools, especially in TIS area. The results revealed were: a) the possibilities of contribution with the SU in the promotion of a model of democratic management in the school, through recognizing that young students are also protagonists of the educational system; b) lack of knowledge of the students about what a SU is and how it works; c) need for the school to promote training spaces with students as a possibility to arouse interest in the composition of the EG.

KEYWORDS: Student Union. Democratic management. Collaborative intervention. Student participation.

ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEE - Conselho Estadual de Educação
CF - Constituição Federal
CP - Coordenador/a pedagógico/a
DA - Diretório Acadêmico
DEDC - Departamento de Educação
EJA - Educação de Jovens e Adultos
ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio
FAPESB - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
GE - Grêmio Estudantil
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP - Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Anísio Teixeira
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ME - Movimento Estudantil
MP - Mestrado Profissional
MPIES - Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social
NTE - Núcleo Territorial de Educação
PARFOR- Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PEE - Plano Estadual de Educação
PIBID - Programa de Iniciação à docência
PNE - Plano Nacional de Educação
PPP - Projeto Político Pedagógico
REDA - Regime de Direito Administrativo
SAEB- Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEC/Ba - Secretaria de Educação do Estado da Bahia
SIGEDUC - Sistema Integrado de Gestão da Educação
TALE - Termo de Assentimento do Menor
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIS - Território de Identidade do Sisal
UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UE- Unidade Escolar
UNEB - Universidade do Estado da Bahia

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01- Participantes de grupos de jovens e outros	37
Gráfico 02 – Colaboradores(as) que já participaram de um GE	37
Gráfico 03- Apresentação dos resultados do IDEB 2019	45
Gráfico 04 – Colaboradores(as) que já ouviram falar sobre gestão democrática	62
Gráfico 05- Legislação e gestão democrática na escola a partir da concepção dos(as) colaboradores(as)	70
Gráfico 06- Aspectos adversos à implementação e/ou atuação efetiva do GE na escola	75
Gráfico 07- Desafios que fazem parte da natureza de formação do GE na escola	76
Gráfico 08- Alternativas importantes para que os(as) estudantes possam despertar para a criação de GE na escola	77
Gráfico 09 - Conhecimento dos(das) colaboradores(as) acerca do Regimento Escolar	87
Gráfico 10- Possibilidades de participação e representação estudantis	88
Gráfico 11- Espaços de participação estudantil e o papel da escola em possibilitar o conhecimento acerca desse espaços	89
Gráfico 12- Colaboradores(as) que já ouviram falar sobre o GE	91
Gráfico 13- Colaboradores(as) que conhecem as etapas de criação do GE	91
Gráfico 14- Colaboradores(as) que se sentem preparados para a criação de um GE	95
Gráfico 15- Incentivo das escolas para que os(as) estudantes conheçam o que é um GE	98
Gráfico 16- Resultado da votação para a escolha do título do <i>e-book</i>	105

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Mapa do Território de Identidade do Sisal	40
Figura 02 - Cartaz de divulgação do Ateliê Formativo virtual 01	46
Figura 03 - Ateliê Formativo virtual 01	48
Figura 04 - Avaliação do Ateliê Formativo virtual 01	49
Figura 05 - Encontro presencial com os(as) colaboradores(as) da pesquisa	50
Figura 06 - Cartaz de divulgação do Ateliê Formativo virtual 02	51
Figura 07 - Exposição dialogada	52
Figura 08- Resultado do mural colaborativo <i>Padlet</i>	53
Figura 09 - Avaliação do Ateliê Formativo virtual 02	54
Figura 10 - Cartaz de divulgação do Ateliê Formativo virtual 03	55
Figura 11- Ateliê Formativo virtual 03	55
Figura 12 - Avaliação do Ateliê Formativo virtual 03	56
Figura 13 - Cartaz de divulgação do Ateliê Formativo presencial 04	57
Figura 14 - Ateliê Formativo presencial 04	57
Figura 15 - Ateliê Formativo presencial 04	57
Figura 16 - Ateliê Formativo presencial 04	58
Figura 17- Avaliação do Ateliê Formativo presencial 04	59
Figura 18 - Resposta sobre as etapas de criação de um GE	92
Figuras 19 - Resposta sobre as etapas de criação de um GE	92
Figuras 20- Conhecimento acerca dos documentos necessários à criação de um GE	93
Figura 21- Encontro de sistematização e socialização da produção colaborativa	104
Figura 22 - Encontro de sistematização e socialização da produção colaborativa	104
Figura 23- Capa do E-book	105
Figura 24- Contra capa do E-book	105
Figura 25- Ilustração do E-book	106
Figura 26- Ficha Catalográfica	107
Figura 27- Sumário	108

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Estado do conhecimento Programas de Mestrado em Educação	21
Quadro 02 - Estado do conhecimento Programas de Mestrado Profissional em Educação	26
Quadro 03 - Caracterização dos(as) colaboradores(as)	35
Quadro 04 - Informações sobre gênero, cor/raça e atuação como líder	36
Quadro 05 - Quantitativo de estudantes matriculados(as) na Sede	41
Quadro 06 - Quantitativo de estudantes matriculados(as) na EJA-Sede	41
Quadro 07 - Infraestrutura da escola	42

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 IMPLICAÇÃO COM O OBJETO DE ESTUDO.....	17
1.2 SITUANDO O OBJETO DE ESTUDO NO CONTEXTO DAS PESQUISAS.....	21
2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	28
2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS(DAS) PARTICIPANTES DA PESQUISA	33
2.2 O CONTEXTO DA PESQUISA	39
2.3 OS ATELIÊS FORMATIVOS: FAZENDO E REFAZENDO COLETIVAMENTE A INTERVENÇÃO EDUCATIVA COM FOCO NO GRÊMIO ESTUDANTIL E SEUS(SUAS) COLABORADORES(AS).....	45
3. GRÊMIO ESTUDANTIL, GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: RELAÇÕES DE APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS NO CONTEXTO DA PESQUISA.....	60
4. PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL, INTERFACES COM A ESCOLA E O GRÊMIO ESTUDANTIL.....	79
5. O PRODUTO COLABORATIVO, SUA TRAJETÓRIA, SUJEITOS E PERSPECTIVAS: UM EBOOK SOBRE GRÊMIO ESTUDANTIL.....	102
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	116
APÊNDICE A.....	122
APÊNDICE B.....	138
APÊNDICE C.....	142
APÊNDICE D.....	145
APÊNDICE E.....	147
APÊNDICE F	149
APÊNDICE G.....	150
APÊNDICE H.....	152
APÊNDICE I.....	154
APÊNDICE J.....	157
APÊNDICE K.....	160
ANEXO A	162

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se constitui como problematizadora às discussões sobre o grêmio estudantil (GE), a partir da seguinte questão: como o GE pode se estabelecer enquanto instância para o desenvolvimento da participação estudantil e do fortalecimento da gestão democrática, a partir da perspectiva de estudantes do Ensino Médio de uma Escola pública do Território de Identidade do Sisal (TIS)?

O trabalho foi delineado tomando como referência o objetivo geral: analisar o grêmio estudantil (GE) e sua constituição enquanto instância para o desenvolvimento da participação estudantil e fortalecimento da gestão democrática, com vistas à construção de um e-book que subsidie a criação e implementação de GE, a partir da perspectiva de estudantes do Ensino Médio de uma Escola pública do Território de Identidade do Sisal, e os objetivos específicos: 1) discutir o GE como instância máxima e legítima de participação dos(das) estudantes no ambiente escolar e sua relação com a gestão democrática e participativa; 2) discutir sobre participação estudantil e suas implicações para /com o GE; 3) realizar ateliês formativos com estudantes de uma escola do Ensino Médio sobre aspectos teórico-metodológicos do GE; 4) construir com os(as) estudantes um *e-book* que subsidie a criação e implementação do GE escolas no Território do Sisal-Bahia.

Está organizado em seis (06) seções e inicia-se com esta seção de introdução, apresentando a temática, a problematização, os objetivos e, situando-o no contexto das pesquisas. Posteriormente, apresenta as opções teórico-metodológicas da pesquisa, com informações sobre espaços, colaboradores, instrumentos e procedimentos para coleta e análise de dados. A seção seguinte discute, utilizando informações teóricas e empíricas, o grêmio estudantil como instância máxima e legítima de participação dos(das) estudantes no ambiente escolar e sua relação com a gestão democrática e participativa. Dando continuidade, a próxima seção situa, de forma inicial, o conceito e aspectos históricos acerca de participação, participação estudantil, bem como as interfaces que se estabelecem com o universo escolar e o GE.

Na sequência, apresenta a proposição do produto como resultado desta pesquisa, contributo social e educativo, construído colaborativamente, o que é uma importante alternativa de fortalecimento da natureza do programa de mestrado profissional e permite a articulação entre a instituição de ensino superior e a escola básica, bem como pesquisa científica e contexto

de trabalho. Finaliza com as considerações finais, sistematizando as aprendizagens produzidas e apontando outras possibilidades investigativas em pesquisas de intervenção.

A escola constitui-se como um espaço de promoção do diálogo, cuja mobilização de esforços para que os(as) estudantes e toda a comunidade escolar se percebam integrantes do processo educacional e desenvolvam o sentido de pertença à medida que possam vislumbrar possibilidades de participação em todas as dimensões da dinâmica escolar é fator indispensável para a oferta de uma educação de qualidade.

Para assegurar que esse diálogo seja efetivado na prática, é necessário ouvir os anseios e as expectativas dos(das) jovens e adolescentes que integram a escola, tendo como foco a implementação de ações coletivas, pois essa é também uma alternativa possível para tornar a escola um espaço mais democrático e participativo. Por meio do grêmio estudantil (GE), é possível ressignificá-la de forma contextualizada com os reais interesses desses(as) estudantes, os(as) quais precisam ocupar o lugar de protagonistas dessas ações coletivas, inerentes à rotina escolar.

Ao considerar que essa necessidade está estritamente relacionada às inúmeras demandas contemporâneas, às quais as escolas precisam dar conta de respondê-las para cumprir o seu papel de instância formativa e democrática, os GEs constituem-se como um importante mecanismo de participação estudantil no ambiente escolar. Sua relevância está não só em oportunizar a representatividade dos(das) estudantes, mas em contribuir para/com o fortalecimento da gestão democrática, além de ser um caminho que possivelmente pode ajudar a escola a manter-se como um espaço atrativo para os(as) jovens e adolescentes da sociedade atual, pois seus interesses podem ser desdobrados em ações coletivas no ambiente escolar.

Todavia, é importante ressaltar que apesar da garantia de formação de GE estabelecida pela Lei do Grêmio Livre (Lei nº 7398/85), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96, a qual assegura que as instituições públicas de Educação Básica devem ser administradas pautando-se nos princípios da gestão democrática, com a participação da comunidade escolar, o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014 – 2024 meta nº 19 – gestão democrática, em cuja estratégia nº 19.4 propõe a constituição e fortalecimento dos GE em todas as redes de Educação Básica (Lei nº 13.005/14), evidencia-se que a criação dessas instâncias ainda carece de mobilização para que os(as) estudantes conheçam com maior afinco aspectos concernentes à criação e o funcionamento de um GE e, conseqüentemente, engajem-se na criação autônoma e atuação efetiva desses espaços de participação da juventude nas instituições de Educação Básica.

Em consonância com o Plano Nacional de Educação, o Plano Estadual de Educação da

Bahia (PEE), Lei nº. 13.559, de 11 de maio de 2016 traz, dentre outras estratégias de alcance a meta de regulamentação da gestão democrática, o incentivo à constituição e o fortalecimento dos GE, assegurando os espaços e condições adequadas de funcionamento em todas as redes de Educação Básica do Estado, fomentando também essa articulação com os colegiados e conselhos escolares, através de seus representantes.

A Normativa 01/2017 Estadual, de 25 de março de 2017 também estabelece normas, procedimentos e cronograma para a realização das eleições para a escolha de líder e vice-líder de classe, no âmbito de cada sala de aula das unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino, do Estado da Bahia. No entanto, essa participação necessita ser fortalecida a partir do desenvolvimento de ações formativas para que o(a) estudante compreenda as dimensões da participação e representatividade estudantil no âmbito das instituições escolares da Educação Básica, uma vez que é uma alternativa que converge para o rompimento das eleições apenas como uma forma de compor as exigências da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC-BA), cuja consequência é reduzir aquilo que seria uma escolha representativa e democrática, muitas vezes, à indicação da gestão.

Embora a eleição de líderes e vice-líderes de classes e a implementação e/ou atuação dos GE sejam ações institucionais legais incentivadas pela SEC-BA e essas ações se constituam como um importante mecanismo de fortalecimento da participação e representatividade estudantil, além de potencializar a gestão democrática na Educação Básica, não se pode negar que há inúmeros desafios para a atuação e/ou implementação dessa instância em muitas instituições escolares do Território de Identidade do Sisal (TIS).

Dentre os desafios relacionados à implementação do grêmio estudantil, pode-se destacar a falta de conhecimento sobre o papel e a importância dessa instância dentro da comunidade escolar, a ausência de mobilização para que esses(as) estudantes conheçam com maior propriedade o que é o GE e, conseqüentemente, se engajem para compor essas instâncias colegiadas através de ações articuladas, por meio da compreensão acerca de seu papel, o que é possível através das ações formativas destinadas para tal finalidade.

Essa afirmação emerge por meio dos dados empíricos, cujos resultados revelaram que dos(das) doze (12) colaboradores(as) da pesquisa, oito (08) afirmaram nunca ter ouvido falar do GE, além disso destacaram ao longo dos Ateliês Formativos a necessidade de mobilização para que os(as) estudantes possam compreender o que é um GE e sintam-se engajados(as) para a criação autônoma dessa instância de representatividade.

Cabe destacar que ao realizar um levantamento acerca da quantidade de GE ativos nas escolas do estado da Bahia, não foi possível encontrar um banco de dados que fornecesse essas

informações específicas, contudo em contato *in locus* com o Núcleo Territorial de Educação - (NTE 04) na época de realização da pesquisa foi possível obter a informação de que no Território de Identidade do Sisal há apenas três (03) GE ativos em todo o Território, estes situados nas escolas do município de Valente-Bahia. Isso implica no questionamento sobre até que ponto tem ocorrido de fato essa mobilização para a criação dessa instância nas escolas.

Portanto, é notória a necessidade de concentrar esforços em iniciativas de ações formativas que tenham a finalidade de formar lideranças estudantis para a implementação e atuação efetiva do GE, pois é, certamente, uma alternativa para assegurar que “a gestão do ensino público seja exercida de forma democrática, garantindo-se a representação de todos os segmentos envolvidos na ação educativa, na concepção, execução, controle e avaliação dos processos administrativos e pedagógicos (BAHIA,1989, art.249, p. 105)”, o que é, também, uma alternativa que viabiliza o desenvolvimento da participação e representatividade dos(das) estudantes das escolas do Território.

1.1 IMPLICAÇÃO COM O OBJETO DE ESTUDO

A temática que articula gestão escolar, grêmio e participação estudantil tem atravessado a minha formação, isto porque ao ingressar no Curso de Licenciatura em Pedagogia da UNEB, *Campus XI*, vivenciei experiências no Movimento Estudantil (ME), mais especificamente atuando como membro do Diretório Acadêmico (DA) de Pedagogia no ano de 2014. Também, morei na Residência Universitária dos Estudantes de Serrinha (RUES) no período de 2011 a 2016, um importante espaço de luta e construção da representatividade estudantil.

Em 2014, atuei como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência-PIBID/Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). As experiências desenvolvidas durante a atuação, enquanto bolsista, além de contribuir para reafirmar o compromisso com a Educação Básica, possibilitaram ampliar o meu olhar em relação aos aspectos relacionados à formação e atuação profissional, visto que permitiram compreender a necessidade de redefinir algumas concepções e práticas desenvolvidas no cotidiano das instituições escolares. Esses aspectos foram importantes para o exercício profissional futuro, pois a articulação entre a teoria e a prática potencializada pelo PIBID contribuiu de forma significativa para uma formação acadêmica mais contextualizada. Isto, certamente educa o nosso olhar enquanto pesquisador (a) para identificar questões passíveis de

intervenção no nosso contexto de atuação profissional, pois trata-se de uma formação mediada pela própria ação de pesquisa.

Iniciei minha trajetória profissional no Magistério, atuando como professora da Educação Infantil, entretanto, no ano de 2019 fui empossada após realizar concurso para o provimento de vagas na carreira do magistério público do Ensino Fundamental e do Ensino Médio do Estado da Bahia, sendo designada para atuar como coordenadora pedagógica (CP) em uma escola de Ensino Médio no Território de Identidade do Sisal.

Ao ocupar o cargo de CP, identifiquei a necessidade de (re) pensar os espaços de escutas aos anseios e expectativas dos(das) jovens estudantes do Ensino Médio, ouvindo-os(as) e engajando-os(as) no desenvolvimento de ações educativas contextualizadas com os seus interesses, por compreender que este é um caminho que certamente contribuirá para o aprofundamento da minha compreensão, enquanto profissional da educação, acerca das percepções desses(as) jovens, no que tange às distâncias e aproximações entre suas expectativas e experiências vivenciadas na escola pública, com vistas a ressignificá-la enquanto espaço de possibilidades de construções coletivas em prol da materialização de objetivos comuns e mais contextualizados com os interesses desses(as) estudantes que compõem a escola.

A pesquisa emergiu durante a minha trajetória de atuação como coordenadora pedagógica, mais especificamente, ao ingressar como membro do Colegiado Escolar através da Portaria N° 528, 10 de maio de 2019 que aprova as diretrizes para o processo de eleição e o funcionamento do Colegiado Escolar para o Biênio 2019/2021. Especificamente nesse processo eleitoral, a representatividade dos(das) estudantes se deu através de escolha feita pela gestão escolar, o que gerou inquietações que reafirmaram o interesse pelo objeto de estudo em questão.

A participação dos(das) estudantes no cotidiano das escolas do Estado da Bahia deve ocorrer também por meio da eleição para a escolha de líderes de classes, a qual foi instituída através da Normativa 01/2017, de 25 de março de 2017. Ao acompanhar o processo de eleição para a escolha dos(as) líderes na escola *locus* da pesquisa no ano de 2019, foi notório que os(as) estudantes não compreendiam a importância de seu papel nessa atuação enquanto líder de classe. Em algumas turmas foi comum a resistência para a composição de chapas no processo eleitoral, reverberando na composição de chapa única como alternativa apenas de cumprir com a exigência de realização das eleições por parte da SEC-Bahia.

Na minha curta trajetória profissional, foi possível perceber a necessidade de promover ações formativas para que os(as) estudantes possam conhecer com maior propriedade os espaços de participação e representatividade dentro do contexto escolar, a fim de que essa participação possa ocorrer de maneira mais efetiva e consciente. Através do meu ingresso no

Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES), da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, *Campus XI*, Serrinha-Bahia (UNEB, DEDC-*Campus XI*) no semestre de 2021.1, surgiu, como possibilidade interventiva, a formação dos(das) estudantes para a compreensão da importância da representatividade estudantil e, conseqüentemente, a mobilização para a ocupação de espaços de representatividade.

A representatividade dos(das) estudantes perpassa pela necessidade de compreender a importância de seu papel nos espaços de participação no âmbito escolar. Por isso, faz-se necessário que as escolas não só viabilizem esses tempos e espaços de participação, mas, sobretudo, promovam a oferta de momentos formativos para que os(as) estudantes compreendam como ocupar tais espaços de representatividade atuando, assim, nas ações coletivas, participando efetivamente de todas as ações que perpassam pelos processos administrativos e pedagógicos das instituições escolares.

Atuar como líder de classe, membro do Colegiado Escolar, integrante do GE ou qualquer outra instância que permite a participação dos(das) estudantes no ambiente escolar, constitui-se não só como uma possibilidade de participação nos processos decisórios, mas também como uma oportunidade de escuta ativa por parte da escola, com vistas a compreender e aproximar-se das aspirações desses(as) jovens estudantes.

Dentro desta perspectiva, a partir da minha participação como membro do Colegiado Escolar emergiu a percepção de que é necessário empreender esforços para ressignificar a participação dos(das) estudantes, tendo em vista a concretização de uma representatividade mais efetiva no cotidiano escolar, pois essa é uma possibilidade de ampliação do diálogo, de combate às práticas autoritárias, do estabelecimento de vínculos e integração entre a escola e a comunidade, convergindo para a contextualização de um projeto de educação focado no(a) estudante como cidadão(ã) participante do processo de construção coletiva e dialogada.

Promover e incentivar os espaços de participação na escola é também uma alternativa em direção a uma proposta de gestão democrática, além de possibilitar aos(às) estudantes o engajamento em ações coletivas. O GE constitui-se como um importante mecanismo de participação dos(as) estudantes no ambiente escolar, cuja mobilização faz parte da ação da coordenação pedagógica que pode atuar na formação dos(as) estudantes para que estes(as) compreendam as dimensões e os espaços onde se dão essa participação, tendo em vista a concretização de uma política educacional que, de fato, fortaleça a gestão democrática no âmbito das instituições de ensino do Território de Identidade do Sisal.

O trabalho da coordenação pedagógica envolve várias dimensões, dentre elas destacam-se a articulação entre todos os segmentos que compõem as instituições escolares. Essa

articulação faz parte da própria natureza do trabalho do(a) coordenador(a) pedagógico(a) e configura-se como condição indispensável no que concerne ao estabelecimento de uma dinâmica favorável aos processos de construção coletiva de um projeto de educação contextualizado com as reais necessidades dos(das) estudantes. Isso justifica, com efeito, o desenvolvimento dessa proposta de caráter interventivo assentada em uma realidade educativa, historicamente situada no TIS, com vistas ao incentivo e a mobilização de ações que visam potencializar a gestão democrática e a participação dos(das) estudantes do Ensino Médio.

O Estatuto do Magistério dos Servidores do Estado da Bahia, em seu Artigo 8º, Inciso XIX traz como uma das atribuições da coordenação pedagógica, o estímulo e o apoio à Associação de Pais, de grêmios estudantis e outras que contribuam para o desenvolvimento e a qualidade da educação, o que podemos ratificar, ainda, a importância do estudo aqui proposto, sobretudo, por estar em consonância com as atribuições do(da) CP, no âmbito das instituições de Educação Básica do Estado da Bahia.

Para além da articulação com o trabalho do(a) CP, a análise da conjuntura atual em articulação com uma breve retrospectiva do contexto histórico marcado por estratégias de cerceamento da liberdade de expressão, mais especificamente quando se retoma o contexto da Ditadura Militar e as estratégias de enfrentamentos consolidadas na décadas de 70 pelos movimentos de contestação apoiados pelos mais variados setores sociais organizados, como os movimentos comunitários, os movimentos artísticos e culturais, o movimento estudantil dentre outras formas de organizações sociais combativas a todas as formas de repressão e silenciamento, o estudo ganha relevância no contexto social e acadêmico, sobretudo por se fundamentar numa proposta de construção e/ou fortalecimento dos espaços de participação democrática no contexto escolar, participação esta que pode ser ressignificada pelos(as) próprios(as) estudantes para o contexto social mais amplo.

É importante demarcar, que este estudo potencializa uma maior articulação entre a universidade e a Educação Básica, constituindo-se como um mecanismo de valorização desta última, enquanto espaço de produção teórica, especialmente em um contexto fortemente marcado pelo descrédito às pesquisas realizadas nesse nível de ensino que, por vezes, funciona como um importante *locus* de produção do conhecimento científico, mas às vezes, percebe-se a necessidade de um maior retorno social para esses contextos que se constituem como parceiros nessa dinâmica de construção de conhecimento teórico-prático.

1.2 SITUANDO O OBJETO DE ESTUDO NO CONTEXTO DAS PESQUISAS

Com o intuito de situar o objeto de estudo, foi realizado um levantamento das pesquisas publicadas no banco de dados de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) nos últimos cinco anos. Para a categorização desses trabalhos, utilizou-se os seguintes critérios: a) Programas de Mestrado em educação com avaliação interdisciplinar; b) área de Ciências Humanas; c) o uso conjunto dos descritores grêmios estudantis, gestão democrática e participação estudantil, respectivamente.

Foi encontrado um total de noventa e dois (92) programas e um mil cento e cinquenta (1150) dissertações. Desse total, foram analisados os trabalhos que apresentaram: a) o descritor que constitui o objeto de estudo, isto é, o grêmio estudantil e os trabalhos que apresentaram, no mínimo, dois (02) dos descritores utilizados no critério de categorização nas palavras-chave; b) trabalhos que apresentassem no título a relação com o GE, participação estudantil e gestão democrática.

Para uma melhor visualização, foi elaborado o quadro contendo o tipo de trabalho, o ano, o título, o autor, a universidade, o programa, bem como o objetivo geral e as palavras-chave. Foram encontradas nove (09) dissertações de mestrado, das quais, duas(02) foram publicadas no ano de 2017, uma (01) em 2018 e quatro (04) em 2020. Por fim, dois (02) trabalhos publicados em 2021, conforme aponta o quadro:

QUADRO 01- Estado do conhecimento Programas de Mestrado em Educação

Tipo de Trabalho/A no de Publicação	Título	Autor	Universidade	Programa	Objetivo Geral	Palavras-Chave

Dissertação (2017)	Protagonismo Juvenil e as perspectivas do Grêmio Estudantil nas escolas estaduais paulistas	Ricardo Gavioli de Oliveira	Universidade Federal de São Carlos	Programa de Mestrado em Educação	Entender o processo de regulamentação dos Grêmios Estudantis e refletir sobre a participação política e o protagonismo juvenil nas escolas, investigamos, a partir da perspectiva de alunos e gestores, as ações de normatização desenvolvidas pela diretoria de ensino da região de São Carlos no período de 2013 a 2015.	Grêmio Estudantil; Gestão Democrática; Protagonismo Juvenil.
Dissertação (2017)	O protagonismo do grêmio estudantil na gestão democrática do DF: estudo em um centro de ensino médio a partir da lei n 4.751/2012	Robson José Ribeiro dos Santos	Universidade Católica de Brasília	Programa de Mestrado em Educação	Identificar os limites e possibilidades da participação do Grêmio Estudantil na gestão da escola nos aspectos pedagógico, administrativo e financeiro, a partir da lei distrital n. 4.751, de 7 de fevereiro de 2012, que estabeleceu a normatização para a efetivação da gestão democrática nas escolas públicas do DF.	Grêmio Estudantil; Lei Distrital n.4.751/2012; Gestão Democrática; Participação.
Dissertação (2018)	Grêmio Estudantil do Cefet-Mg: um estudo sobre o protagonismo juvenil e a promoção da	Michelle Meneguini Nascimento	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	Programa de Mestrado em Educação Tecnológica	Compreender o protagonismo juvenil a partir das experiências e atividades realizadas	Juventudes; Protagonismo; Grêmio Estudantil; Gênero E Raça.

	igualdade de gênero e raça				pelos(as) estudantes do GE Arnaldo Rocha do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais Cefet-MG, campus I e II, em especial a gestão Ousar Lutar, ano 2016/2017.	
Dissertação (2020)	Grêmio Estudantil: quais sentidos na atualidade?	Luciana de Souza Menezes	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Programa de Pós-Graduação em educação da Universidad e Do Estado Do Rio De Janeiro/Prop ed-UERJ	Analisar os sentidos que pode assumir o Grêmio Estudantil diante das diversas formas de movimentos juvenis que estão emergindo na atualidade.	Participação política juvenil. Juventude. Grêmio Estudantil. Democracia na escola.
Dissertação (2020)	Participação estudantil na gestão escolar: contexto, limites e perspectivas	Indiara Silva de Freitas	Universidade Estadual de Feira de Santana	Programa de Mestrado em Educação	Analisar a participação estudantil nos processos de gestão de uma escola de ensino médio, em Feira de Santana-Ba, evidenciando os mecanismos de participação utilizados.	Políticas Públicas. Participação Estudantil. Gestão Democrática. Protagonismo Juvenil.
Dissertação (2020)	O papel formativo dos Grêmios Estudantis nas escolas municipais de Santos/SP	Solange Fideles da Silva	Universidade Católica de Santos	Programa de Mestrado em Educação	Compreender os processos e os condicionantes da formação dos sujeitos, pela atividade gremista.	Grêmio Estudantil. Formação de sujeitos. Participação. Democratização da educação. Alternativa.
Dissertação (2020)	Grêmio Estudantil na escola pública: entre a participação e a solidariedade	Plinio Xavier de Figueirôa	Universidade Federal Rural de Pernambuco	Programa de Mestrado em Educação, Culturas e Identidades	Analisar a participação de estudantes através do Grêmio Estudantil	Grêmio Estudantil; Participação estudantil; Escola democrática

	caritativa (Agreste de Pernambuco, 2018-2020)					
Dissertação (2021)	Grêmios Estudantis e o movimento dos secundaristas: um estudo de caso nas escolas santistas	Marcia Regina Ferreira	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Programa de Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade	Conhecer as práticas dos alunos gremistas nas escolas da rede estadual de São Paulo no município de Santos no Período de 1980 A 2018	Grêmio Estudantil; Movimento estudantil; Gestão Democrática; Ocupação escolar; Protagonismo juvenil.
Dissertação (2021)	A participação do Grêmio Estudantil na gestão da escola pública no contexto das políticas educacionais neoliberais	Alan da Silva Marques	Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho (Marília)	Programa de Mestrado em Educação	Compreender a atual situação dos Grêmios Estudantis, frente às políticas educacionais de natureza neoliberais	Gestão Democrática. Grêmio Estudantil. Participação

Fonte: Elaboração Própria da autora, a partir de dados dos últimos cinco anos Plataforma Capes (2017-2021).

O estudo de Meneguim (2018) focou nas ações do grêmio em articulação com o trabalho voltado para às temáticas de gênero e raça e os significados atribuídos pelos(as) jovens a essa participação enquanto mecanismo de formação subjetiva e social, cujos resultados diferenciam-se, pois revelaram que os espaços coletivos a exemplo do GE proporcionam o exercício do protagonismo juvenil mediado pela autonomia de propor discussões relacionadas às suas vivências pessoais e, em articulação com o espaço educativo podem favorecer a formação humana desses (as) jovens. Já os resultados das demais pesquisas apresentadas anteriormente, de modo geral, apontam para a pouca efetividade dos GE no que concerne à formação política. O desenvolvimento do protagonismo juvenil e a participação nos processos de decisões coletivas e democráticas são, por vezes, limitadas tanto pelos órgãos internos como a gestão escolar quanto pelos órgãos externos a exemplo das Secretarias Municipais e Estaduais de educação.

Essa influência, por parte dos órgãos internos e externos, é perceptível mais destacadamente nos resultados apontados por Menezes (2020) cujos dados revelaram que as relações estabelecidas entre o GE e as esferas de poder tanto na escola, quanto na Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro denotam uma tentativa de subordinação que demonstra a ausência de estratégias de ambas as instituições para deliberações coletivas e de iniciativa estudantil autônomas. Ferreira (2021), também, revelou a postura autoritária do governo do

Estado de São Paulo no que concerne à falta de espaços de participação da comunidade escolar na gestão e destacou que o Estado tem como prática tutelar o GE através de uma extensa agenda de ações impostas pela Secretaria de Educação que acaba desmotivando os(as) estudantes a participarem dessa instância de representatividade.

Outro resultado merecedor de destaque são os apontados por Marques (2021) o qual concluiu que as políticas neoliberais inibem e precarizam a participação dos(das) estudantes, tanto nos GE, como na gestão escolar. Ao considerar que a construção do projeto político de educação está situado no contexto dessas políticas neoliberais cuja prática é forjar uma participação a partir da tutela dos órgãos superiores, com vistas à manutenção das relações de poder através da formação de estudantes passivos(as). Isto ratifica a importância do desenvolvimento de pesquisas que vão de encontro a todas essas políticas de cerceamento do direito à participação estudantil nos processos administrativos e pedagógicos das instituições escolares.

As pesquisas apresentadas, de modo geral, também, se relacionam à temática dos grêmios estudantis, gestão democrática, protagonismo juvenil e/ou participação da juventude. No entanto é importante destacar que não foram encontrados trabalhos publicados no banco de dados da CAPES com temáticas relacionadas à participação estudantil alinhado às ações da coordenação pedagógica enquanto mobilizadora e incentivadora da construção dos espaços e tempos de participação dos(das) estudantes no contexto escolar com vistas ao fortalecimento da gestão democrática a partir da formação de lideranças estudantis para a composição dos GE. Isso, de certa forma, configura-se como uma especificidade que ratifica a relevância da pesquisa em questão.

É possível destacar que além dos resultados apontarem para a necessidade de romper com os entraves que limitam a participação no interior das escolas, o diferencial desta pesquisa está em propor um tipo de intervenção inspirada na pesquisa colaborativa pautada no princípio da construção de um produto com os(as) estudantes e não somente para os(as) estudantes. Isto configura-se também como fortalecimento da participação estudantil potencializada pela própria ação de fazer a pesquisa.

Também, categorizou-se os Programas de Mestrado Profissional em Educação, cujos resultados apontaram um quantitativo de quinhentos e trinta (530) dissertações. Desse quantitativo de dissertações, usou-se o mesmo critério de considerar os trabalhos que apresentaram o descritor que constitui o objeto de estudo, além dos trabalhos que apresentaram, no mínimo, dois (02) dos descritores utilizados nas palavras-chave ou que apresentassem no

título a relação com o GE, participação estudantil e gestão democrática. Foram analisados um total de cinco (05) trabalhos, conforme quadro:

QUADRO 02- Estado do conhecimento Programas de Mestrado Profissional em Educação

Tipo de Trabalho/ Ano de Publicação	Título	Autor	Universidade	Programa	Objetivo Geral	Palavras-Chave
Dissertação (2017)	A constituição de Grêmios Estudantis nas escolas estaduais de ensino médio de minas gerais e seu lugar na gestão democrática	Andrea Botelho de Abreu	Universidade Federal de Juiz de Fora	Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública	Identificar entraves à constituição do grêmio estudantil, enquanto espaço de participação da juventude no cotidiano das escolas e de fortalecimento da gestão democrática, no contexto da Política de Fomento à Participação Estudantil da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais	Grêmio Estudantil; Juventude; Participação; Gestão Democrática
Dissertação (2018)	Gestão democrática e participação das juventudes	Éricka Aparecida Vilas Bôas	Universidade Federal de Juiz de Fora	Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública	Analisar como acontece a participação das juventudes na Escola, considerando o viés da gestão democrática e participativa, focada no protagonismo juvenil.	Gestão democrática; Participação das juventudes; Protagonism o Juvenil; Grêmio Estudantil.
Dissertação (2019)	A atuação do Grêmio Estudantil na gestão democrática	Márcio Oliveira de Andrade	Universidade de Pernambuco	Programa de Mestrado Profissional em Educação	Analisar a construção do grêmio estudantil na gestão democrática na escola pública e a limitada participação dos estudantes na instância de decisão que representam os estudantes na escola	Participação; Grêmio Estudantil; Gestão Democrática

Dissertação (2021)	Grêmio Estudantil: uma possibilidade para o protagonismo juvenil	Cynthia da Rocha Azevedo	Universidade Cidade de São Paulo	Programa de Mestrado Profissional em Formação de Gestores Educacionais	Identificar a percepção de ex-integrantes de um grêmio estudantil de uma escola técnica estadual da capital de São Paulo acerca desse espaço de atuação, enquanto possibilidade de desenvolvimento para o protagonismo juvenil	Protagonismo juvenil; Grêmio Estudantil; Participação
Dissertação (2021)	(Res)significação do papel do grêmio estudantil e a sua contribuição para o protagonismo juvenil no IFPI	Talyta Maria Coelho de Deus Lima	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica	Investigar como o grêmio estudantil pode contribuir para o protagonismo juvenil dos alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal do Piauí.	Educação; Educação Profissional e Tecnológica; Grêmio Estudantil; Organização estudantil; Protagonismo juvenil.

Fonte: Elaboração própria da autora, a partir de dados dos últimos cinco anos plataforma CAPES (2017-2021).

Uma análise das produções situadas no contexto dos Programas de Mestrado Profissional (MP) sugere, a partir dos resultados apontados, como produto, a implementação de ações formativas e de incentivo/fomento à participação e ao protagonismo juvenil. Já a pesquisa proposta aponta como produto a construção de um *e-book* com orientações para a criação de grêmios estudantis em escolas estaduais do Ensino Médio, na Bahia, que nasce a partir de uma intervenção de caráter formativo voltado para essa juventude que se insere também como protagonista no/do processo de construção colaborativa do produto resultante da investigação.

2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A presente pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética, conforme parecer de número 5.080.746 (Anexo A) e foi desenvolvida numa abordagem de cunho qualitativo, pois as relações que resultam das interações entre os sujeitos e o seu contexto social podem ser melhor compreendidas à luz desse tipo de abordagem, a qual foca nos aspectos qualitativos dessa interação e não nos dados meramente quantificáveis.

Como ressalta, Minayo (2009) as pesquisas que envolvem o universo da produção humana, isto é, as relações entre os sujeitos e seus contextos, suas crenças, valores representações sociais e subjetividades, são fatores que se constituem enquanto fenômenos, os quais dificilmente podem ser traduzidos através de dados numéricos.

Depreende-se que a pesquisa qualitativa nos estudos em educação é importante, pois, considera os sujeitos enquanto atores sociais capazes de compartilhar experiências pessoais e profissionais que atribuem novos sentidos à ação de pesquisar, à medida que valoriza-se os sujeitos e suas formas de se relacionar com o contexto social no qual estão inseridos. Importa afirmar que a escolha, por esse tipo de abordagem, justifica-se por se tratar de uma pesquisa que envolve as subjetividades e percepções dos(das) estudantes de Ensino Médio, jovens e suas relações assentadas no contexto escolar, enquanto fenômenos que não podem ser simplesmente quantificados, mas compreendidos, questionados, analisados, interpretados.

Optou-se também pela pesquisa de intervenção em educação, pois conforme as contribuições de Pereira (2019), esse tipo de pesquisa pode ser compreendida como um conjunto de metodologia de investigação que intervém na educação a partir de uma perspectiva multirreferencial com vistas à construção de conhecimentos científicos implicados, em parceria com os coletivos sociais e as condições objetivas e subjetivas, as quais estão imersas, cuja intencionalidade é a transformação crítica dessas condições, tendo em vista o alcance da emancipação social, o que dialoga também com o tipo de abordagem qualitativa.

Para atingir os objetivos e responder à questão proposta, a pesquisa tem inspiração numa proposta metodológica de investigação do tipo intervenção colaborativa, visto que se trata de uma pesquisa que propõe uma intervenção no *locus* investigado. Situa-se no âmbito de um Programa de Mestrado Profissional e, portanto, compreende-se o seu caráter interventivo com vistas à construção de um produto final, gerado a partir de um projeto de intervenção, construído de forma contextualizada com as demandas emergentes do *locus* da investigação e do fenômeno educativo estudado, a saber o grêmio estudantil e as interfaces da juventude e gestão escolar.

A pesquisa vincula-se ao contexto profissional da pesquisadora, um dos principais requisitos dos Programas de Mestrados Profissionais, mais destacadamente, o MPIES, cuja proposta de intervenção:

[...] se compromete a propor ações que teoricamente problematizem o contexto do fenômeno estudado e apresentem uma ação prática colaborativa e refletida com e para os sujeitos envolvidos no processo de pesquisa. Não é apenas uma ação imediata, mas, uma ação-reflexão que tem um impacto sobre a sustentabilidade educacional e social dos contextos sob investigação (CASTRO e SOARES, 2021, p.06, tradução nossa).

A partir do que pontuam as autoras, a ação colaborativa subsidia a intervenção, pois tem como premissa que a construção do conhecimento aconteça de forma horizontal, ou seja, constrói-se pautando-se no pensar com os(as) estudantes e, não no pensar para os(as) estudantes, uma vez que estes(as) se constituem enquanto participantes de um processo de construção /reconstrução que se dá através da colaboração de todos(as) os(as) envolvidos(as), exigência *sine qua non* das propostas de intervenção oriundas das pesquisas desenvolvidas no MPIES.

Sobre essa discussão, Ibiapina (2016) acrescenta que investigar a partir dos princípios da perspectiva colaborativa de construção de saberes, consiste na implicação não só do(a) pesquisador(a), mas, sobretudo, dos(das) protagonistas com os(as) quais a investigação é pensada. Sejam pais, administradores(as), professores(as), famílias ou estudantes, estes(as) precisam estar implicados em projetos comuns de produção de conhecimentos que se dão em espaços e tempos de reflexão crítica e de compreensão das ações e teorias que fundamentam as ações educativas tendo como foco uma educação mais justa e igualitária.

Por fim, os processos colaborativos dão sentido não só a pesquisa, mas a ação de pesquisar, pois de acordo com Bandeira (2016) investigar de maneira colaborativa é também um processo auto formativo, em que a pesquisa e a formação dialogam sem sobreposição uma a outra, ou seja, a ação mediada pela reflexão crítica nos possibilita a compreensão do que fazemos, como o fazemos e porque o fazemos. Isto implica em reconhecer o movimento de auto formação pela pesquisa.

Assim, a inspiração da pesquisa justifica-se por fundamentar-se na ação de intervenção traduzida no desenvolvimento dos denominados Ateliês Formativos com os(as) estudantes jovens do Ensino Médio de uma escola estadual, situada em um município da Bahia, explicitado mais a seguir, e a ação colaborativa perpassou pelos processos de: escuta, de realização da intervenção e da construção do produto final. Os(as) estudantes foram partícipes fundamentais trazendo contributos através de dúvidas, sugestões, experiências, socialização de aprendizagens

construídas, entre outros aspectos que foram considerados para o enriquecimento do trabalho. Isso contempla um dos princípios fundamentais da ação colaborativa que é a busca pela implicação dos(das) participantes a partir do pensar a pesquisa com eles(as) e não somente para eles(as).

A escolha cuidadosa dos instrumentos para coletar informações também se faz necessária e, para tanto, inicialmente, foi realizada a análise dos seguintes documentos:¹

Lei Estadual nº 11.043 de 09 de maio de 2008 que trata dos princípios norteadores para implantação do colegiado escolar no estado da Bahia como Política Pública no fortalecimento da participação de toda a comunidade escolar;

Regimento Escolar das Unidades Integrantes do Sistema Público Estadual de Ensino aprovado pela Portaria nº 5.872, de 15 de julho de 2011;

Instrução Normativa 01/2017 que regulamenta a eleição de líderes e vice-líderes de classe no Estado da Bahia;

Portaria Nº 831/2021 de 23 de abril de 2021 que dispõe sobre a eleição para líder e vice-líder escolar, líder e vice-líder de município e, por fim, líder e vice-líder de Núcleo Territorial de Educação (NTE);

Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição, contexto da pesquisa.

A análise documental, conforme apontam Lüdke e André (2013), embora seja pouco explorada nas pesquisas em educação, constitui-se como uma técnica importante para os estudos de abordagem qualitativa, pois complementa as informações obtidas através de outras técnicas de coleta de informações e também revela novos aspectos de um tema ou problema de pesquisa. Assim, o objetivo da análise documental foi identificar os indícios de participação e representatividade estudantil registrados na legislação baiana e no PPP da escola.

Também buscou-se analisar documentos¹ que versam sobre o grêmio estudantil no acervo de documentos disponíveis no site da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC-Bahia), tais como: documentos orientadores sobre GE e registros do quantitativo de GE por escolas no Estado e no Território de Identidade do Sisal, contudo cabe destacar a escassez de tais documentos e normativas que versam sobre GE no âmbito das escolas de Educação Básica do Estado da Bahia, além da ausência de base de dados para acesso ao quantitativo de GE ativos

¹ No site da SEC-Bahia está disponível um documento com as etapas de criação do GE, um documento com as leis que amparam a criação do GE, um modelo de regimento e um modelo de estatuto do GE. Contudo, ressalta-se a necessidade de materiais mais sistematizados para que os(as) estudantes compreendam o que é um GE, sua importância e, principalmente, como atuar nessa instância de representatividade no chão da escola.

no contexto das Escolas Estaduais e, mais especificamente, do Território de Identidade do Sisal².

Utilizou-se também como dispositivo de coleta de informações a própria ação de intervenção apresentada detalhadamente (Apêndice A) e denominada de ATELIÊS DE FORMAÇÃO JUVENIL: PERSPECTIVAS E AÇÕES PARA A CRIAÇÃO DO GE, cujo objetivo foi promover formação para que os(as) estudantes compreendessem quais são os espaços de participação e representatividade estudantil no cotidiano escolar e a importância do seu papel na ocupação desses espaços.

Os ateliês formativos se inspiram na proposição dos ateliês biográficos de projeto de Mombeger (2006) por terem uma intencionalidade altamente formativa através de encontros com temáticas a serem abordadas com vistas a potencializar uma transformação, no entanto o foco não foi especificamente a biografia dos(das) colaboradores(as), mas a maneira como compartilham suas experiências no que tange à escola como espaço de participação estudantil. Importa destacar que a escolha dos Ateliês Formativos deu-se, pois, além da possibilidade de trabalhar com temáticas formativas pré-definidas estes dão a ideia de continuidade, de um fazimento contínuo, que possibilita retornar, em momentos seguintes, alguns pontos de diálogo e contato permanente com os (as) colaboradores(as) da pesquisa, dada a necessidade de construção colaborativa do produto final resultante da ação interventiva.

Foram realizados um total de quatro (04) Ateliês Formativos, sendo que três (03) foram destinados à construção de diálogos com os(as) estudantes, visando identificar seus conhecimentos, expectativas sobre os temas, bem como, sua formação teórico-metodológica sobre as temáticas apresentadas, perfazendo uma carga horária de duas (02) horas a cada encontro. Destaca-se que, os Ateliês foram realizados através da plataforma Google Meet¹ excetuando o 4º Ateliê que foi realizado a partir de dois (02) encontros presenciais e destinados à construção colaborativa do produto da pesquisa. O primeiro Ateliê, embora tenha sido realizado de forma virtual, também desdobrou-se em um encontro presencial em virtude da necessidade de um contato mais próximo com os(as) participantes para a devolutiva do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B) e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (Apêndice C) e estabelecimento de acordos para os encontros posteriores.

Cabe destacar que a construção do produto não se encerrou nesses dois (02) encontros destinados para essa finalidade, tendo em vista que por se tratar do contexto profissional da pesquisadora, o contato diário com os(as) colaboradores(as) da pesquisa constituiu-se como

² Na página 40 são apresentadas as informações relacionadas ao recorte geográfico da pesquisa

uma constante. Logo, as orientações, a retirada de dúvidas em relação ao processo de produção colaborativa, deu-se através do grupo de aplicativo de Whatsapp³ e também por meio de momentos presenciais destinados a essa finalidade sempre que se fizeram necessários.

Em virtude do contexto pandêmico provocado pelo vírus da Covid-19 desde o ano de 2020, os Ateliês Formativos foram inicialmente previstos para ocorrer através da plataforma digital Google Meet, no entanto, o período que compreendeu a realização da ação interventiva, a saber: abril a agosto de 2022, o retorno às atividades presenciais já havia sido liberado através da Resolução do Conselho Estadual de Educação (CEE-BA) nº 44, de 24 de agosto de 2021 que estabelece normativas para o retorno à presencialidade nas redes e instituições da educação escolar integrantes do sistema estadual de ensino da Bahia.

Todavia, houve a necessidade de realizar a intervenção em dois formatos: online e presencial, no intuito de viabilizar a participação dos(das) colaboradores(as) da pesquisa residentes na zona rural, sendo esta a alternativa encontrada para garantir minimamente essa representatividade e, também, a presença de convidados(as) externos(as) para a realização das ações formativas. Com efeito, importa afirmar que a realização dos Ateliês Formativos através da utilização da plataforma digital Google Meet⁴ só foi possível dada a abertura dessa possibilidade ocasionada pelo contexto pandêmico vivenciado.

Além dos Ateliês Formativos como estratégia de coleta das informações, através dos registros das falas e/ou comentários dos(das) estudantes no Chat do Google Meet, foram utilizados também seis (06) formulários elaborados, utilizando a ferramenta Google Forms e aplicados aos(às) colaboradores(as) da pesquisa antes e depois da realização dos três (03) primeiros Ateliês, com o objetivo de identificar os saberes prévios dos(das) estudantes e as aprendizagens construídas ao longo de cada encontro.

A análise das informações é uma alternativa de fundamental importância no processo investigativo pois, conforme pontua Pereira (2019), através das análises, é possível responder ao problema proposto, sendo que no processo investigativo compreende a organização, interpretação, inferências e outras questões que, nas pesquisas de natureza interventiva precisam ser feitas de maneira mais flexível, contudo não menos rigorosa.

³ O Whatsapp é uma aplicativo que funciona como um serviço de mensagens instantâneas conectado à internet que possibilita compartilhar fotos, vídeos, documentos, ligações e vídeos chamadas e está disponível em multiplataformas.

⁴ O Google Meet é um aplicativo desenvolvido pelo Google com foco na realização das videoconferências, isto é, permite a realização de reuniões online, superando as barreiras geográficas.

Acerca do processo de análise de dados, Lüdke e André (2013) alertam para a necessidade de se atentar para o tratamento de todo o material produzido e/ou recolhido na pesquisa e isso implicou na organização de muitas informações, em alguns momentos não aprofundadas devidamente, muitas vezes, em função das inúmeras situações desafiadoras oriundas do contexto da pandemia e pós-pandemia, como por exemplo a insegurança dos(das) estudantes em se expressarem nos espaços virtuais.

Em face do exposto, a análise dos dados produzidos e coletados nesta pesquisa teve inspiração nas etapas traçadas por Bardin (2016), a saber:

a) a pré-análise, que consistiu na organização dos materiais: documentos, falas ditas durante a intervenção, por meio dos Ateliês e as registradas nos questionários produzidos no Google Forms;

b) a exploração do material, momento em que foram feitas diversas leituras dos materiais coletados e produzidos, a fim de entender o que não estava tão visível, bem como, organizar a forma de apresentação e inclusão dos dados no trabalho;

c) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação constituíram-se como a fase mais difícil do trabalho, no entanto, foi a fase que revelou as grandes descobertas da pesquisa, contribuindo para a construção do produto. Nessa etapa, as informações foram sistematizadas em capítulos em que se articulam os dados teóricos, empíricos, culminado com as inferências e interpretações da pesquisadora.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS(DAS) PARTICIPANTES DA PESQUISA

Após a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética, conforme parecer de número: 5.080.746, (Anexo A) deu-se início a apresentação da pesquisa em todas as turmas e turnos da instituição escolar, tendo em vista a mobilização para a adesão dos colaboradores(as), seguida da aplicação do questionário virtual, elaborado com o recurso do Google Forms, aplicado no mês de março de 2022 (Apêndice D), cujo objetivo foi a identificação dos(das) colaboradores(as) da pesquisa.

O instrumento foi disponibilizado nos grupos das turmas de 1º ao 3º ano do Ensino Médio, no aplicativo de Whatsapp, totalizando o quantitativo de treze (13) turmas e quatrocentos e trinta (430) estudantes, matriculados(as) nos turnos vespertino, matutino e noturno. Todavia, a dificuldade em encontrar colaboradores(as) concentrou-se não só no turno noturno, como previsto inicialmente pela pesquisadora, mas, no turno vespertino também, pois é o turno que concentra o maior número de estudantes da zona rural, cujo perfil se identifica

como trabalhadores(as) e/ou que, nem sempre, têm acesso à internet ou disponibilidade de tempo e condições de deslocamento para participação na ação interventiva em formato presencial.

A proposta inicial, aprovada pelo Comitê de Ética, seria voltada para um total de dezesseis (16) estudantes regularmente matriculados(as) nas turmas de 1º ao 3º ano do Ensino Médio, nos turnos matutino, vespertino e noturno. Posteriormente, buscou-se ampliar esse número para contemplar o maior número de estudantes que manifestasse o desejo em participar através das respostas ao formulário de identificação/caracterização dos(das) colaboradores(as). Ao final do processo de mobilização para a adesão à pesquisa, apenas doze (12) estudantes responderam ao formulário do Google Forms e foram estes(as) considerados(as) colaboradores(as) da pesquisa. Os dados, aqui apresentados, foram construídos com base no formulário em questão (Apêndice D). Os(as) doze (12)⁵ estudantes que aceitaram participar desta pesquisa foram enquadrados nos critérios de inclusão a seguir:

- a) ser estudante regularmente matriculado nas turmas de 1º ao 3º ano do Ensino Médio da instituição escolar pesquisada;
- b) aderir à pesquisa de forma livre, voluntária e sem nenhum tipo de recompensa, através de resposta ao Google Forms;
- c) ter disponibilidade em participar dos Ateliês⁶ Formativos;
- d) ter autorização dos pais ou responsáveis através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) por parte do menor;
- e) possuir acesso à internet.

Sabe-se que toda pesquisa demanda riscos, sobretudo quando envolve seres humanos e suas subjetividades. Para tanto, esta pesquisa seguiu os critérios da ética em pesquisa com seres humanos conforme Resolução Nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde e, por isso, o cuidado com os princípios éticos esteve presente em todas as etapas de desenvolvimento, no sentido de assegurar o mínimo de riscos individuais e coletivos.

⁵ Embora nem todos(as) os(as) doze estudantes tenham participado de todos os encontros ou tenham permanecido até o processo de construção colaborativa do produto resultante da pesquisa, optou-se por considerar todos(as) como colaboradores(as), pois os formulários que foram encaminhados antes da realização dos três encontros formativos foram respondidos por todos(as) os(as) participantes. Estas respostas foram fundamentais para a construção dos dados apresentados na pesquisa, o que julga-se como prejuízo desconsiderá-las.

⁶ A pauta dos Ateliês Formativos e os materiais de apoio utilizados encontram-se no plano de intervenção (Apêndice A).

Os(as) colaboradores(as) aceitaram participar da pesquisa de forma livre e foi garantida a liberdade de contribuir e permanecer ou não até o final da pesquisa, respeitando a privacidade, o tempo, o espaço, as singularidades e o cuidado para que não fossem constrangidos(as) com algum tipo de atitude invasiva por parte da pesquisadora, pois, como corrobora Deslandes (2009) para além da elaboração do texto da pesquisa, é necessária uma preocupação com todas essas questões apontadas. Por fim, foi assegurado a inexistência de conflito de interesses entre a pesquisadora e os(as) colaboradores(as) da pesquisa.

Por questões éticas, no intuito de preservar a identidade dos(das) colaboradores(as), os(as) estudantes tiveram autonomia para escolher os nomes fictícios⁷ pelos quais gostariam de ser identificados(as) sem que fosse possível revelar a sua identidade, com vistas a garantir sigilo, assim como assinaram o TALE e seus(as) responsáveis legais assinaram o TCLE, em duas vias, ficando uma via na posse dos(das) colaboradores(as) e a outra na posse da pesquisadora.

A idade dos(das) respondentes varia entre quatorze (14) e trinta e seis anos (36) e a turma e local de residência são apresentadas conforme o quadro:

QUADRO 03- Caracterização dos(as) colaboradores(as)

ESTUDANTE	IDADE	TURMA	RESIDÊNCIA
Lua	14 anos	1º ano único vespertino	Zona Rural
Girassol	16 anos	1º ano único vespertino	Zona Urbana
Rosa	16 anos	2º ano B matutino	Zona Urbana
Amora Bloom	17 anos	3º ano B matutino	Zona Rural
Cecília	15 anos	2º ano B matutino	Zona Urbana
Agnes Keen	17 anos	2º ano B matutino	Zona Urbana
Lívia	16 anos	1º ano único matutino	Zona Urbana
Atlas	16 anos	2º ano B matutino	Zona Urbana
Violeta	20 anos	3º ano B matutino	Zona Urbana
Harry Cameron	16 anos	2º ano A matutino	Zona Urbana
Esperança	15 anos	1º ano único matutino	Zona Urbana
Begônia	36 anos	3º ano B vespertino	Zona Rural

Fonte: Produção autoral, a partir dos dados coletados no *Google Forms* de caracterização dos(das) colaboradores(as), Apêndice D, 2022.

A partir do exposto no quadro, pode-se afirmar que, embora, tenha-se buscado a representatividade de estudantes de todas as turmas e turnos, os dados ratificam a dificuldade de garantir essa representatividade, pois além de não contemplar todas as turmas e turnos, percebe-se que há uma predominância maior de estudantes do turno matutino, fator que pode ser justificado por residirem na sede do município, onde tanto as condições de deslocamento, quanto de acesso à internet são mais viáveis. Entretanto, mesmo em meio às dificuldades, a

⁷ Para garantir o anonimato dos(das) colaboradores(as) esses nomes fictícios também foram utilizados no e-book.

representatividade dos(das) estudantes residentes na zona rural foi garantida através das colaboradoras Lua, Amora Bloom e Begônia.

As informações dos(das) colaboradores(as) relacionadas às questões como gênero, cor/raça e atuação como líder de classe, são apresentadas no quadro:

QUADRO 04- Informações sobre gênero, cor/raça e atuação como líder

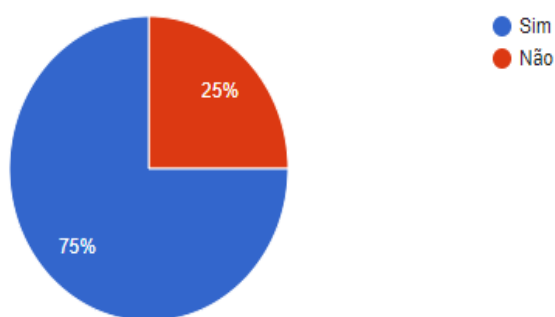
ESTUDANTE	GÊNERO	COR/RAÇA	ATUAÇÃO COMO LÍDER/VICE LÍDER DE CLASSE
Lua	Feminino	Parda	1ª vez como vice-líder em 2022
Girassol	Feminino	Branca	1ª vez como líder em 2022
Rosa	Feminino	Parda	1ª vez como vice-líder em 2022
Amora Bloom	Feminino	Branca	Líder escolar e Municipal do Territorial em 2022 (já atuou outras vezes como líder e vice-presidente do GE em outra escola)
Cecília	Feminino	Prefere não se identificar	Não, mas já atuou como líder em 2021 e como vice-presidente do GE em outra escola)
Agnes Keen	Feminino	Parda	Vice-líder escolar e Municipal do Território do Sisal em 2022 (já atuou em outra escola)
Lívia	Feminino	Negra	Nunca atuou
Atlas	Masculino	Branco	Não, mas já atuou como líder em 2021
Violeta	Feminino	Prefere não se identificar	1ª vez como vice-líder em 2022
Harry Cameron	Masculino	Branco	1ª vez como líder em 2022
Esperança	Feminino	Negra	Nunca atuou
Begônia	Feminino	Branca	1ª vez como líder em 2022

Fonte: Produção autoral, a partir dos dados coletados no *Google Forms* de caracterização dos(das) colaboradores(as), Apêndice D, 2022.

Sobre o processo de escolarização dos(das) estudantes, seis (06) afirmam que sempre estudaram em escola pública, três (03) afirmam que a maior parte do processo de escolarização se deu em escolas públicas e três (03) afirmam que nem sempre estudaram em escolas públicas. Quanto à utilização do transporte escolar para se deslocar até a escola, apenas dois (duas) (02) dos(das) respondentes necessitam do transporte, os(as) outros(as) dez (10) afirmam que vão a pé ou utilizam transporte próprio, como carro ou moto.

No que concerne à atuação dos(das) jovens em algum tipo de organização como grupos de jovens, de igrejas, entre outros, os resultados apontam que nove (09) dos(das) respondentes participam de algum tipo de grupo, totalizando um percentual de 75% dos(das) respondentes e apenas três (03) não participam de nenhum tipo de organização, totalizando um percentual de 25% dos(as) respondentes conforme pode ser evidenciado no gráfico:

GRÁFICO 01- Participantes de grupos de jovens e outros

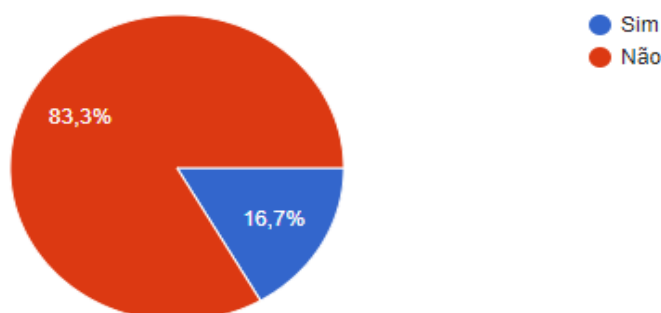


Fonte: Gerado automaticamente a partir das respostas do *Google Forms* de caracterização dos(das) colaboradores(as), Apêndice D, 2022.

Os grupos predominantes são os de jovens das igrejas, sendo que dos(das) doze (12) estudantes, sete (07) afirmaram participar desse tipo de grupo, um(a) (01) afirmou participar de vários tipos de grupos, no entanto não especificou quais são esses grupos além do da igreja, (03) três afirmam que não participam de nenhum tipo de grupo e um(a) (01) afirmou participar de grupos de adolescentes.

Percebe-se um número expressivo de colaboradores(as) que possuem experiências participativas através dos grupos de jovens das igrejas. Ao comparar esses dados com o quantitativo de colaboradores(as) que já vivenciaram ou vivenciam atualmente experiências de participação no contexto escolar através da atuação como líderes e vice- líderes de classe e/ou membros de grêmios estudantis, percebe-se que dos(das) doze (12) colaboradores(as) seis (06) estão vivenciando pela primeira a participação como líder ou vice- líder de classe, dois/duas (02) nunca vivenciaram essa experiência de participação na escola e apenas quatro (04) já atuaram como líder ou vice líder em outros momentos.

GRÁFICO 02- Colaboradores(as) que já participaram de um GE



Fonte: Gerado automaticamente a partir das respostas do *Google Forms* de caracterização dos(das) colaboradores(as), Apêndice D, 2022.

Foi possível identificar ainda que apenas dois/duas (02) dos(das) respondentes participaram do GE, totalizando um percentual de 16,7% e dez (10) destes(as), nunca participaram, totalizando um percentual de 83,3% dos respondentes, conforme o exposto no gráfico 2.

O cargo ocupado pelas respondentes Amora Bloom e Cecília foi o de vice-presidente do GE. Assim, embora o foco não seja a discussão sobre a influência das organizações religiosas nas práticas participativas dos(das) jovens, os dados apresentados abrem espaço para uma breve reflexão sobre o papel da igreja no que tange à contribuição para a formação e o engajamento dos(das) jovens em organizações de representatividade e os aspectos que podem resultar desse engajamento, pois a participação que ocorre nessas formas de organizações pode ser influenciada pelos ideários da religião, que pregam a bondade enquanto sinônimo de obediência, caridade, assistencialismo ou paternalismo, por exemplo. Isso vai de encontro aos princípios pretendidos no trabalho ou na concepção de grêmios estudantis, enquanto instância de representatividade autônoma fruto do Movimento Estudantil (ME), cujas questões referentes à tomada de decisões da escola e às reivindicações dos(das) estudantes, no que concerne às lutas por melhorias no cotidiano escolar, não podem ser substituídas por esse caráter de obediência, por vezes, pregada pelos ideários religiosos, pois sabe-se que em contextos autoritários este é um fator que compromete a atuação autônoma do GE.

Por fim, quanto às expectativas dos(das) colaboradores(as) acerca da proposta de intervenção e as contribuições que podem agregar, foi possível evidenciar de modo geral que estes(as) enxergam possibilidades de vivenciar novas experiências, desejam aprender e apresentar ideias relacionadas a novos projetos conforme o exposto:

Espero contribuir dando ideia de novos projetos (Lua, 2022).

Espero que seja uma experiência nova e eu posso ajudar dando ideias e aprender sobre o tema (Rosa, 2022).

Espero que seja como um aprendizado a mais dos projetos, dos direitos e deveres na escola. Dando minha contribuição (Esperança, 2022).

Também destaca-se, entre as expectativas dos(das) estudantes, a oportunidade de contribuir com opiniões resultantes das experiências no GE, mais destacadamente, a resposta da colaboradora Amora Bloom que já atuou como vice-presidente em uma escola do Estado de São Paulo, e eles(as) também vislumbram possibilidades de os(as) estudantes ganharem voz, levando reclamações e sugestões de melhorias para o grupo gestor da escola como destaca-se da resposta de Atlas:

A maior colaboração que eu possa dar, além da vontade de fazer dar certo, é a visão e opinião que eu tenho sobre, por já ter vivenciado momentos semelhantes ao que esse projeto propõe participando do grêmio em outra escola (Amora Bloom, 2022).

Espero que, por meio dele, os estudantes ganhem voz levando reclamações e sugestões de melhorias aos responsáveis, quando a diretoria e os professores não percebem problemas comuns da vida do estudante (Atlas, 2022).

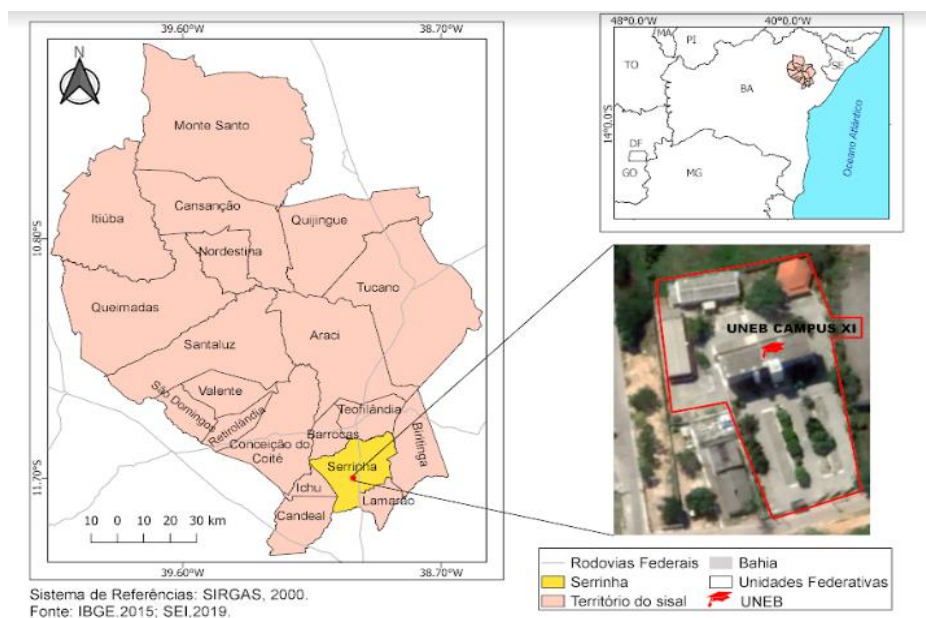
Face ao exposto, é possível reafirmar que os(as) colaboradores(as) vislumbram na intervenção proposta, possibilidades de aprendizagens sobre questões como direitos e deveres, visam o alcance de melhorias para a escola a partir da participação e proposição de ideias e sugestões que convergem com uma proposta de melhorias a serem conquistadas.

2.2 O CONTEXTO DA PESQUISA

Em 2007, o governo do estado da Bahia passou a reconhecer a existência de vinte e sete (27) Territórios de Identidade, a partir das especificidades de cada região, isto é, suas características ambientais, econômicas e culturais para o desenvolvimento das Políticas Públicas.

A pesquisa se delineou em uma instituição de ensino da Rede Pública Estadual que, de acordo com o PPP (2017), foi criada através do Decreto nº 97502, de dois (02) de fevereiro de 2002, situada em um dos municípios do Território de Identidade do Sisal-Bahia (TIS), que, conforme o Sistema Eletrônico de Informações – SEI (2016), localiza-se no Nordeste Baiano, ocupando uma área de 20.405 km², correspondendo a aproximadamente 3,6% do Território Estadual, com uma população de 555.708 habitantes. Segundo o SEI, o referido Território é composto administrativamente por vinte (20) municípios, a saber: Quijingue, Tucano, Teofilândia, Araci, Biritinga, Barrocas, Serrinha, Candéal, Lamarão, Ichu, Conceição do Coité, Retirolândia, Valente, São Domingos, Santa-Luz, Queimadas, Cansanção, Itiúba, Nordestina e Monte Santo, de acordo com a figura 01.

FIGURA 01- Mapa do Território de Identidade do Sisal



Fonte: Elaborado por SILVA, 2022.

Vale ressaltar que a UNEB, Campus XI está situada no TIS, na cidade de Serrinha-Bahia, conforme mapa acima, e tem buscado colaborar com a qualidade da educação pública de todo o Território através da formação de futuros(as) profissionais para atuarem na Educação Básica pautada no tripé ensino, pesquisa e extensão, ofertando os cursos de Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Geografia e Bacharelado em Administração, além dos cursos do Programa Nacional de Formação de Professores(as) da Educação Básica (PARFOR). Também, tem colaborado com a formação profissional de egressos(as), através dos Programas de Pós-graduação na modalidade Lato Sensu e Stricto Sensu, a exemplo do Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social.

A Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC-BA) dispõe de vinte e sete (27) Núcleos Territoriais de Educação (NTE) representantes da SEC-BA na administração regional, recebendo apoio da sede, desenvolvendo ações e programas diretamente com os municípios do Estado. As escolas públicas de Ensino Médio da rede estadual no TIS pertencem ao NTE 04, situado no município de Serrinha-Bahia.

O NTE 04 aponta que o Território possui cinquenta e sete (57) escolas estaduais, distribuídas nos vinte (20) municípios. A escola contexto de pesquisa é considerada de grande porte, conforme Portaria nº 776/2022, possui uma sede e mais três (03) anexos situados na zona rural do município. A sede da Instituição Escolar possui um quantitativo de quinhentos e trinta e três (533) estudantes distribuídos(as) nos três turnos de funcionamento e apresenta entre as etapas e modalidades de ensino o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), distribuídos conforme o quadro 5:

QUADRO 05- Quantitativo de estudantes matriculados(as) na Sede

TURNO	QUANTITATIVO DE ESTUDANTES
Matutino	169 alunos
Vespertino	175 alunos
Noturno	189 alunos

Fonte: Elaboração própria da autora a partir de dados do SIGEDUC.

Dos(das) quinhentos e trinta e três (533) estudantes matriculados(as), quatrocentos e trinta (430) estão no Ensino Médio regular e cento e três (103) fazem parte da EJA, TEMPO FORMATIVO II: TERCEIRO SEGMENTO - ETAPA VI (1° e 2° ano) e - TEMPO FORMATIVO III - EIXO VII (3° ano), conforme aponta o quadro:

QUADRO 06 - Quantitativo de estudantes matriculados(as) na EJA-Sede

ETAPA	QUANTITATIVO DE ESTUDANTES
ETAPA VI A	39
ETAPA VI B	40
EIXO VII	24

Fonte: Elaboração própria da autora a partir de dados do SIGEDUC.

É pertinente destacar que a Unidade Escolar (UE) anexa X com funcionamento apenas no turno noturno é situada a vinte e quatro (24) quilômetros do município com um quantitativo de cento e trinta e seis (136) estudantes regularmente matriculados(as). A UE anexa Y está situada a quarenta e nove(49) quilômetros do município, funcionam nos turnos vespertino e noturno, com um quantitativo de cento e um (101) estudantes matriculados(as) no Ensino Médio regular e dezessete (17) estudantes matriculados(as) na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), TEMPO FORMATIVO III - EIXO VII. Vale ressaltar que a UE anexa Y é a única que oferta a EJA. Já a UE anexa Z está situada a uma distância de cinquenta e cinco (55) quilômetros do município, funcionando apenas no turno noturno com um total de sessenta e oito (68) estudantes regularmente matriculados(as).

O critério de escolha da Instituição escolar situada na Sede do município para o desenvolvimento da pesquisa, deu-se em virtude de se tratar do contexto de lotação e atuação profissional da pesquisadora, o que atende a um dos pré-requisitos dos Programas de Mestrado Profissional.

A infraestrutura da escola é composta por uma área externa relativamente grande, possui seis (06) salas de aulas, sala de vídeo, sala do laboratório de informática, biblioteca, sala da direção, sala de vice direção, secretaria, sala para coordenação, sala para o corpo docente,

cozinha, sanitário masculino e feminino para estudantes, sanitário masculino feminino para professores(as) e funcionários(as), cozinha com um sanitário, além de depósito de livros e outros materiais de descarte.

Os aspectos físicos relacionados à quantidade e situação das dependências existentes na escola estão apresentados no quadro:

QUADRO 07 - Infraestrutura da escola

DEPENDÊNCIAS	TOTAL	SITUAÇÃO
Área externa	01	Espaço amplo e bem conservado
Salas de aulas	06	Não são tão amplas e arejadas, mas são bem equipadas com ar-condicionado, ventiladores, Smart TV, câmeras de segurança e internet
Sala de vídeo	01	Regular/necessitando de mais investimentos e compra de equipamentos
Laboratório de informática	01	Inativo/aguardando instalações de equipamentos, funcionando como depósito devido à falta de espaço para guardar materiais diversos
Biblioteca	01	Inativa/ Precisa de reforma e ampliação, catalogar o acervo e informatizar
Sala de direção	01	Pequena e equipada com computador, armários e ar-condicionado
Sala de vice direção	01	Ampla e equipada com armários computador, impressora e computador, funcionando atualmente como sala de apoio administrativo para lançamento de notas
Secretaria	01	Regular/necessita de equipamentos como computadores, ar-condicionado ou ventiladores e impressoras
Sala da coordenação	01	Ampla e equipada com armários, mesas computador, ar-condicionado e impressora
Sala de professores(as)	01	Ampla e bem equipada com geladeira, mesas, impressoras, câmera de segurança, computadores e armários
Cozinha	01	Pouco espaçosa, necessitando de reparos, pois molha devido às chuvas, mas é bem equipada com fogões industriais, armários planejados, freezer e geladeiras
Sanitários para estudantes	02	Regular, devido a algumas necessidades de reparos que surgem constantemente e não são solucionadas de forma rápida
Sanitário para professores(as) e funcionários(as)	02	Regular, devido a algumas necessidades de reparos que surgem constantemente e não são solucionadas de forma rápida
Um sanitário na cozinha	01	Regular, devido a algumas necessidades de reparos que surgem constantemente e não são solucionadas de forma rápida
Depósito	01	Regular/necessita de ampliação devido à falta de espaço

Fonte: Elaboração própria da autora.

Importa destacar que, atualmente, a escola está em fase de ampliação com a construção de oito (08) novas salas de aulas, um (01) refeitório e uma (01) quadra coberta, em fase de conclusão, mas sem data prevista para a entrega.

Sobre o quadro docente, a escola é formada por sete (07) professores(as) efetivos e onze (11) contratados(as) pelo Regime de Direito Administrativo (REDA), com formação em nível superior, porém, nem todos estão habilitados para as disciplinas que lecionam. A escola também possui uma coordenação pedagógica e a gestão escolar é composta, atualmente, por um (01) diretor e um (01) vice-diretor.

A Escola anexa X possui um total de cinco (05) professores(as) contratados(as) pelo REDA, a Escola Y possui três (03) professores(as) efetivos (as) e um(a) (01) REDA e a Escola Z possui três (03) professores(as) REDA.

Em relação ao perfil de estudantes atendidos(as) conforme o PPP (2017), registra-se a matrícula de estudantes moradores(as) na sede e na zona rural do município, cujas famílias são pertencentes à classe média-baixa e, em sua maioria, não possuem carteira assinada, tendo como a principal fonte de renda o trabalho autônomo/informal ou benefícios como aposentadorias, Programas Federais como o Bolsa Família ou atividades rurais como agricultura e pecuária.

O quantitativo de estudantes residentes na zona rural gira em torno de duzentos e treze (213) estudantes, sendo que o turno vespertino é o que concentra o maior número desses(as), totalizando cento e quarenta e seis (146) estudantes residentes na zona rural do município, conforme levantamento feito através do banco de dados do Sistema Integrado de Gestão da Educação (SIGEDUC).

Quanto ao perfil de estudantes que se pretende formar, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Unidade Escolar afirma que a equipe intenciona formar cidadãos(ãs) que sejam:

- I. capazes de sentir indignação diante de injustiças e de perda da dignidade humana;
- II. apresentar companheirismo e solidariedade nas relações entre as pessoas, bem como respeito às diferenças culturais, raciais e estilos pessoais;
- III. planejar atividades e dividir tarefas, tendo disciplina no trabalho e no estudo;
- IV. demonstrar sensibilidade ecológica e respeito ao meio ambiente;
- V. praticar o exercício permanente da crítica e da autocrítica, bem como a criatividade e o espírito de iniciativa diante dos problemas;
- VI. sonhar, de partilhar o sonho e as ações de realizá-la;
- VII. demonstrar atitude de humildade, mas também de autoconfiança (PPP,2017, p. 29).

Ainda, de acordo com o PPP, a escola tem como missão “oferecer uma educação que o prepare para enfrentar o mundo em transformação, desenvolvendo sua identidade e ampliando sua consciência crítica baseada em valores e atitudes de compromisso e respeito para com o outro (a) e a sociedade” (PPP, 2017, p. 26).

No que tange a gestão democrática, o PPP (2017) ressalta que busca atender aos princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988 (CF) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira LDB (9394/96), as quais instituem a gestão democrática das escolas estabelecendo orientações para organização de seus espaços físicos, para o trabalho pedagógico e para a participação dos(das) estudantes, pais, gestores(as) e educadores(as), tendo em vista a construção de ideias que possam contribuir para melhoria da educação e do fortalecimento das relações entre escola e comunidade, atendendo assim às exigências da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, sendo que compete à equipe gestora o estabelecimento das condições materiais e a mobilização das pessoas para a participação no contexto escolar.

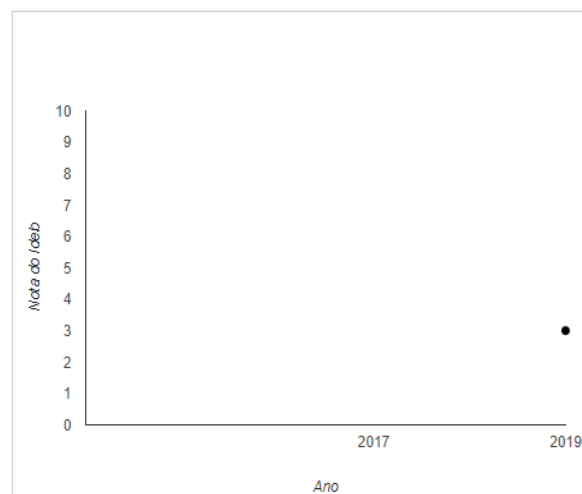
Quanto à participação e representatividade estudantil, um dos princípios da gestão democrática no âmbito das unidades escolares de toda a educação básica, o PPP apenas menciona as eleições de líderes de classes e as eleições para o Colegiado Escolar. O documento também trata do Conselho de Classe, no entanto, não aponta indícios de que deva ser participativo, contemplando a representatividade estudantil. Vale ressaltar, que nunca houve a implementação e/ou atuação de grêmios estudantis na Instituição Escolar, desde a sua fundação até o ano em curso.

Os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2017 da escola não foram disponibilizados, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), porque o número de participantes foi insuficiente para que os resultados fossem divulgados. Já no ano de 2019, os resultados são apresentados no gráfico 03.

GRÁFICO 03-Apresentação dos resultados do IDEB 2019

Ideb		
Ano	Meta	Valor
2017		*
2019		3,0

■ Acima ou igual à meta
 ■ Abaixo da meta



*Número de participantes insuficiente no SAEB para que os resultados sejam divulgados.
 Fonte: <http://idebescola.inep.gov.br/>.

O número de participantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em 2021 foi insuficiente para que os resultados fossem divulgados, visto que é necessária a participação de 80% dos(as) estudantes. Em virtude da pandemia da Covid-19, a rede estadual adotou o aproveitamento de estudos para que os(as) estudantes, regularmente matriculados(as) no 3º ano do Ensino Médio em 2020, pudessem concluir os estudos em 2021 através de alternativas como a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou simulados internos realizados pela SEC-Ba. Assim, uma quantidade significativa de estudantes concluíram o Ensino Médio através dessas alternativas e não foram retirados da base de dados em tempo hábil. Logo, a escola não atingiu o percentual necessário para que houvesse resultados do IDEB.

Somando-se a este fator, em resposta à ausência de negociação entre estado e município para a disponibilidade de transporte para os(as) estudantes da zona rural no retorno das atividades presenciais em agosto de 2021, os(as) estudantes não compareceram para a realização da prova, visto que estes(as) permaneceram no ensino remoto até o final do ano letivo e, somente, no dia de realização da avaliação foi disponibilizado o transporte escolar.

2.3 OS ATELIÊS FORMATIVOS: FAZENDO E REFAZENDO COLETIVAMENTE A INTERVENÇÃO EDUCATIVA COM FOCO NO GRÊMIO ESTUDANTIL E SEUS(SUAS) COLABORADORES(AS)

Os ateliês, aqui apresentados, foram frutos do plano de intervenção, (Apêndice A), cujo objetivo foi promover formação para os(as) estudantes visando a compreensão sobre os espaços de participação e representatividade estudantil no cotidiano escolar e a importância do seu papel na ocupação desses espaços.

As discussões da ação de intervenção foram ancoradas nas temáticas de GE, participação estudantil e gestão democrática, com os Ateliês Formativos intitulados de: a) Escola como espaço de participação da juventude; b) Grêmios estudantis e o papel da juventude na gestão democrática; c) Dialogando sobre a criação e o funcionamento de um grêmios estudantis; d) Escuta colaborativa para a construção do produto final, apresentados a seguir:

Ateliê Formativo 01: Escola como espaço de participação da juventude

O primeiro Ateliê Formativo virtual, intitulado “Escola como espaço de participação da juventude”, teve como objetivo discutir sobre os tempos e espaços de participação no cotidiano escolar e o papel do(a) estudante nesse processo. Foi realizado aos vinte e sete (27) dias do mês de abril de 2022 através da plataforma virtual *Google Meet*, com duração de duas (02) horas, tendo como convidada a professora doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres Gênero e Feminismo (PPGNEIM), da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Representante Estudantil do referido Programa, Dailza Araújo Lopes.

Dos(das) doze (12) participantes inscritos (as), apenas oito (08) participaram do encontro, sendo que dos(das) outros(as) quatro (04) participantes restantes, dois/duas (02) justificaram antecipadamente que haviam começado um curso de qualificação profissional pela prefeitura do município e, em virtude dos feriados da Semana Santa foi remanejado para outra data, coincidindo com a data de realização do nosso primeiro encontro. Uma (01) participante justificou um problema familiar de última hora e a outra justificou a participação em um encontro da igreja.

FIGURA 02- Cartaz de divulgação do Ateliê Formativo virtual 01



Fonte: Elaboração própria da autora, 2022.

Embora a realização dos encontros tenha ocorrido em sua maioria de forma virtual, houve dificuldades em garantir a participação de todos(as), visto que alguns dos(das) participantes, sempre, encaminhavam justificativas de última hora relacionadas a problemas pessoais, como motivos de saúde seu ou de algum familiar, ou ainda, outros compromissos, a maioria, voltado para a igreja. No decorrer dos encontros, também houve justificativas relacionadas ao falecimento de familiar de dois/duas participantes. Isso demonstra a tarefa desafiadora que girou em torno da intervenção proposta que foi desde a garantia de adesão dos(das) participantes até encontrar uma alternativa que viabilizasse a participação de todos(as) e, sobretudo, assegurar que essa participação ocorresse até o final da intervenção.

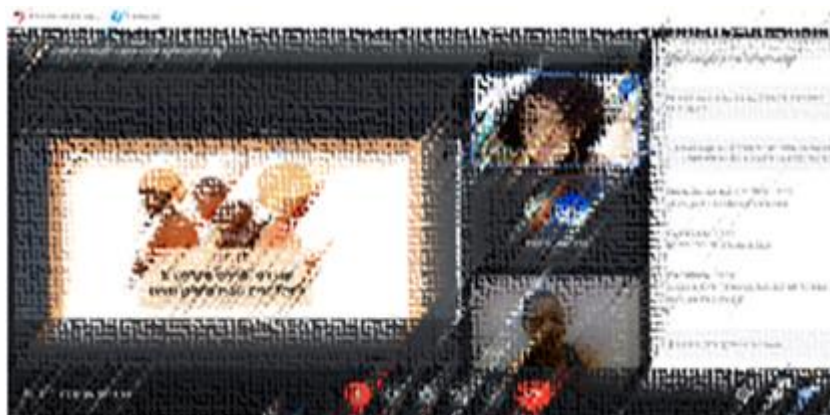
Cabe destacar que em três (03) dos quatro (04) Ateliês, os(as) colaboradores(as) da pesquisa responderam dois (02) formulários do *Google Forms* por encontro, os quais estão apresentados em Apêndices E, F, G, H, I e J. Os formulários foram respondidos antes e depois de cada encontro, o objetivo de cada formulário foi a identificação dos conhecimentos prévios e das aprendizagens construídas pelos(as) participantes, respectivamente, todavia, os encontros nos quais os(as) colaboradores(as) faltavam, não foi permitido a estes(as) responder o formulário encaminhado ao final de cada encontro para não comprometer os dados da pesquisa.

O primeiro momento destacado na figura 03, foi destinado à acolhida dos(das) participantes através da dinâmica de quebra gelo “E você, o que tem para nos contar?”, cujo objetivo foi a apresentação dos(das) participantes. Os (as) participantes foram convidados(as) a se apresentar falando o nome, uma característica e/ou curiosidade sobre si, como se veem daqui a cinco anos e expectativas em relação ao projeto de intervenção. Dentre as principais características que se destacaram, foram sintetizadas através dos registros das falas dos(das) estudantes, durante o Ateliê, o gosto pela liderança e pela comunicação, o gosto por ocupar espaços que dão visibilidade apontados por Amora Bloom, Harry Cameron e Agnes Keen. Harry Cameron e Agnes Keen, ainda, destacaram-se como competitivos(as) e determinados(as). Quanto à previsão para os próximos cinco anos, com exceção de Lívia que se enxerga seguindo carreira na música e Esperança que se enxerga como coroinha da igreja, os(as) demais vislumbram o mercado de trabalho e a universidade pública.

No tocante às expectativas em relação ao projeto, os (as) participantes foram unânimes em afirmar que esperavam aprender mais sobre o GE e sua dinâmica de funcionamento e trazer novas ideias de projetos e sugestões de melhorias para a escola, mais destacadamente, a participante Amora Bloom que ressaltou que espera “aprender cada vez mais e trazer novas ideias a partir das minhas experiências com o grêmio e da minha identificação com atividades de liderança” (Amora Bloom,2022). O participante Harry Cameron também ressaltou em sua

fala que “espera aprender sobre o que fazer e como fazer para ajudar a melhorar a nossa escola, a nossa sala de aula e também conhecer os nossos direitos e os nossos deveres (Harry Cameron, 2022).

FIGURA 03- Ateliê Formativo virtual 01



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

No segundo e terceiro momentos, foram tratadas respectivamente da apresentação do projeto de intervenção para os(as) participantes e a temática do encontro a partir da questão norteadora “Para você o que é participação?”, por meio da exposição dialogada, seguida do quarto momento destinado ao debate a partir das seguintes questões norteadoras:

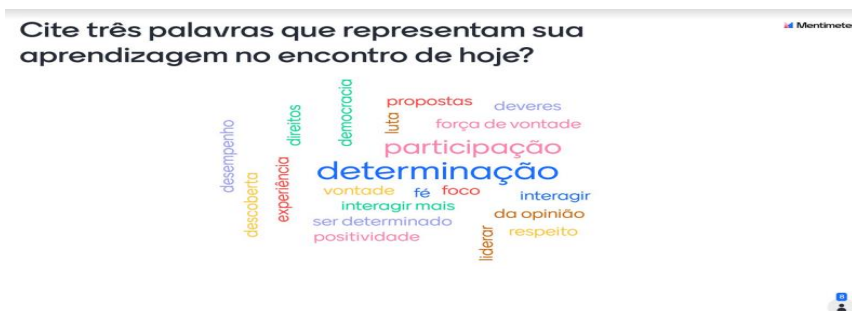
Quais questões vocês acham que podem ser mudadas com a participação estudantil na escola?

Como você acha que pode contribuir na mudança da sua realidade?

Por fim, o encerramento do encontro foi feito com uma avaliação a partir da construção de uma nuvem de palavras no aplicativo *Mentimeter*⁸, onde os (as) participantes fizeram o registro de três palavras que representaram aprendizagens construídas no 1º encontro, conforme figura 04:

FIGURA 04- Avaliação do Ateliê Formativo virtual 01

⁸ *Mentimeter* é uma plataforma online que permite a criação e o compartilhamento de apresentações interativas, como nuvem de palavras, criação de quiz, suporte a perguntas e respostas e entre outros, através da internet.



Fonte: Arquivo pessoal da autora gerado a partir da plataforma *Mentimeter*, 2022.

Também foi aberto espaço para que os(as) colaboradores(as) pudessem se expressar de forma verbal sobre a avaliação do encontro e dentre os principais pontos destacados foi relatada a abertura de espaços para que pudessem se expressar:

Adorei o nosso encontro, principalmente pela oportunidade de participar de algo que a gente pode expressar a nossa opinião (Begônia, 2022).

Gostei muito, pois todos tiveram a oportunidade de falar e expressar suas opiniões (Rosa, 2022).

Não tem algo específico que eu queira destacar, tudo foi muito bom. Mas, eu vou pontuar os diálogos, a oportunidade de falar e, como vocês já falaram, aqui não tem certo ou errado (Harry Cameron, 2022).

Esse foi um dos pontos mais relatados pelos(as) estudantes ao longo de todos os encontros. A partir desses relatos, infere-se que estes(as) certamente sentiram-se valorizados(as) à medida que durante os encontros abriu-se o espaço para que todos(as) pudessem se manifestar livremente, pois a construção do conhecimento aconteceu pautada no princípio do diálogo, mesmo não sendo possível assegurar que todos(as) se expressassem por motivos como a timidez.

O encontro em questão desdobrou-se em um encontro presencial realizado aos vinte e oito (28) dias do mês de abril, cujo objetivo foi o contato mais próximo com os(as) participantes para a devolutiva do TCLE e TALE, a entrega de um *kit* para registro das anotações ao longo dos encontros seguintes, além de firmar acordos para os próximos encontros, conforme figura abaixo:

FIGURA 05- Encontro presencial com os(as) colaboradores(as) da pesquisa



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2022.

Esse encontro presencial foi realizado no turno matutino com a participação de seis (06) dos(das) doze (12) participantes, pois três (03) do turno matutino haviam faltado à escola, o que houve a necessidade de encontrá-los(as) em um outro momento. Outras três (03) participantes do turno vespertino não puderam participar no turno matutino por conta do transporte, no entanto, o mesmo processo foi feito no turno vespertino. Importa destacar que esse desdobramento de encontro só foi possível graças à ideia de Ateliê enquanto mecanismo que pode ser dado continuidade em outros momentos, conforme a necessidade.

Ateliê Formativo virtual 02: Grêmios Estudantil e o papel da juventude na gestão democrática

O segundo encontro intitulado “Grêmios estudantil e o papel da juventude na gestão democrática” teve como objetivo discutir sobre o GE como instância máxima e legítima de participação dos(das) estudantes no ambiente escolar e o papel da juventude no fortalecimento da gestão democrática e participativa, a partir da ocupação dessas instâncias. Foi realizado aos dez (10) dias do mês de maio de 2022 através da plataforma virtual *Google Meet*, com duração de duas (02) horas, tendo como convidada a professora doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) Raimunda Pereira da Silva.

FIGURA 06- Cartaz de divulgação do Ateliê Formativo virtual 02



Fonte: Elaboração própria da autora, 2022.

Dos(das) doze (12) participantes inscritos(as) novamente oito (08) participaram, sendo que quatro (04) justificaram a ausência por motivos pessoais diversos.

O encontro teve início com a apresentação da convidada e dos(das) participantes e uma breve retomada dos principais pontos abordados no encontro anterior, seguido de apresentação do tema e objetivo do ateliê em questão.

Posteriormente foi exibido o vídeo intitulado "O grêmios estudantil e o protagonismo juvenil". O objetivo do vídeo foi provocar reflexões para que os(as) participantes percebessem as várias conquistas alcançadas a partir da organização estudantil no contexto da gestão democrática e a importância das ações de participação estudantil para as melhorias da escola alcançadas através das ações do GE.

No terceiro momento foi feita a exposição dialogada da convidada sobre a temática grêmios estudantil e o papel da juventude na gestão democrática a partir da questão norteadora "De que forma você enquanto estudante pode colaborar com o fortalecimento da gestão democrática?", conforme figura 07.

FIGURA 07- Exposição dialogada



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

Posteriormente foi feita a seguinte proposição: os(as) participantes deviam pensar em algo que lhes incomodava, que lhes causava insatisfação, um problema observado na escola e, que, para eles(as) poderia ser solucionado a partir da ação do GE em diálogo com a gestão escolar ou algo que, na opinião de cada um(a) poderia ser desenvolvido para a melhoria da escola, a partir da colaboração dos(das) estudantes. Os registros foram feitos no mural interativo *Padlet*⁹.

Em seguida foi feita a socialização do mural com os(as) participantes, mediando reflexões e provocações acerca da importância de demonstrarem as insatisfações ou os desejos que precisam de atenção/encaminhamento/solução mais emergencial dentro do espaço escolar, destacando que a soma das forças dos(das) estudantes, de suas ideias e proposições no coletivo escolar é o caminho mais viável na busca de soluções, daí a importância da representatividade estudantil nas instâncias de participação a exemplo dos GE, pois o papel da juventude na gestão democrática é participar de toda a dinâmica escolar como protagonista, propondo, reivindicando, colaborando para resolver os desafios que estão postos no cotidiano escolar e a atuação estudantil no GE é uma das alternativas que viabiliza esse papel de protagonismo estudantil e de fortalecimento da gestão democrática.

FIGURA 08- Resultado do mural colaborativo *Padlet*

⁹ O *Padlet* é uma ferramenta digital para construção de murais virtuais colaborativos, acessíveis através do navegador de internet de computador ou aplicativo de celular.



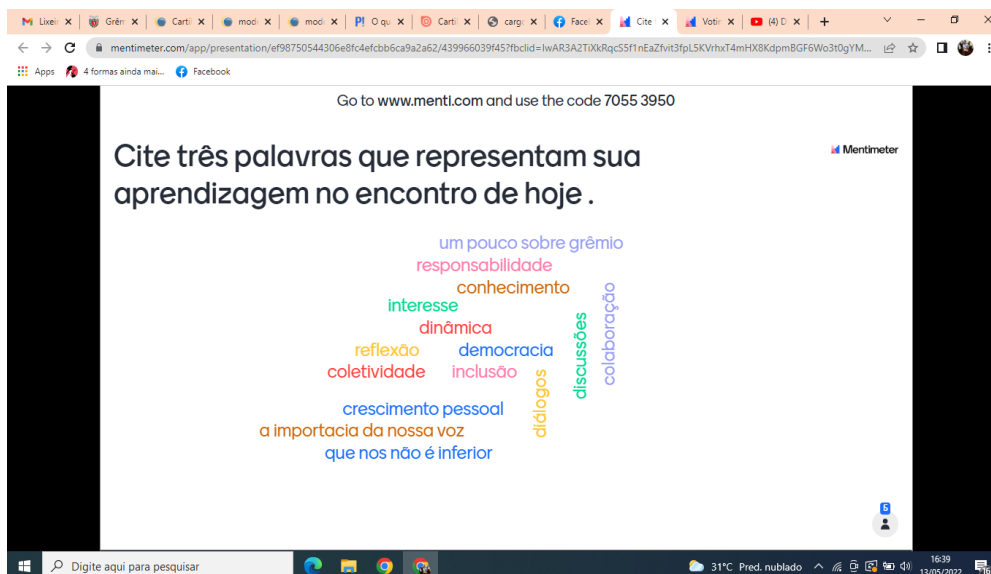
Fonte: Arquivo pessoal da autora gerado a partir da plataforma *Padlet* 2022.

A partir do mural, refletiu-se também sobre a importância de pensar coisas atingíveis, pois algumas questões são de ordem de investimentos em políticas públicas que a atuação do GE não tem competência para solucioná-las. Como exemplo, foi discutido acerca da seguinte situação apontada no vídeo exibido no início do encontro: os(as) estudantes, integrantes dos grêmios, buscavam alternativas para atender às mães estudantes que não tinham com quem deixar os seus filhos para estudar. A partir dessa situação apontada, refletiu-se sobre a ausência do papel do Estado na garantia de políticas públicas de assistência às mães estudantes enquanto uma demanda que não pode ser solucionada pelo GE.

Para finalizar, foi exibido o vídeo intitulado “O farol das responsabilidades disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cUuKDRzs3F4> com o objetivo de refletir com os(as) participantes sobre a importância da atuação estudantil na gestão democrática a partir da cooperação, do diálogo, do trabalho em equipe e da responsabilidade mútua na solução de problemas que afetam a escola.

A avaliação do encontro foi feita através da nuvem de palavras no aplicativo *Mentimeter* com três palavras que representam aprendizagens construídas no 2º encontro.

FIGURA 09- Avaliação do Ateliê Formativo virtual 02



Fonte: Arquivo pessoal da autora gerado a partir da plataforma *Mentimeter*, 2022.

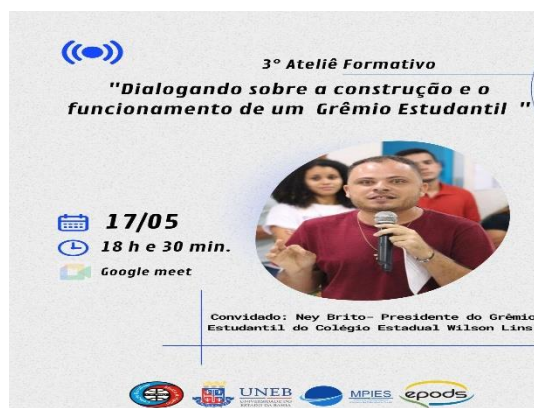
Ateliê formativo virtual 03: dialogando sobre a criação e o funcionamento de um grêmio estudantil

O terceiro ateliê formativo intitulado “Dialogando sobre a criação e o funcionamento de um grêmio estudantil” teve como objetivo discutir os aspectos concernentes à criação, implementação e funcionamento de um GE. Foi realizado aos dezessete (17) dias do mês de maio de 2022 através da plataforma virtual *Google Meet*, com duração de duas (02) horas, tendo como convidado Claudiney Brito, presidente do Grêmio Estudantil do Colégio Estadual Wilson Lins, situado no município de Valente.

O encontro contou com a presença de oito (08) participantes, iniciou com a apresentação do convidado e uma breve retomada dos principais pontos discutidos no encontro anterior, seguido de apresentação do tema e objetivo do ateliê formativo em questão.

Para a acolhida foi utilizada a música “Cálice” de Chico Buarque para fazer uma breve reflexão sobre as formas de silenciamento de toda ordem no período da Ditadura Militar, focando especificamente no Movimento Estudantil e as conquistas ao direito de organização enquanto entidade estudantil através dos GE.

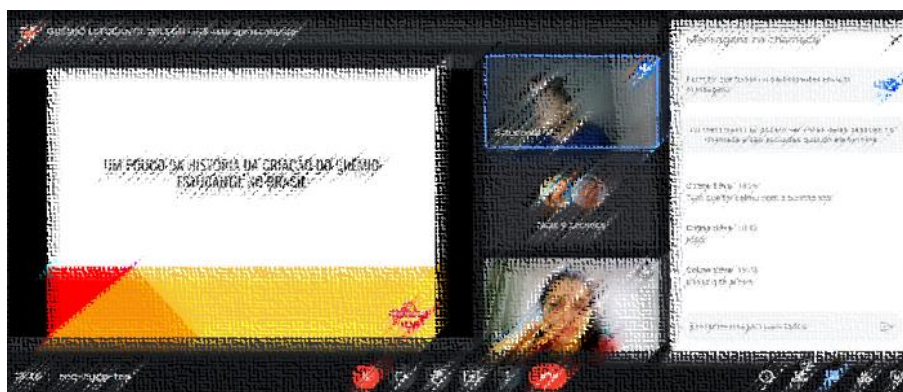
FIGURA 10- Cartaz de divulgação do Ateliê Formativo virtual 03



Fonte: Elaboração própria da autora, 2022.

Posteriormente abriu-se para a reflexão sobre a música enfatizando a importância histórica do ME no que concerne à conquista do direito à participação e representatividade nos dias atuais.

FIGURA 11- Ateliê Formativo virtual 03



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

No quarto momento foi feita uma exposição dialogada sobre a legislação e aspectos concernentes à criação/implementação e atuação do GE, cargos e função de cada membro. Encerrada a explanação, foi exibido o vídeo sobre as etapas de criação do GE e, posteriormente, abriu o espaço para que os(as) participantes tirassem suas dúvidas, fizessem questionamentos e/ou trouxessem contribuições acerca dos principais aspectos concernentes ao GE abordados.

Nesse momento, os(as) participantes, mais destacadamente Amora Bloom e Atlas, trouxeram questionamentos acerca dos principais desafios encontrados no que tange a implementação e o funcionamento do GE na escola sob a justificativa de que até aqui compreenderam que essa instância traz muitos benefícios para a escola, todavia gostariam de

entender quais são os desafios que perpassam pela criação e o funcionamento de um GE, pois essa é uma alternativa que ajuda a preparar melhor os(as) estudantes que nunca participaram de um GE. Os (as) participantes em questão sinalizaram no decorrer do debate que muitos(as) estudantes podem alimentar a crença de que seja um processo destituído de desafios e tenham suas expectativas frustradas com as experiências nem sempre exitosas que podem surgir em meio ao percurso de atuação no GE.

Por fim, o encerramento do encontro ocorreu através da avaliação por meio da nuvem de palavras criada no aplicativo *Mentimeter* com três palavras que representam aprendizagens construídas no ateliê em questão.

FIGURA 12-Avaliação Ateliê Formativo virtual 03

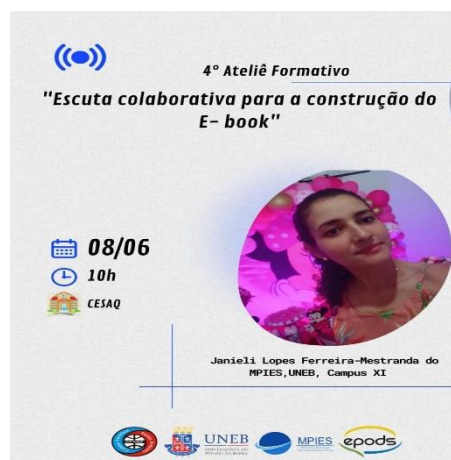


Fonte: Arquivo pessoal da autora, gerado a partir da plataforma *Mentimeter*, 2022.

Ateliê formativo presencial 04: escuta colaborativa para a construção do produto

O quarto Ateliê Formativo intitulado “Escuta colaborativa para a construção do produto”, divulgado por meio do cartaz, apresentado na figura 13, teve como objetivo levantar elementos que subsidiam a construção do *e-book* com orientações acerca da criação de um GE. Foi realizado pela pesquisadora aos oito (08) dias do mês de junho de 2022, com duração de duas(02) horas, de forma presencial na Instituição *locus* de pesquisa.

FIGURA 13-Cartaz de divulgação do Ateliê Formativo presencial 04



Fonte: Elaboração própria da autora, 2022.

O encontro contou com a presença de seis (06) participantes, conforme figuras 14 e 15. Inicialmente foi feita uma breve acolhida através da exibição do vídeo sobre a importância do trabalho em equipe.

FIGURA 14 e 15- Ateliê Formativo presencial 04



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

No segundo momento foi feita a reflexão com os(as) participantes sobre a importância do trabalho coletivo e o papel de cada um no processo de construção coletiva tendo em vista o alcance de objetivos comuns ao grupo, relacionando também com a importância das ações coletivas a partir do envolvimento dos(das) estudantes na ocupação dos espaços que possibilitem o exercício da representatividade estudantil no ambiente escolar.

Posteriormente foi feita uma breve retomada dos principais pontos abordados durante os ateliês formativos anteriores, seguido de apresentação do objetivo do 4º ateliê. Em seguida foi feita a apresentação sobre o que é um *e-book*, com foco na elaboração do sumário, pois o objetivo foi o incentivo aos(às) colaboradores(as) para a construção do sumário a partir de ideias indicadas por eles(as) para a construção do material proposto.

A partir das discussões realizadas no decorrer dos encontros foi solicitado como atividade que os(as) colaboradores(as) pensassem sobre as dúvidas mais recorrentes acerca da implementação de um GE nas escolas, bem como aspectos a serem abordados no *e-book* para ajudar outros(as) estudantes em processo de criação de GE. As ideias foram listadas pela pesquisadora com o objetivo de construção do sumário prévio do *e-book* e, a partir daí, todos(as) os(as) participants se comprometeram em contribuir com ideias e sugestões para a elaboração do e-book que foram enviadas através do grupo de *Whatsapp*.

FIGURA 16- Ateliê Formativo presencial 04



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

A pauta do Ateliê Formativo 04 também foi repetida aos nove (09) dias do mês de junho de forma presencial no turno vespertino, pois duas participantes que residem na zona rural mais uma vez não puderam participar do encontro no turno matutino, devido à ausência de transporte para o deslocamento.

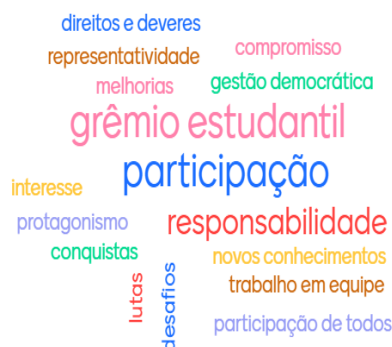
O encerramento do encontro deu-se através da avaliação por meio da nuvem de palavras criada no aplicativo *Mentimeter* com três palavras que representam aprendizagens construídas no ateliê em questão, conforme imagem:

FIGURA 17- Avaliação do Ateliê Formativo presencial 04

Go to www.menti.com and use the code 46 52 229

Cite três palavras que representam sua aprendizagem no encontro de hoje.

Mentimeter



Fonte: Arquivo pessoal da autora, gerado a partir da plataforma *Mentimeter*, 2022.

Importa registrar que os encaminhamentos do encontro e materiais de apoio para construção das ideias e sugestões iniciais foram enviados através do grupo de aplicativo de *Whatsapp*, e a data firmada para a devolutiva dessas ideias e sugestões dos(das) colaboradores(as) foi após o recesso de São João, mais especificamente quatro (04) de julho de 2022.

Também foi feito um acordo com aqueles (as) que não estiveram presentes, para participarem do processo de construção colaborativa do *e-book*, no entanto, apenas sete (07) dos(das) doze (12) colaboradores(as) quiseram permanecer. Nesse processo, foi possível identificar problemas de ordem emocional e familiar que alguns dos(das) colaboradores(as) estavam atravessando. Uma das participantes quis desistir não só do projeto de intervenção, mas da escola também. Entretanto, após uma mobilização por parte da escola e dos(das) colegas da turma, esta retornou e optou por continuar no processo final da pesquisa. Como foi assegurado no TCLE e no TALE, os(as) participantes tiveram total liberdade para desistir sem resultar nenhum tipo de conflito de interesses com a pesquisadora, assegurando assim, os princípios éticos.

3. GRÊMIO ESTUDANTIL, GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: RELAÇÕES DE APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS NO CONTEXTO DA PESQUISA

A presente seção tem como objetivo discutir sobre o GE e sua relação com a gestão democrática e participativa utilizando informações teóricas e empíricas a partir do subsídio de autores como: Cury (2002), Gadotti e Romão (2012), Gadotti (2012), Lück (2009, 2013), Libâneo; Oliveira e Toschi (2012), entre outros.

O cenário contemporâneo traz como necessidade educacional a ressignificação da dinâmica de funcionamento das instituições escolares, a partir do envolvimento de toda a comunidade escolar nos processos de tomadas de decisões administrativas e pedagógicas e no funcionamento diário da escola de um modo geral.

Tais necessidades contribuem para a percepção de que tanto o envolvimento, quanto a atuação de cada membro da comunidade escolar no processo de implementação das decisões administrativas e pedagógicas, é fator indispensável para o alcance de melhorias na qualidade da educação ofertada, pois as pessoas que compõem a escola, especialmente a escola pública, não são apenas meros(as) receptores(as) de serviços disponibilizados, mas capazes de colaborar e indicar a construção de um projeto político de educação, centrado em atender às necessidades das camadas sociais para as quais essa educação é destinada.

Ao considerar que essas necessidades, que emergem a partir das transformações contemporâneas, assentadas em um dado contexto político, histórico e cultural também reflete nas instituições escolares enquanto integrantes desses contextos, a construção de um projeto político de educação pautada nos princípios da gestão democrática embora esteja definida na Constituição Federal (CF) de 1988 em seu artigo 206 e também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN 9394/1996 e no Plano Nacional de Educação Lei Nº 13.005/2014 (PNE), ainda não se constitui efetivamente uma garantia na sua implementação, necessitando de uma contínua ação de formação e mobilização social para a implementação de práticas que valorizem a cultura democrática no espaço escolar.

A partir da CF de 1988, da LDBEN 9394/1996 e, posteriormente do PNE Lei Nº 13.005/2014, pode-se depreender que a gestão democrática é instituída legalmente como uma alternativa de rompimento com os modelos de gestão pautadas nas práticas centralizadoras e antidemocráticas, predominantes ao longo da história da educação brasileira, constituindo-se como uma possibilidade de combater esse modelo de gestão verticalizada, enraizada na trajetória educacional, abrindo novas perspectivas para práticas participativas, centradas no diálogo como elemento fundante do processo de democratização da escola pública, ganhando

também espaço nas agendas de discussões. Conforme pontua Cury (2002) a gestão democrática passa a se constituir também como campo de intensos debates tanto na área educacional quanto nas iniciativas públicas, com vistas a dar sequência aos princípios postos na Constituição e restabelecidos na LDBEN 9394/1996.

Nesse contexto marcados por transformações políticas, econômicas em que a sociedade passa a ser denominada como sociedade do conhecimento, pode-se afirmar com base em Wittmann e Kippel (2010) que a função específica da escola e o próprio avanço teórico e prático da educação, requer o alargamento do caráter democrático da gestão escolar, o que pode-se depreender que um dos pressupostos que fundamentam a gestão democrática e participativa no interior das instituições escolares é o movimento dialógico de envolver toda a comunidade não só nos processos decisórios de caráter administrativo e pedagógico, mas sobretudo, na construção/ ressignificação do projeto político de educação, ofertado com vistas a contemplar as demandas e necessidades coletivas.

Conforme pontua Gadotti e Romão (2012) a gestão democrática no cenário atual, tornou-se condição indispensável à reforma educacional brasileira, constituindo-se como inerente à própria ação pedagógica e, por conseguinte, fundamenta-se numa concepção democrática de educação que vai de encontro a toda concepção centralizadora e autoritária existente no ambiente escolar, o que faz da participação de todos os segmentos da comunidade escolar um fator importante por contribuir para a democratização das relações de poder e para a melhoria da qualidade do ensino ofertado, à medida que a comunidade pode intensificar o envolvimento com a escola através dessa participação, bem como acompanhar melhor a educação escolar que é produzida.

A gestão democrática enquanto temática histórica, de acordo com Cury (2002) vai de encontro ao modelo de gestão mais difundido ao longo de nossa trajetória política, cuja característica marcante foi o movimento paternalista e as relações autoritárias, manifestadas através do comportamento dos(das) gestores(as) escolares e, isto não cabe mais no cenário atual, visto que por gestão democrática, compreende-se a relação dialógica e participativa enquanto princípio da educação nacional, de caráter obrigatório nas instituições públicas de ensino.

Pressupõe-se, daí, a necessidade do empreendimento de esforços para ressignificar às formas de participação dos(das) estudantes e de toda a comunidade escolar no âmbito das instituições de Educação Básica, seja através das eleições para a escolha de gestores(as) e líderes de classes, da constituição dos colegiados escolares, das associações de pais e mestres, dos conselhos escolares, dos grêmios estudantis, dentre outras alternativas que viabilizam a

construção social da participação, com vistas ao fortalecimento do caráter democrático da gestão escolar.

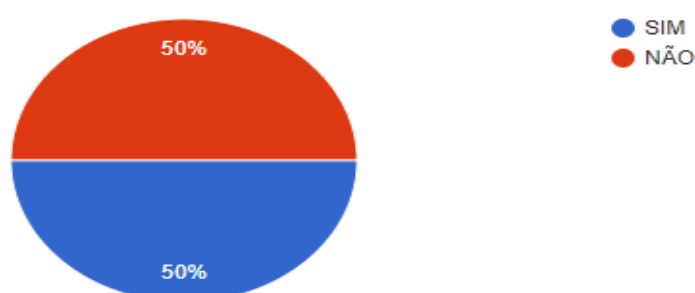
Conforme pontua Lück (2009, 2013) por gestão democrática, compreende-se o processo pelo qual cria-se possibilidades e orientações necessárias para que os(as) integrantes de uma determinada coletividade possam atuar não só na tomada de decisões importantes, mas que possam se sentir implicados(as) com o compromisso social de efetivar tais decisões, pois para além da tomada dessas decisões, a democracia implica na construção da unidade social mediada pela ação coletiva, sendo que é dessa implicação coletiva que pode resultar melhorias na qualidade do ensino.

Libâneo; Oliveira e Toschi (2012) ressaltam que a concepção de gestão democrática-participativa está centrada na tomada de decisões coletivas, convergindo com Lück (2009), ao afirmarem também que essas decisões necessitam ser operacionalizadas de maneira coletiva à medida que cada membro possa assumir a sua parte no trabalho de efetivação prática destas.

Gadotti (2012) também ratifica que a gestão democrática da escola está estritamente relacionada com o reconhecimento de que a comunidade escolar, isto é, seus(as) usuários(as) atuem para além de meros fiscalizadores(as) ou receptores(as) de serviços educacionais, visto que nesse modelo de gestão pais, estudantes, professores(as), funcionários(as) e toda a comunidade escolar assumem responsabilidades pelo projeto de escola que se quer construir.

Face ao exposto até aqui, destaca-se o que os(as) estudantes, colaboradores(as) da pesquisa conhecem acerca do conceito de gestão democrática. Para tanto, questionados(as) através de um formulário produzido e compartilhado pelo *Google Forms* antes da realização do primeiro Ateliê Formativo virtual 01 “Escola como espaço de participação da juventude”, (Apêndice E) se já ouviram falar algo sobre o tema em questão, dos(das) doze (12) respondentes seis (06) afirmam que já ouviram falar algo e seis (06) afirmam que nunca ouviram falar nada sobre tal temática, o que corresponde a 50% conforme aponta o gráfico 04.

GRÁFICO 04- Colaboradores(as) que já ouviram falar sobre gestão democrática



Fonte: Elaboração automática, a partir do formulário do *Google Forms aplicado* antes do Ateliê Formativo virtual 01 Apêndice E, 2022.

Além da resposta à pergunta em questão, também foi solicitado neste mesmo formulário aos(as) colaboradores(as) que falassem de forma livre o que seria uma gestão democrática em sua concepção, conforme pode ser explicitado:

A participação dos alunos (Amora Bloom, 2022).

Gestão escolar democrático se dá aos estudantes, professores e funcionários terem direitos e escolhas dentro da escola (Cecília, 2022).

Uma democracia em que os alunos podem participar de certas decisões envolvendo a escola (Harry Cameron, 2022).

Acredito eu que toda escola tem um gestor pois para poder debater o futuro dos alunos na escola (Bergônia, 2022).

Gestão escolar democrática se dá por alunos, professores e funcionários possuírem direitos de participar nas decisões escolares (Atlas, 2022).

A partir das respostas dos(das) colaboradores(as) é possível identificar elementos que são princípios da gestão democrática, como participação, direito de fala e diálogo. Destaca-se ainda que o colaborador Harry Cameron mesmo tendo afirmado na questão anterior nunca ter ouvido falar sobre a temática em questão, sua resposta revela uma compreensão coerente com o conceito desse modelo de gestão fundamentado nos princípios da democracia e da participação. Todavia, na resposta da colaboradora Begônia, percebe-se indícios de uma compreensão atrelada apenas à figura do gestor.

A partir do que revelam os dados pode-se refletir que a construção de um projeto político de educação centrado nos princípios da gestão democrática consonante com a atuação coletiva e compartilhada não só na tomada de decisões, mas sobretudo na efetivação dessas decisões, tendo em vista a construção da unidade social a partir da implicação dos sujeitos e suas relações assentadas no contexto escolar, torna-se possível através da abertura de espaços para que os(as) estudantes e toda a comunidade escolar possam agir de modo democrático, isto é, através da atuação como partícipes fundamentais, tanto na tomada de decisões importantes para a escola como na assunção do compromisso em colaborar na efetivação e avaliação de tais decisões.

Também buscou-se identificar na concepção dos(das) colaboradores(as) da pesquisa como o grêmio estudantil se relaciona com a gestão democrática a partir do Google Forms

compartilhado antes da realização do Ateliê Formativo virtual 02 “Grêmios estudantis e o papel da juventude na gestão democrática”, (Apêndice G) e os resultados apontam que apenas um(a) (01) dos(as) doze (12) respondentes afirmou que o GE não se relaciona com a gestão democrática. Questionou-se ainda, se na opinião dos(as) colaboradores(as) o GE pode colaborar para o desenvolvimento de uma gestão democrática e as respostas foram:

Sim, porque ele é a voz dos alunos também (Girassol, 2022).

Através das participações e dinâmicas podem sim formar um ambiente democrático (Lua, 2022).

Sim, dando oportunidade para os alunos participarem (Rosa, 2022).

Sim, pois discute as ideias dos alunos para inseri-las na escola, uma vez que com o grêmio, terá espaço para isso (Amora Bloom, 2022).

Sim, pois haverá a questão da votação, que vai incentivar os estudantes a lutar democraticamente falando (Cecília, 2022).

Sim, pois haverá uma maior participação dos alunos nas coisas da escola (Agnes Keen, 2022).

Sim. Pois, terá um conjunto de pessoas atuando em decisões importantes sobre o colégio (Atlas, 2022).

Sim, porque ele nos deixa mais livres para dar opinião (Violeta, 2022).

Sim, pois é uma gestão em que todos podem e devem participar (Harry Cameron, 2022).

A partir das respostas dos(as) colaboradores(as), infere-se que a concepção acerca da relação entre o GE e a gestão democrática é reforçada, sobretudo, pela possibilidade de ampliar a participação estudantil no ambiente escolar.

No que concerne à concepção dos(as) colaboradores(as) da pesquisa acerca dos benefícios da criação de um GE no interior da escola, as informações levantadas ainda no segundo encontro através do formulário em questão dão conta de que:

Pois os alunos irão participar mais dos assuntos da escola (Rosa, 2022).

Mais projetos, eventos, a melhoria do ensino (uma vez que possamos cobrar isso) entre outras coisas (Amora Bloom, 2022).

Melhoria na comunicação da escola com o aluno, avanço em projetos e eventos (Cecília, 2022).

Os benefícios é que os alunos ficam mais atentos e por dentro das coisas que acontecem na escola (Agnes Keen, 2022).

Melhorar a escola com projetos bem legais (Violeta, 2022).

Ajudando em tomada de decisões, projetos e etc. (Harry Cameron, 2022).

Trazer melhorias, principalmente melhorias para as salas de aula e para o colégio (Begônia, 2022).

Face ao exposto, percebe-se que os(as) colaboradores(as) apontam como os principais benefícios da criação de um GE as possibilidades de um maior envolvimento estudantil com às questões da escola, destacando-se ainda, os avanços nos eventos e projetos que podem ser realizados, além da cobrança pela melhoria na qualidade do ensino como aponta a resposta da colaboradora Amora Bloom. Cabe destacar que a luta pela melhoria da qualidade do ensino a partir da adequação às reais necessidades dos(das) jovens se constitui como um dos objetivos do GE apontados no Regimento Escolar das unidades escolares integrantes do Sistema Público Estadual de Ensino da Bahia.

Enquanto instância de organização e representatividade estudantil, os estudos de Martins e Dayrell (2013) apontam que o GE apresenta-se como um espaço educativo que transcende a sala de aula, pois o seu potencial formativo está diretamente relacionado à prática, cuja existência no interior das instituições escolares possibilita aos(às) jovens diversificar suas experiências de representatividade.

No Ateliê Formativo Virtual 02 buscou-se ainda identificar se os(as) colaboradores(as) já haviam formulado algum entendimento acerca do GE através do seguinte questionamento compartilhado no Google Forms e aplicado anteriormente ao encontro: Atualmente o que você entende por GE? O *forms* em pauta foi respondido por onze (11) dos(das) doze(12) colaboradores (as) e revelou os seguintes resultados:

O que eu sei é que o grêmio serve para ajudar em novas coisas e representar todos os alunos da escola (Girassol, 2022).

Um meio para os estudantes terem seus direitos de fala, ações e escolhas na escola (Cecília, 2022).

Uma organização responsável por representar os interesses dos estudantes (Agnes Keen, 2022).

Grêmio estudantil é uma forma de inserir a participação coletiva dos alunos para com as questões escolares, levando observações e avaliando todo esse processo (Atlas, 2022).

É uma coisa que nos ajuda em projetos e que nos ajuda bastante, dando direito aos estudantes de ter mais voz na escola que estuda (Violeta, 2022).

Uma gestão que toma decisões, faz planejamentos e projetos (Harry Cameron, 2022).

Uma oportunidade da escola para os alunos. Para poder ser representante dos nossos direitos (Begônia, 2022).

A partir do exposto percebe-se que, após a realização de alguns ateliês, os(as) colaboradores (as) apresentam uma compreensão pertinente ao que é um GE entende-o como espaço representativo dos(das) estudantes e com poder de inserção e decisão dentro do contexto escolar.

Em termos de base legal, destaca-se que o GE foi instituído pela Lei Nº 7.398, de 4 de novembro de 1985, a qual possibilita uma maior participação dos(das) estudantes no contexto da Educação Básica, dando-lhes o direito de organizarem-se de modo a representar os interesses coletivos, nos aspectos educacionais, sociais, culturais, esportivos e cívicos, como está posto no artigo 1º da referida Lei.

A Constituição Federal de 1988 (CF) ampara a implementação dos GE ao assegurar em seu artigo 5º, incisos IX e XVII a livre expressão de atividades intelectual, artística, científica de comunicação sem censura ou licença e a plena liberdade de associações para fins lícitos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 também assegura em seu Art. 53, inciso IV o direito de organização e participação em entidades estudantis.

Os GE também são amparados pelo Plano Nacional de Educação (PNE-2014-2024), ao apontar em sua meta 19 a necessidade de assegurar condições para a efetivação da gestão democrática da educação, estabelecendo dentre outras estratégias a de:

Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações (BRASIL, 2014-2024).

Em consonância com o Plano Nacional de Educação, o Plano Estadual de Educação da Bahia, Lei nº. 13.559, de 11 de maio de 2016 traz dentre outras estratégias de alcance à meta de regulamentação da gestão democrática, o incentivo a constituição e o fortalecimento dos grêmios estudantis, assegurando os espaços e condições adequadas de funcionamento em todas

as redes de Educação Básica do Estado, fomentando também essa articulação com os colegiados e conselhos escolares, através de seus representantes.

Percebe-se a partir da estratégia 19.4 que os GE se relaciona com a gestão democrática e participativa, no âmbito das instituições de educação básica, ao se apresentar no campo das políticas públicas nacionais e estaduais como a quarta estratégia que visa o alcance dos princípios democráticos no interior das escolas.

Com base no PNE (2014-2024) é possível depreender que há elementos nas políticas públicas da educação brasileira que indicam o fomento a uma escola mais democrática e participativa, através da institucionalização dos espaços que dão o direito a participação ativa dos(das) estudantes no cotidiano escolar, viabilizada através da composição e atuação efetiva dos GE, por exemplo, o que justifica-se, com efeito, o seu papel no que tange colaborar com o fortalecimento da gestão democrática e participativa no âmbito das instituições de Ensino de Educação Básica.

Todavia, é pertinente destacar que a gestão democrática não se materializa no cotidiano das instituições escolares de educação básica apenas pela legislação ou pela eleição de gestores escolares visto que conforme corrobora Romão e Padilha (2012) a eleição de dirigentes é apenas um dos componentes da gestão democrática que precisa está associado ao um conjunto de medidas, dentre elas a capacitação para a participação efetiva de toda a comunidade escolar, o que implica reconhecer que um dos mecanismos importantes na garantia da gestão democrática é, efetivamente, a participação social.

Pautar-se no estreitamento das relações entre a escola e a comunidade, no estabelecimento de formas democráticas e participativas tanto na gestão escolar quanto na elaboração das políticas educacionais, isto é, na construção de experiências de educação democrática e participativa, centrada nos interesses das camadas populares, conforme Tonet (2005) faz parte de um projeto de educação com o compromisso social de formar cidadãos(ãs) críticos(as). Isto implica reconhecer que o grêmio estudantil pode ser uma alternativa que contribui para um projeto de educação centrado na gestão democrática e participativa, representando os interesses dos(das) estudantes pertencentes às camadas populares de nossa sociedade, posto que o Art. 87, do Regimento Escolar das unidades escolares integrantes do Sistema Público Estadual de Ensino da Bahia traz dentre os objetivos do GE:

II. Lutar pela adequação do ensino às reais necessidades da juventude e do povo, bem como pelo ensino público gratuito.

IV - Lutar pela gestão democrática permanente na unidade escolar, através do direito à participação nos eventos internos de deliberação da unidade escolar,

para assegurar o sucesso escolar do estudante e a melhoria da qualidade do ensino (BAHIA, p.34, 2011).

Face ao exposto, percebe-se que os objetivos do GE perpassam pela busca por melhorias na qualidade do ensino contextualizado com as reais necessidades da juventude e das camadas populares, além da luta pelo fortalecimento da gestão democrática. Importa afirmar com base em Lück (2013) que a qualidade do ensino está estritamente relacionada à abertura de espaços para que as pessoas as quais são destinadas as decisões institucionais, seja dado o direito de participar desses processos de tomada de decisões e tenham o dever de agir para implementá-las, o que só é possível em contextos democráticos que viabilizam os espaços de participação através do incentivo e da garantia desses espaços para que os(as) estudantes sintam-se mobilizados(as) para compor os GE, como instância legítima de participação e representatividade no interior das escolas.

A mobilização estudantil para a construção do GE tem um caráter importante no cenário escolar tendo em vista que como apontam os estudos de Dal Ri (2011):

Na atualidade, a criação e organização dos GE dependem diretamente da orientação e iniciativa de diretores e professores. Na maioria dos casos, os alunos desconhecem a função da entidade e até mesmo a sua existência. Diversamente das condições encontradas no passado, hoje, a fraca participação política observada no meio estudantil, em especial a dos(das) secundaristas, leva à conclusão de que se as direções das escolas não incentivarem a formação dos GE, e não lhe derem condições, inclusive materiais, dificilmente a entidade será organizada na escola. Porém, para auxiliar os alunos na construção de sua autonomia e independência, o incentivo e a orientação não podem ser confundidos com interferência e controle (DAL RI, 2011, p.720).

Pode-se ratificar a importância da mobilização e do incentivo para a implementação e atuação dos GE nas escolas, todavia é necessário compreender que esse incentivo e orientações são mecanismos que viabilizam a construção da autonomia dos(das) estudantes para que estes(as) possam caminhar sozinhos(as), pois deve-se assegurar a legitimidade do GE enquanto instrumento de representatividade dos interesses dos(das) estudantes, totalmente destituído de qualquer forma de controle e manipulação por parte do corpo docente, coordenação pedagógica e gestão escolar.

A partir das ponderações da autora infere-se, ainda, que o incentivo e a mobilização para a criação dos GE nas escolas configura-se como uma alternativa para que os(as) estudantes possam conhecer o papel da entidade e sua existência, além de ser uma oportunidade de

incentivo e fortalecimento da participação política destes(as), no entanto, não pode haver nenhuma forma de interferência, manipulação ou controle.

Os aspectos antagônicos que permeiam a implementação e ou atuação dos GE nas instituições escolares se relacionam com as relações de poder que, em maior ou menor grau, ainda se fazem presentes no cotidiano escolar trazendo à tona a existência de conflitos de interesses na tomada de decisões administrativas e pedagógicas inerentes ao cotidiano escolar.

Dentro desta perspectiva, ao tempo que a mobilização e o incentivo para a implementação e atuação dos GE por parte das escolas é um fator importante, Dal Ri (2011) também chama a atenção para uma questão pertinente acerca do contexto organizacional burocrático das escolas, marcado por hierarquia que acaba por impedir que o GE se firme como uma instância de representatividade estudantil e um importante mecanismo de encaminhamento de reivindicações ligadas às demandas e necessidades estudantis.

Acerca da efetivação de práticas democráticas, por meio da ação individual dos(das) estudantes também foi aspecto levantado na pesquisa a partir do Google Forms (Apêndice G) compartilhado antes da realização do Ateliê Formativo virtual 02 “Grêmios estudantis e o papel da juventude na gestão democrática” e que trouxe como resultados:

Sugerindo ideias e elaborando projetos para a melhoria do local (Lua, 2022).

Através da participação no grêmios estudantis por exemplo e em todas as ações da escola (Amora Bloom, 2022).

Exigindo e buscando meus direitos (Cecília, 2022).

Dando opiniões, trazendo novas coisas, novos projetos (Agnes Keen, 2022).

Posso colaborar falando o que eu penso, dando minha opinião e etc (violeta, 2022).

Posso colaborar participando (Harry Cameron, 2022).

Participando e dando sugestões para o bom desenvolvimento da escola (Esperança, 2022).

Percebe-se que a forma de colaboração com o fortalecimento da gestão democrática dos(das) respondentes está ancorada na participação, seja através da emissão de opiniões e sugestões, seja através da busca pelos direitos, como evidenciado por Cecília, nos projetos da escola e, até mesmo, através da participação no GE como destacado na resposta da colaboradora Amora Bloom.

Todas essas alternativas apontadas são, sem dúvidas, formas de colaboração com o fortalecimento da gestão democrática por parte dos(das) estudantes. Importa ressaltar que a

implementação dos espaços de representatividade estudantil, a exemplo dos GEs, podem funcionar como um mecanismo de fortalecimento da gestão democrática, por poder viabilizar essa participação apontada pelos(as) colaboradores(as) da pesquisa na dinâmica escolar. Isso, certamente, tem um potencial de abertura para que os(as) jovens atuem como protagonistas das ações cotidianas podendo trazer como implicação o desenvolvimento do sentido de pertença à comunidade escolar e, conseqüentemente, no desenvolvimento de ações mais contextualizadas com os anseios e as expectativas do público para o qual se destina a educação ofertada, além de ampliar a compreensão acerca da gestão democrática e a importância de fazer valer esse modelo de gestão no interior da escola, através da atuação efetiva nessa instância de representatividade.

Os dados construídos a partir do *Google Forms* compartilhados posterior ao Ateliê Formativo virtual 01 “Escola como espaço de participação da juventude” (Apêndice F) e respondido por oito (08) colaboradores(as) revelaram que apenas um(a) (01) respondente afirma que somente a legislação assegura o modelo de gestão democrática na escola. Os(as) outros(as) sete (07) reconhecem a necessidade de criar condições para que os(as) estudantes possam ter uma participação mais ativa conforme aponta o gráfico 05.

A partir desse reconhecimento apontado pelos(as) colaboradores(as) faz-se necessário, portanto, refletir sobre essas metas e estratégias que se apresentam nos dispositivos legais, com vistas a construção de um arcabouço de ações efetivas que sejam favoráveis à materialização da gestão democrática e participativa a partir da reflexão de como tem se dado o fortalecimento da participação estudantil no interior das unidades escolares e, conseqüentemente, no fortalecimento das ações de incentivo à construção e/ou atuação dos grêmios estudantis, como está posto na estratégia 19.4 do PNE, pois falar de gestão democrática implica no reconhecimento de que para que esta se concretize, envolve ações que não são distantes da realidade cotidiana das instituições escolares.

GRÁFICO 05- Legislação e gestão democrática na escola a partir da concepção dos(das) colaboradores(as)



Fonte: Elaborado automaticamente a partir das respostas do *Google Forms* aplicado posteriormente ao Ateliê Formativo virtual 01, 2022, Apêndice F.

Os grêmios estudantis constituem-se como uma alternativa que viabiliza a organização e a representatividade dos(das) estudantes no cotidiano escolar, contribuindo assim, com o fortalecimento da gestão democrática à medida que pode ser definido, conforme Franco (2012) como o espaço institucionalizado, cujo alto potencial de abertura de debate para as questões cotidianas da escola, permite aos(às) jovens organizarem-se rompendo com as relações hierarquizadas de poder presentes no ambiente escolar, estreitando assim, o diálogo entre toda a comunidade escolar. Isso implica compreender que falar de gestão democrática e participativa, é romper com as práticas autoritárias que inviabilizam dentre outras questões, a participação estudantil.

Conforme salienta Müller (2014), as atividades desenvolvidas no âmbito do GE constituem-se, por vezes, a primeira experiência de participação política, social e cultural vivenciada pelos(as) estudantes e pode contribuir para a formação dos(das) jovens à medida que essas atividades podem se tornar um meio para o exercício da participação dentro e fora do contexto escolar. Assim, a necessidade da abertura desses espaços de atuação estudantil funciona não só como um mecanismo de fortalecimento da gestão democrática, mas sobretudo de incentivo à participação juvenil enquanto alternativa de formação cidadã dos (das) jovens estudantes que compõem a escola.

Os GEs funcionam como um espaço de participação dos(das) estudantes e sua relação com a gestão democrática dá-se pela possibilidade de abertura do diálogo para que esses(as) estudantes garantam sua representatividade no interior das escolas. Para tanto, Paro (2006) ratifica a necessidade de instalação de uma estrutura política administrativa adequada à participação de todos(as) os(as) usuários(as) da escola adotando-se mecanismos que viabilizem e incentivem a instituição desses espaços de participação sendo que dentre os vários recursos institucionais que viabilizam o acesso de todos(as) os(as) interessados(as) aos assuntos que dizem respeito à dinâmica da escola além das eleições de dirigentes, dos conselhos e colegiados escolares, está também os grêmios estudantis.

Sobre a falta de autonomia dos GE, Marques (2021) afirma que a interferência da gestão escolar em momentos como, o processo eleitoral marcado pela indicação de estudantes para a composição de chapas, a necessidade de permissão para o desenvolvimento das atividades, além da própria contradição que gira em torno de assegurar a existência do grêmio, determina o que essa instância pode ou não fazer dentro da escola. Tais ações além de ir de encontro aos princípios de autonomia do GE, afetando a legalidade de sua existência, fragmenta o papel

dessa instância de representatividade à medida que, na maioria das vezes, é necessário uma negociação das ações estudantis e às atividades resume-se, por exemplo, à realização de eventos em datas comemorativas e/ou eventos da escola, destoando da concepção de atuação mais crítica e politizada com vistas à formação para a cidadania mediada pela participação política.

Através dos dados revelados no 3º Ateliê Formativo intitulado “Dialogando sobre a criação e o funcionamento de um grêmio estudantil”, dos(das) oito (08) colaboradores(as) da pesquisa que estiveram presentes no encontro, mais destacadamente, Amora Bloom e Atlas trouxeram questionamentos sobre os aspectos adversos à atuação do GE. A partir do debate, os aspectos que emergiram foram a dificuldade em conciliar as atividades e agendas dessa instância com as atividades acadêmicas, visto que não há uma carga horária disponível para o planejamento e execução das ações.

Sobre essa questão os colaboradores Atlas e Cecília relataram o receio de engajarem-se para compor um GE e não conseguirem conciliar as atividades acadêmicas com as atividades do GE dada a ausência de uma carga horária destinada ao desenvolvimento das ações dessa instância, o que pode ser também o receio de outros(as) estudantes, conforme apontam as falas extraídas do 3º Ateliê Formativo:

Eu acho que são muitas as atribuições para ter um grêmio atuante na escola e se não tem uma liberação para que os alunos possam se dedicar a essas atividades. Possa ser que eles acabem ficando sobrecarregados ou não dê pra conciliar tudo, enfim... (Atlas, 2022).

Essa falta de um momento para os alunos que participam do grêmio possam se reunir para pensar atividades, fazer reuniões entre outras coisas pode acabar gerando uma falta de interesse em participar, porque a gente pode acabar ficando sobrecarregado de atividades e acabar não dando conta. Os professores também não vão querer ficar liberando para fazer coisas do GE em horário de aulas, nem todo mundo pode estar na escola em outro horário além do que já vem pra escola (Cecília, 2022).

Como está posto no próprio artigo 88 do Regimento Escolar do Sistema Público Estadual de Ensino, as atividades do GE são complementares aos trabalhos escolares e, os(as) estudantes devem cumprir com a obrigatoriedade de suas atividades acadêmicas, o que inclui a frequência às aulas. Isto, por vezes, acaba gerando conflitos de interesses entre professores(as) e estudantes devido a necessidade de algumas negociações entre as atividades escolares e do GE, além de ser um fator que, por vezes, pode diminuir o interesse dos(das) estudantes em compor essas instâncias por receio do acúmulo de atividades como nota-se nas falas de Atlas e Cecília.

A falta de apoio da gestão escolar também foi um dos fatores que se destacaram tendo em vista que para a atuação efetiva do GE, o apoio da gestão escolar é um fator imprescindível, pois embora a criação e o funcionamento dessa instância sejam assegurados por lei e não possa ser impedido, a falta de apoio por parte da gestão escolar pode ser um fenômeno gerador de conflitos. Essa foi uma das ponderações apresentadas na fala da colaboradora Amora Bloom durante o Ateliê Formativo virtual 03 ao ressaltar a importância de uma gestão parceira para a atuação do GE, conforme o exposto:

Eu acredito que o apoio da gestão seja muito importante para o GE, porque de certa forma ele funciona como a ponte entre a direção, coordenação e os alunos que precisam levar suas demandas, suas sugestões, as coisas que eles têm interesse em desenvolver para melhorar a escola, enfim... e esse apoio é muito importante. Às vezes a gente também vai precisar de coisas, como por exemplo, recursos para realizar ações do GE. Sem esse apoio tudo pode ficar bem mais difícil (Amora Bloom, 2022).

Cabe destacar ainda que a abertura do debate no Ateliê em pauta para que os(as) colaboradores(as) pudessem sanar as dúvidas sobre as questões concernentes à temática discutida versou também sobre a falta de maturidade dos(das) estudantes em lidar com todas essas questões adversas que permeiam a implementação e o funcionamento de um GE no interior da escola e, por vezes, levam muitos(as) a desistirem de atuar nessa instância. Essa falta de maturidade para lidar com a flexibilidade que permeiam o planejamento e a execução de toda ação foi outra preocupação evidenciada pelo colaborador Atlas, o qual trouxe reflexões acerca das ações que o GE se propõe a fazer e não dão certo ou são marcadas por vários entraves até darem certo, conforme o exposto:

Eu acho que são muitas as responsabilidades de um grêmio e que nem todos os alunos estão preparados. A partir do que Ney falou, a gente percebe que muitas das coisas que o grêmio faz pode não dar certo ou até mesmo acontecer várias coisas erradas para depois darem certo e, isso acaba dando um pouco de medo. O que fazer quando a gente planeja um monte de coisas achando que vão dar certo e na hora tudo acontece o contrário? Tem gente que consegue tirar de letra, tem um plano B, mas tem gente que não. Isso acaba dando um medo! E se não tiver o apoio da gestão, da coordenação, eu acho que pode ser ainda mais difícil (Atlas, 2022).

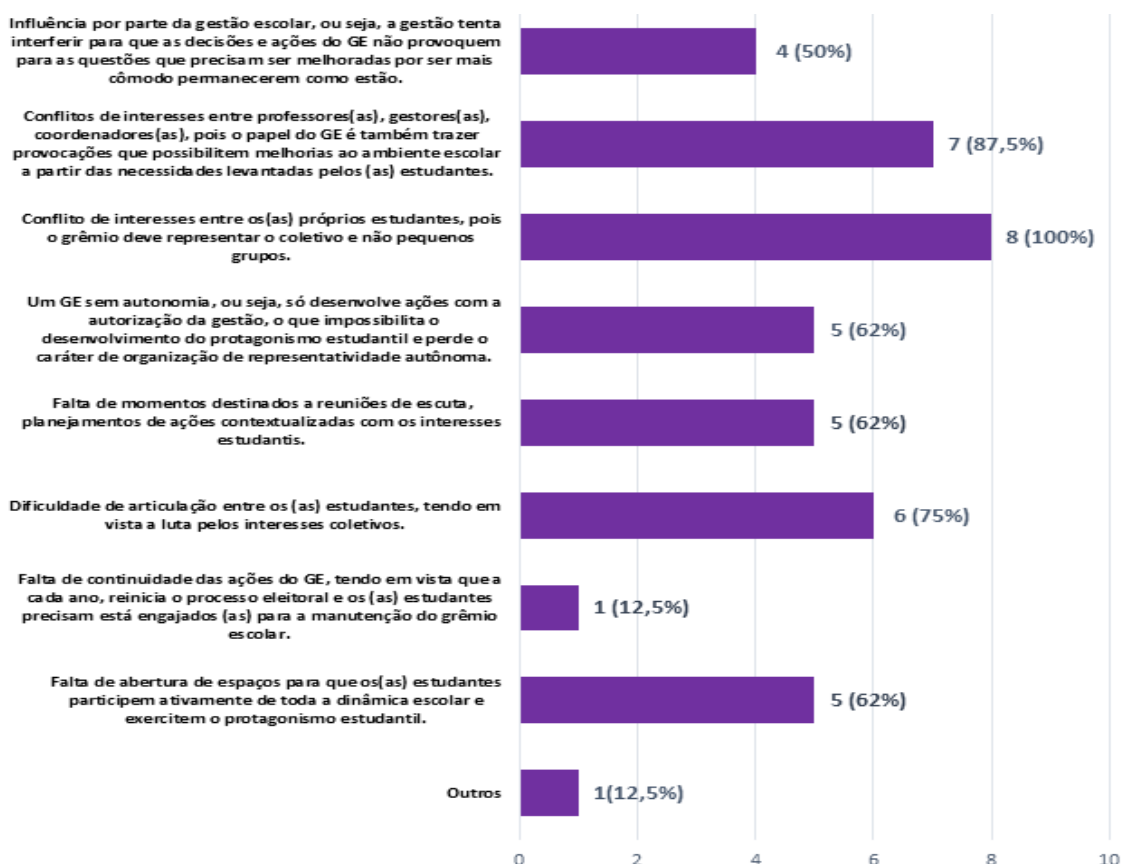
A partir das reflexões do colaborador, nota-se a insegurança em lidar com o imprevisível, além de destacar as responsabilidades do GE que nem sempre o(a) estudante está preparado(a) para dar conta. A partir dessas reflexões apontadas pelo colaborador, pode-se ratificar que os(as) estudantes necessitam de incentivo e, sobretudo, de apoio para engajarem-se no GE. Isso é possível em contextos democráticos que legitimam essa participação através

de instâncias como o GE, enquanto mecanismos inerentes à ação educativa, ao fortalecimento da gestão democrática mediada pela participação estudantil e que compreendem que os(as) estudantes apresentam níveis distintos de autonomia, daí a necessidade de apoio nas ações em que estes(as) assumem o papel de protagonistas para que possam potencializar cada vez mais a sua autonomia.

Como a escola em que a pesquisa aconteceu ainda não possui GE ativo, vale ressaltar que as discussões foram realizadas a partir de socialização da experiência do presidente do GE de outra instituição escolar convidado para participar do Ateliê Formativo virtual 03 que possibilitaram aos(às) oito (08) colaboradores(as) participantes do encontro sinalizar ainda os seguintes aspectos que para eles(as) constituem-se enquanto adversos à implementação e/ou atuação efetiva do GE na escola, através do formulário compartilhado e respondido após o encontro virtual 03, (Apêndice J).

Os(as) oito (08) colaboradores(as) participantes do Ateliê Formativo em questão identificaram ainda como desafios que fazem parte da própria natureza de formação do GE na escola os seguintes aspectos, conforme resultados evidenciados no gráfico 7.

GRÁFICO 06- Aspectos adversos à implementação e/ou atuação efetiva do GE na escola

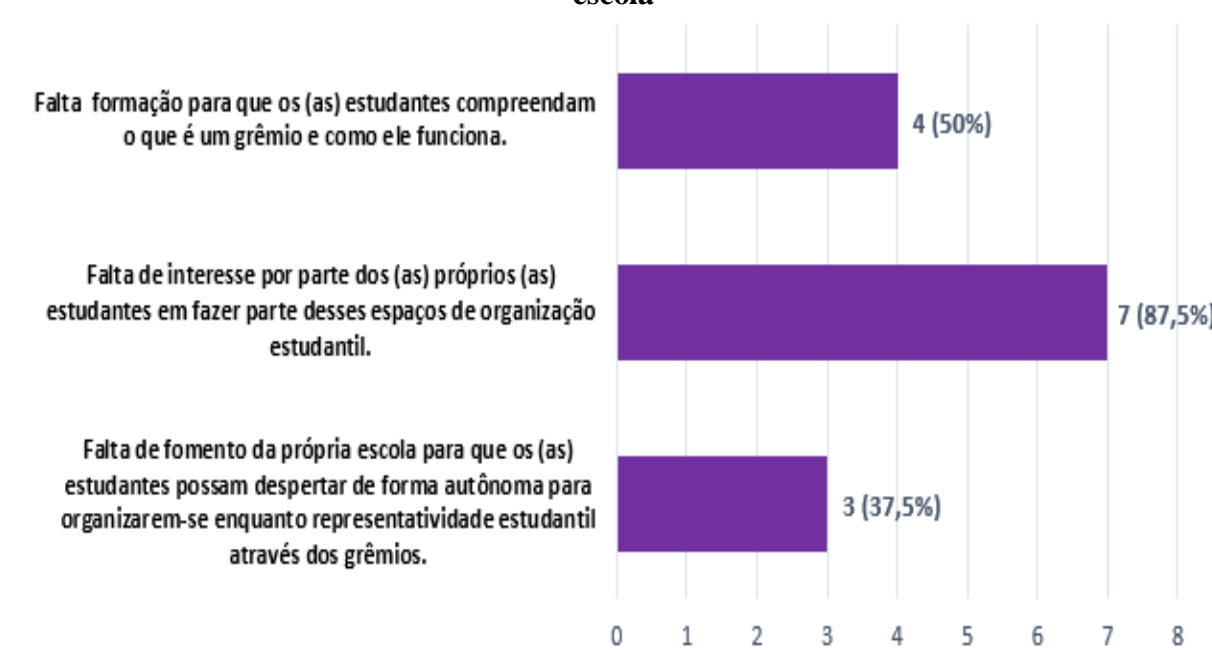


Fonte: Elaborado automaticamente a partir das respostas do *Google Forms* aplicado posteriormente ao Ateliê Formativo virtual 03, 2022, Apêndice J.

Um dos colaboradores também acrescentou que “o interesse que a direção escolar não tem, às vezes é um desafio para a formação do grêmio (Atlas, 2022).

Embora existam os aspectos antagônicos que se constituem como desafios que permeiam a implementação e/ou atuação dos GE no âmbito da educação básica, não foi possível listar esses dados com base em experiência da prática dos(das) estudantes na própria instituição de pesquisa dada a ausência de um GE ativo e/ou experiências de participação nesta instância, visto que dos(das) doze (12) colaboradores(as) e, mais especificamente, dos(das) oito (08) participantes do encontro, apenas Amora Bloom e Cecília já participaram de um GE.

GRÁFICO 07- Desafios que fazem parte da natureza de formação do GE na escola

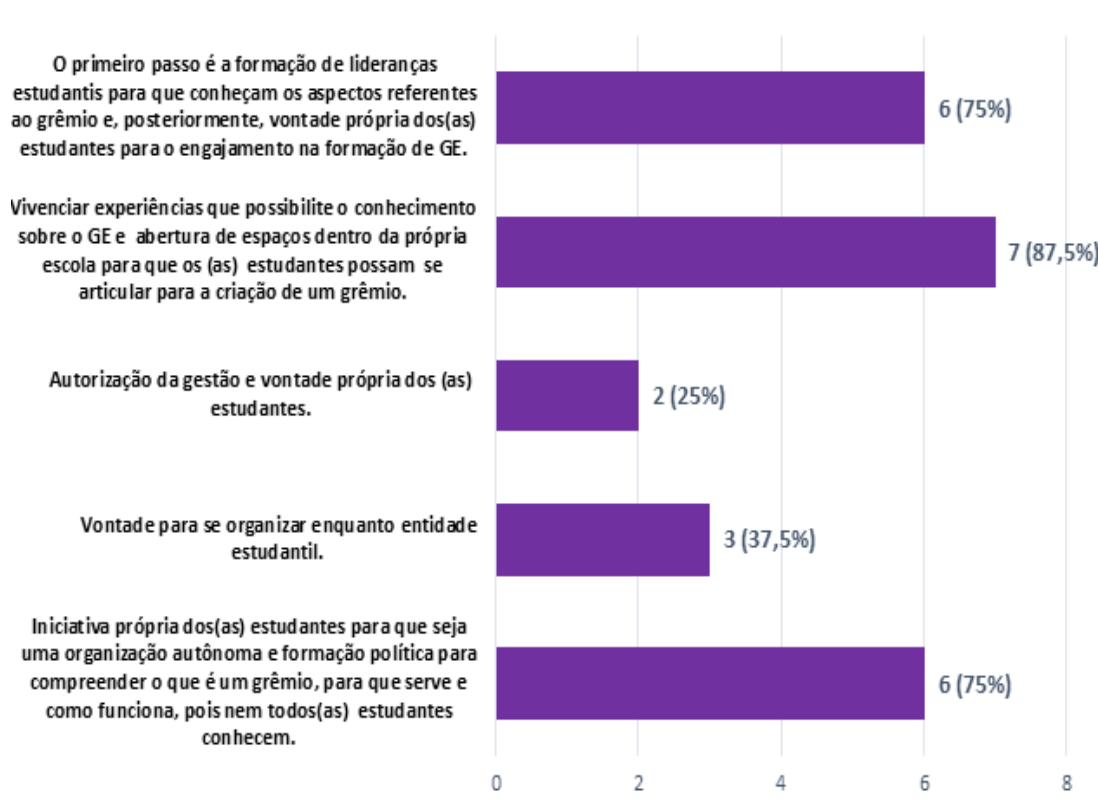


Fonte: Elaborado automaticamente a partir das respostas do *Google Forms* aplicado posteriormente ao Ateliê Formativo virtual 03, 2022, Apêndice J.

Foram elencadas ainda no formulário em questão, algumas alternativas para que os(as) colaboradores(as) listassem quais dessas alternativas eles(as) consideram importantes para que os(as) estudantes possam despertar para a criação dessa instância de representatividade no interior da escola, conforme resultados apontados no gráfico 8.

Percebe-se que dois/duas (02) colaboradores(as) consideram como importante a autorização da gestão para a criação do GE na escola. Infere-se que o equívoco pode estar relacionado a discussão da necessidade de comunicar à gestão escolar sobre a criação do GE e destaca-se uma maior expressividade nas alternativas que consistem em vivenciar experiências que possibilitem o conhecimento acerca do GE e a abertura de espaços para a articulação com vistas a criação dessa instância, além da formação de lideranças estudantis e vontade própria dos(das) estudantes para o engajamento na formação de GE.

GRÁFICO 08- Alternativas importantes para que os(as) estudantes possam despertar para a criação de GE na escola



Fonte: Elaborado automaticamente a partir das respostas do *Google Forms* aplicado posteriormente ao Ateliê Formativo virtual 03, 2022, Apêndice J.

Para a promoção da gestão escolar democrática e participativa cabe ratificar ainda de acordo com as reflexões pontuadas por Lück (2013) que compete aos(às) responsáveis pela gestão escolar promover um ambiente propício à participação plena dos(das) estudantes e de toda a comunidade escolar, tendo em vista que essa participação potencializa a construção da consciência social crítica e o sentido de cidadania, construções estas, fundamentais para que os princípios dessa gestão democrática e participativa se efetive no interior das instituições escolares.

Cabe ratificar uma importante contribuição com base em Demo (1997) que educação que não colabora para o efetivo exercício da participação não pode ser denominada como educação, pois está centrada em estruturas impositivas e excludente dos(das) estudantes e de suas famílias, deixando de considerar que a qualidade da educação perpassa pelo envolvimento de todos(as) num processo educativo que deve levar em consideração a criatividade e a potencialidade desses sujeitos.

Também cabe fundamentar-se na discussão de Cury (2002) ao afirmar que a gestão democrática da educação centra-se para além da transparência e impessoalidade, a autonomia, a participação, a liderança, o trabalho coletivo, a competência e a representatividade, enquanto processos simultâneos, pois a tomada de decisões baseadas na participação, nesse modelo de

gestão, pode-se constituir como um grande potencial para a formação cidadã e para a ampliação da sociedade enquanto instância democrática.

Falar em formação cidadã através da escola implica no reconhecimento de que os componentes que fazem parte de um projeto de cidadania com base em Demo (1996) envolvem a noção de formação centrada nas potencialidades dos(das) estudantes enquanto sujeitos sociais, não meros(as) receptores(as) de serviços ofertados. Depreende-se daí, que a participação dos(das) estudantes enquanto princípio da gestão democrática abre possibilidades para que as instituições escolares desenvolvam ações focadas nos componentes de um projeto de educação pautado na formação para a cidadania. É importante ressaltar que esse tipo de projeto necessita considerar que a formação para a cidadania envolve ações e vivências democráticas, isto é, centrada em experiências de participação dos(das) estudantes em todos os processos de construções coletivas no contexto escolar.

Dada a importância das ações coletivas, da participação e representatividade no contexto da gestão democrática da educação, pode-se refletir que os GE por ser uma instância que viabiliza essa participação e representatividade, configura-se como um mecanismo de fortalecimento desse modelo de gestão nas instituições escolares. Por isso, as escolas assumem o relevante papel de desenvolver ações de incentivo e mobilização para que os(as) estudantes possam compreender aspectos concernentes à implementação e atuação autônoma de um GE e, conseqüentemente, sintam-se mobilizados(as) para atuar nessas instâncias de representatividade estudantil.

Apesar de todos os desafios e situações adversas que perpassam pela criação e o funcionamento de um GE na escola, estes se caracterizam como um importante mecanismo que viabiliza a participação dos(das) estudantes nas instituições escolares corroborando assim, com o fortalecimento da gestão democrática, possibilitando ainda que a escola se configure enquanto um espaço de interação entre pessoas mediada pela participação ativa na tomada de decisões, na efetivação e avaliação de tais decisões.

4. PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL, INTERFACES COM A ESCOLA E O GRÊMIO ESTUDANTIL

Esta seção, situa, de forma inicial, o conceito e aspectos históricos acerca de participação, participação estudantil, bem como as interfaces que se estabelecem com o universo escolar e o grêmio estudantil a partir do subsídio de autores como: Bordenave (2002), Ciseski e Romão (2012), Demo (1996), Ferretti; Zibas e Tartuci (2004), Marques (2021) e entre outros.

O conceito de participação adquire novos sentidos de acordo com o contexto social historicamente marcado por um sistema de poder hierárquico inerente à sociedade de classes que coloca os mais distintos sujeitos sociais em uma relação de subordinação ao capital, fazendo da participação um fenômeno social em constante construção.

Conforme pontuam Ciseski e Romão (2012) uma breve retomada do contexto histórico mostra que parte de população esteve à margem dos processos decisórios dos contextos macro, a exemplo das decisões que afetam o país, o que pode-se refletir também que parte da população esteve à margem das decisões que afetam as organizações sociais micro. Isto colabora para que o efetivo exercício da gestão democrática no interior das escolas, seja necessário além de estimular, promover ações formativas para que todos os segmentos, principalmente pais e estudantes possam compreender as dimensões da participação enquanto prática que precisa ser aprendida.

A participação com base em Lück (2013) trata-se de um processo de construção social e uma ação que precisa ser aprendida ao longo do tempo. Bordenave (2002) converge com a discussão ao ressaltar que embora a participação seja uma necessidade básica inerente ao ser humano, esta é uma habilidade que se aprende e se aperfeiçoa à medida que as pessoas se apropriam das diversas forças e operações constituintes da dinâmica de participação.

Neste sentido, Paro (2006) ratifica que a participação democrática é um processo historicamente construído e ensinado de forma coletiva, isto é, não se materializará de forma espontânea, o que requer além da construção dos mecanismos institucionais que viabilizam essa participação, o fomento às práticas participativas como uma condição indispensável no interior da escola.

Dada a análise histórica do contexto social, marcado por práticas autoritárias e relações hierárquicas e de poder, Demo (1996) também conceitua participação como processo de conquista, cuja materialização se dará à medida que forem empreendidos esforços para

execução de práticas formativas que, historicamente negaram a participação social e, portanto, necessitam ser construídas, refeitas, recriadas e reivindicadas constantemente.

Partindo-se da análise desse contexto social fortemente marcado por práticas autoritárias e relações de poder que fortalecem interesses das classes dominantes, pode-se depreender que as instituições escolares, enquanto parte integrante da sociedade, também apresentam reflexos da não participação em sua dinâmica cotidiana, o que implica na necessidade de reconhecer que a participação enquanto prática social a ser conquistada conforme foi apontada por Demo (1996) também precisa ser construída dentro da própria escola.

A garantia da participação faz parte de um projeto de educação comprometido com a formação para o exercício da cidadania que, embora, não seja somente de responsabilidade da escola, esta deve contribuir de maneira significativa, abrindo possibilidades para que a participação possa se construir na prática, enquanto, exigência indispensável na gestão democrática e no fortalecimento do protagonismo estudantil. Importante estimular os(as) estudantes não só para pensar sobre a necessidade de participação no planejamento, na implementação e avaliação de ações administrativas e pedagógicas, mas compreender a participação como mecanismo de formação política para o alcance de transformações e conquistas de objetivos e direitos coletivos.

É importante considerar também que a construção da participação nas instituições escolares é fundamental, pois conforme aponta Bordenave (2002) os processos de participação que se dão nas comunidades, nos sindicatos, nas associações de bairros, nos grêmios estudantis, nos grupos de igrejas dentre outros espaços associativos funcionam como um mecanismo de ampliação e desenvolvimento da práxis participativa e da educação para a participação, constituindo-se como ponte para a macroparticipação, ou seja, para a participação em outras esferas sociais mais amplas, através, por exemplo, das lutas sociais organizadas com o objetivo de expressar demandas, defender interesses coletivos, garantir direitos sociais e políticos, além de aprender a convivência democrática.

Para compreender a participação estudantil no contexto escolar, é importante reviver aspectos relacionados ao surgimento da participação político-social e econômica, visto que a década de 1960, no Brasil, foi marcada pela Ditadura Militar, cujo papel dos movimentos sociais no tocante a resistência e enfrentamento às formas de silenciamento e cerceamento dos direitos humanos foi de grande importância para o restabelecimento do direito à participação enquanto fenômeno social construído que ganha novos sentidos face ao contexto social historicamente situado.

Ao considerar a importância das lutas protagonizadas pelos movimentos sociais em oposição à Ditadura Militar, pode-se reiterar que a participação além de ser uma conquista, constitui-se enquanto um fenômeno social a ser aprendido ao longo das relações sociais e coletivas como foi possível extrair da discussão de Demo (1996), Lück (2013) e Bordenave (2002) e, que, por sua vez, está presente enquanto condição inerente ao ser humano e suas relações sociais na coletividade tanto nos espaços micros sociais mais restritos, a exemplo das comunidades, das associações, das igrejas, da escola, das organizações estudantis, como os GE e entre outros contextos, quanto nos espaços macrosociais, a exemplo dos espaços de lutas políticas, sociais e econômicas mais amplas.

Em se tratando dos mecanismos de participação estudantil no Brasil Zibas; Ferretti e Tartuce (2004) apontam que o discurso de participação ativa dos(das) estudantes em seu processo de aprendizagem surgiu nos anos de 1920 e 1930, quando o pensamento de John Dewey passou a ser propagado por vários teóricos da educação, no entanto os canais institucionais de participação estudantil na gestão escolar, mais destacadamente o GE datam da década de 1960. Assim, faz-se necessário destacar o importante papel das lutas históricas travadas pelos movimentos estudantis, cuja organização deu-se na década de 1960, ascendendo-se, sobretudo, na década de 1970.

Os registros históricos do primeiro GE de acordo com Marques (2021) deram-se no início do século XX, no entanto os períodos que compreendem a monarquia e a primeira república já era possível identificar ainda que de forma embrionária às lutas estudantis de cunho político e social, cuja literatura, por vezes, aborda essas lutas como transitórias, no entanto ressalta o seu papel importante no que tange ao processo histórico de fortalecimento e consolidação do Movimento Estudantil (ME). Segundo o autor mencionado essas lutas se intensificaram ainda mais no período da segunda república, todavia foi a partir da criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1938 que as lutas transitórias e regionalizadas dos(das) estudantes universitários(as) e secundaristas ganharam dimensão nacional através do apoio entre Movimento Estudantil Universitário e Movimento Estudantil Secundarista até a criação da entidade própria dos(das) estudantes secundaristas, isto é, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), em 1948.

O ME teve suas ações políticas em efervescência até o final da década de 1960 quando estas foram cerceadas em virtude da Ditadura Militar. Conforme aponta Dal Ri (2011) como respostas à repressão, o ME retomou suas atividades de lutas em 1977, juntamente com outros movimentos e entidades contrárias ao Regime Militar e, foi a partir de 1980, que o ME secundarista ganhou forças, impulsionando a criação de GE nas escolas. Em 1985 com o fim

da Ditadura Militar e no processo de redemocratização da sociedade brasileira foi aprovada a chamada Lei do Grêmio Livre que assegura aos(às) estudantes secundaristas o direito de organizarem-se enquanto entidade livres e autônomas no contexto da educação básica.

Dado o exposto, percebe-se que o direito a organização e representatividade estudantil mais destacadamente até o surgimento de entidades como os GE é fruto de lutas e embates que marcaram o processo histórico de consolidação do ME secundarista ora marcado por momentos de enfraquecimento ora marcado pela efervescência de ações políticas de enfrentamento às formas de repressão do período que compreendeu a Ditadura Militar.

A história do GE conforme ressalta Zibas; Ferretti e Tartuce (2006) possui algumas décadas, marcadas por momentos de enfraquecimento e invisibilidade, graças à desmobilização dos movimentos sociais e da organização nacional dos(das) estudantes. No entanto, a partir da reforma do ensino médio, a instalação dessa entidade estudantil ganha uma nova visibilidade em virtude da ênfase que a legislação traz no que concerne ao protagonismo estudantil em todas as esferas da vida escolar. Cabe destacar que a participação estudantil oportunizada através da atuação no GE é um mecanismo necessário já explicitado também na legislação no que tange ao fortalecimento da gestão democrática.

As experiências participativas oportunizadas através do GE podem se configurar como experiências formativas para o exercício da cidadania nos espaços para além dos muros das escolas. Dessa forma, a participação precisa ser fomentada no interior das instituições de ensino de Educação Básica, enquanto condição indispensável para essa construção social que envolve dentre outras medidas, a abertura dos espaços de representatividade estudantil assegurando aos(às) estudantes o direito de expressar-se de forma livre, autônoma e organizada, com vistas a assegurar o fortalecimento da gestão democrática e do protagonismo estudantil. Importa ressaltar, com base em Franco (2012), que através dos GE os (as) representantes e lideranças estudantis poderão ter voz ativa, pois estes podem se constituir ainda como um canal que viabiliza aos(às) estudantes explicitar suas necessidades e inquietações junto à gestão escolar, através da participação ativa nas decisões administrativas e pedagógicas da escola.

De acordo com Dayrrel e Carrano (2014) a participação pode ser compreendida como abrangente e diversa, podendo apresentar vários sentidos e formas de realizá-la, sendo que, em seu sentido mais abrangente, pode ser compreendida como as diversas formas de agrupamentos das pessoas nas esferas de organização da sociedade e, num sentido mais restrito, pode ser considerada como a presença ativa dos(das) cidadãos (ãs) nos processos de decisões da sociedade. As experiências resultantes da participação, sejam elas em seu sentido amplo, isto é, nas diferentes esferas da nossa sociedade ou restrito como na atuação em GE, tem um alto

potencial educativo e formativo simultaneamente à medida que envolvem as mais distintas formas de organização dos sujeitos sociais em prol da materialização de interesses coletivos.

Nos dados produzidos no primeiro Ateliê Formativo virtual, que versou sobre Escola como espaço de participação da juventude, os (as) colaboradores compreendem participação da seguinte forma:

Participação é você ter voz ativa, dar opinião, é ter atitudes que colaboram com o seu grupo, dando ideias, é ser ativo, ou seja, participar é muito mais do que você está aqui só ouvindo. É ser disposto, aprender com outro, é escutar também, mas não é só isso...você precisa estar ali ativo, não sei se vocês entenderam, mas participar é muito mais do que está aqui só ouvindo, por exemplo. Você participa quando você interage, dá uma ideia, uma opinião, colabora com o grupo (Amora Bloom, 2022).

Participação é como se fosse um espaço que você pode ocupar fazendo várias coisas, ou seja, ocupando vários papéis, fazendo várias coisas, contribuindo em várias coisas, como nos grupos de igrejas, de bairros...É você estar lá, é você ter voz, ser um participante ativo[...] Então, a participação pode mudar muitas coisas que nem sempre são ruins, mas que podem ser melhoradas[...] e como eu acho que posso contribuir é participando, expondo minha opinião, apontando melhorias, é estar ativo para que o ambiente escolar melhore (Harry Cameron, 2022).

Face ao exposto, depreende-se que os(as) colaboradores(as) apresentam uma compreensão bem prática do que seja participação, algo voltado para a conquista de espaços e envolvimento individual e coletivo dos(das) estudantes, que precisa ser incentivado e construído frequentemente. Ao considerar que a participação se constitui como um processo de construção que não ocorre de forma espontânea e, por conseguinte, necessita ser aprendida através, por exemplo, de ações formativas para qualificá-la, principalmente os(as) estudantes, conforme evidenciado por Demo (1996), Ciseski e Romão (2012) compreende-se que os GE podem se constituir como um espaço privilegiado para os(as) estudantes vivenciarem a participação de forma mais qualificada.

Acerca da importância da participação estudantil para o ambiente escolar, os(as) doze (12) colaboradores(as) respondentes também revelaram, a partir da resposta ao *Google forms* encaminhado antes da realização do Ateliê Formativo virtual 01 “Escola como espaço de participação da juventude” (Apêndice E) que ela é importante pelos seguintes motivos:

Sim, pois pode ajudar a melhorar a escola (Girassol, 2022).

Sim, para ajudar na melhoria da escola (Lua, 2022).

Sim, porque assim os alunos têm voz (Amora Bloom, 2022).

Sim, porque com a participação, haverá grande avanço na escola em questões democráticas e até mesmo na convivência (Cecília, 2022).

Sim. Pois, os estudantes fazem parte desse ambiente e é de suma importância saber quais são os pensamentos desses alunos (Atlas, 2022).

Sim, para o desenvolvimento dos estudantes em áreas de sua vida e possivelmente carreira (Harry Cameron, 2022).

Sim, porque ajuda no desenvolvimento e melhoria da escola (Esperança, 2022).

Não há dúvida que os (as) colaboradores (as) reconhecem a importância e contribuição da participação estudantil, para a consecução de um projeto de escola que atende e inclui as demandas oriundas dos(das) estudantes. Tal participação pode ser efetivada através da ocupação desses espaços de representatividade como o GE e demais órgãos deliberativos dentro do ambiente escolar, pois como ressalta Libâneo; Oliveira e Toschi (2012) é vivenciando a participação que pais, estudantes, professores(as) e toda a comunidade escolar aprendem e sentem-se responsáveis pelas decisões que os afetam não somente na escola, mas no contexto social mais amplo, o que se pode reafirmar com efeito, o alto potencial formativo e educativo potencializado pela participação seja em seu sentido amplo ou restrito já apontado por Dayrrel e Carrano (2014).

Sobre a importância da participação no ambiente escolar cabe destacar ainda, os contributos de Gadotti e Romão (2012) ao ressaltarem que o(a) estudante aprende apenas quando se torna autor(a) de sua aprendizagem, o que é possível quando participa das decisões relacionadas ao projeto de educação, projeto este que não deixa de estar relacionado com o seu projeto de vida e é necessário também levar em consideração que o(a) estudante tem uma longa trajetória escolar para assumir apenas a condição de meros(as) receptores(as) de serviços educacionais. Os(as) estudantes constroem um conceito sobre a escola e, de alguma forma, apresentam um ideário sobre esta, ora compreendido, ora não pela gestão escolar e pelos (as) docentes. Em alguns casos, como na pesquisa em questão, reconhecem que a escola pode ser como espaço propício para a participação estudantil através dos dados apontados no *Google Forms* anteriormente citado:

É um espaço para dar oportunidade para os estudantes (Rosa, 2022).

Entendo por os responsáveis ouvirem e pedirem opiniões e visões dos alunos que compõem a escola, em prol de melhorar o ambiente para todos (Amora Bloom, 2022).

Entendo que os alunos têm um papel importante na escola, para assim funcionar de boa forma (Cecília, 2022).

Entendo que os alunos possuem um papel importante nesse espaço para o seu crescimento pessoal, moral e educativo (Atlas, 2022).

É a escola procurar incluir a participação dos estudantes em espaços dentro da própria escola (Harry Cameron, 2022).

Que a escola dá várias oportunidades para o aluno interagir. Cabe a ele decidir se quer participar ou não (Begônia, 2022).

A partir das respostas percebe-se que os (as) colaboradores(as) apresentam indícios de que a concepção acerca da escola como espaço de participação está ancorada na abertura de oportunidades dentro da instituição para que os(as) estudantes sejam vistos(as) e considerados(as) como sujeitos de/e com voz, que tenham suas opiniões respeitadas e incluídas no cotidiano escolar.

A construção de um projeto coletivo de escola perpassa pela abertura e o fomento à construção dos tempos e espaços de participação dos(das) estudantes e de toda a comunidade escolar, o que implica no reconhecimento de que a gestão democrática precisa está assentada em contextos que prezam pela construção, fomento e mobilização para a criação desses mecanismos que viabilizem aos(às) estudantes o direito à participação mais destacadamente nos GE, por se tratar do foco de estudo aqui apresentado, sem nenhum tipo de intenções manipulatórias.

Portanto, a tarefa da gestão escolar em parceria com os(as) coordenadores(as) pedagógicos(as), corpo docente e todos os segmentos da comunidade escolar, numa perspectiva democrática, não deve estar centrada apenas nos aspectos burocráticos e administrativos que permeiam à função, mas consiste, sobretudo, em empreender esforços para fazer a escola funcionar pautada no princípio de um projeto coletivo que considere a participação estudantil como fator que contribui para a melhoria da qualidade dos serviços ofertados, conforme depreende da discussão de Vasconcelos (2019).

No Estado da Bahia, a participação estudantil está garantida legalmente, a exemplo da eleição para o Colegiado Escolar, um importante mecanismo de fortalecimento da gestão democrática que contempla a participação e representatividade estudantil, e representatividade estudantil, envolvendo-os(as) na concepção, execução, controle, acompanhamento e avaliação dos processos administrativos e pedagógicos que se dão no interior da escola, à medida que assegura que poderão concorrer, os(as) estudantes a partir de doze (12) anos de idade

devidamente matriculados(as) nas Unidades Escolares. Quanto a função mobilizadora do Colegiado Escolar, a Lei nº 11.043 de 09 de maio de 2008 ainda estabelece que:

§ 4º - A função mobilizadora corresponde às competências para apoiar, promover e estimular a comunidade escolar e local em busca da melhoria da qualidade do ensino e do acesso à escola, abrangendo as seguintes atividades: VI. incentivar a criação de grêmios estudantis e apoiar seu funcionamento (BAHIA,2008, p.04).

Além da garantia de representatividade estudantil, é função do Colegiado a mobilização e o apoio a criação de GE na escola. Essa mobilização para a criação de GE só será efetiva se os processos administrativos e pedagógicos da ação educativa estiverem assentados em contextos pautados na descentralização das ações, tendo em vista assegurar os princípios da coletividade que fundamentam a gestão democrática, a partir da participação estudantil e de toda a comunidade escolar.

Sobre a participação estudantil no colegiado escolar, os dados empíricos da pesquisa revelaram que dos(das) doze (12) colaboradores(as) da pesquisa, apenas dois/duas (02) já ouviram falar da participação e representatividade estudantil no âmbito do colegiado escolar. No tocante ao Regimento Escolar dos Sistemas Públicos de ensino da Bahia, a análise inicial identificou indícios de participação e representatividade, isto porque, no artigo 5º, parágrafo único aponta o GE como uma entidade representativa dos interesses dos(das) estudantes, cujo funcionamento se dará em articulação com a unidade escolar. Também dentre os direitos dos(das) estudantes está o de organizar e participar de entidades estudantis.

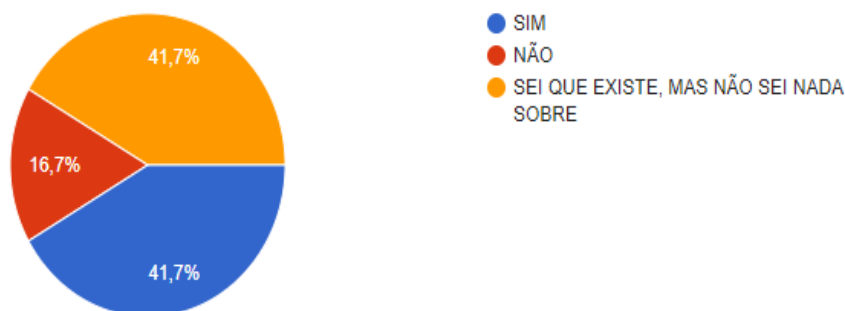
Outro indício da obrigatoriedade legal da participação estudantil na Bahia diz respeito ao conselho de classe participativo e representativo, inclusive com o segmento estudantil: Conforme o Art. 12. O Conselho de Classe possui os seguintes componentes: II - um representante dos estudantes de cada classe (BAHIA, 2011, p.09).

A participação e representatividade estudantil são asseguradas no Conselho de Classe por meio da obrigatoriedade da presença de estudantes de cada turma, numa tentativa de fortalecer e/ou instituir a gestão democrática e o exercício do protagonismo juvenil.

Sobre o conhecimento dos(das) estudantes acerca do Regimento Escolar, a análise dos dados levantados através do *Google Forms* encaminhado anterior a realização do Ateliê Formativo Virtual 01, (Apêndice E) revelou que dos(das) doze (12) colaboradores(as) respondentes, 41,7%, ou seja, (05) cinco afirmaram que conhecem o documento, outros(as) cinco (05) colaboradores(as), correspondente a 41,7%, afirmaram que sabem que existe, mas

não conhecem nada sobre, 16,7%, isto é dois/duas (02) dos(das) estudantes afirmaram que não conhecem o referido documento, conforme constata-se no gráfico:

GRÁFICO 09- Conhecimento dos(das) colaboradores(as) acerca do Regimento Escolar



Fonte: Elaborado automaticamente a partir das respostas do *Google Forms* aplicado anteriormente ao Ateliê Formativo virtual 01, 2022, Apêndice E.

Reflete-se que a falta de conhecimento acerca dos documentos legais e institucionais limita os(as) estudantes na identificação dos espaços em que podem ocorrer a participação e representatividade estudantil na escola.

Sobre as possibilidades de participação e representação estudantis, os resultados revelados através do *Google Forms* em questão mostram que onze (11) colaboradores(as) apontaram a representatividade de turma, o que corresponde a maioria dos(das) respondentes, seguido do grêmio estudantil com seis (06) respondentes e do Conselho de Classe participativo com cinco (05) respondentes. Possibilidades de participação como práticas e projetos pedagógicos, na Política Pública educacional, na construção do PPP e no Colegiado Escolar apresentam uma menor expressividade, cabendo destacar ainda que quatro (04) dos(das) respondentes sinalizaram que conhecem apenas a participação como líder de classe.

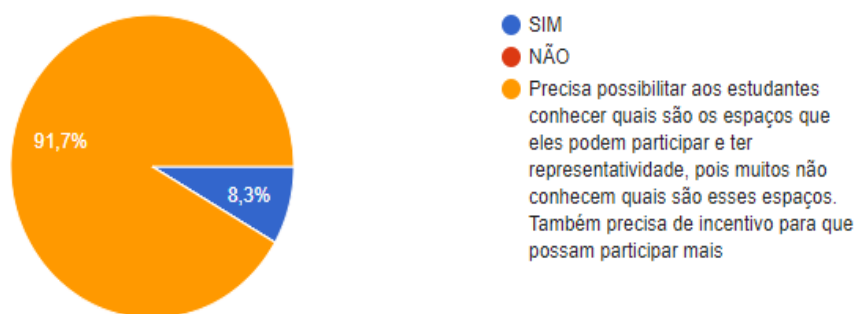
GRÁFICO 10- Possibilidades de participação e representatividade estudantis



Fonte: Elaborado automaticamente a partir das respostas do *Google Forms* aplicado anteriormente ao Ateliê Formativo virtual 01, 2022, Apêndice E.

Fica evidente a necessidade de ampliar a compreensão dos espaços de participação na escola para além da representação de turma, de promover ações de incentivo às práticas participativas, situação reforçada com a informação dos(das) colaboradores(as) sobre o fato de que a escola precisa possibilitar aos(às) estudantes um maior conhecimento acerca dos espaços que podem participar e ter representatividade, pois muitos(as) não conhecem quais são esses espaços e também precisam de mais incentivo para a participação, conforme dados, extraídos dos resultados ainda no mesmo *Forms*, (Apêndice E).

GRÁFICO 11- Espaços de participação estudantil e o papel da escola em possibilitar o conhecimento acerca desses espaços



Fonte: Elaborado automaticamente a partir das respostas do *Google Forms* aplicado anteriormente ao Ateliê Formativo virtual 01, 2022, Apêndice E.

Sobre o que a escola precisa melhorar no que tange a participação estudantil, os (as) colaboradores (as) registram ainda nas resposta ao *Forms* em questão as seguintes sugestões:

Dar mais sugestões nos projetos, nos investimentos (Rosa, 2022).

Reuniões para que coloquem os alunos a par do que acontece na escola, quais decisões serão tomadas futuramente (Atlas,2022).

Debates e reuniões para que possam falar da situação da escola, podendo deixar os alunos terem noção do que está acontecendo, dando espaço para eles (Cecília, 2022).

O grêmio em si (Amora Bloom, 2022).

Proporcionar aos estudantes a conhecer novos projetos e discutir assuntos importantes (Lua, 2022).

Como sugestão de melhoria no que se refere à participação do corpo estudantil da escola, posso dizer que a mesma deveria deixar os alunos primeiramente informados sobre os seus direitos e deveres como estudantes da instituição[...] trabalhar mais o desenvolvimento dos mesmos em relação à criação de projetos e envolvimento nos projetos que já são ofertados pela escola, dentre outros (Violeta, 2022).

Flexibilização do uso de uniforme e definição sobre novas regras; organização de torneios esportivos e outras atividades nos recreios, incluindo uso de app para escolha de músicas que tocarão durante esse horário (Esperança,2022).

Observa-se que os (as) colaboradores (as) da pesquisa identificam a necessidade de participação nas decisões administrativas e pedagógicas da escola ao ressaltar como sugestões opinar sobre projetos e os investimentos de recursos, mais destacadamente na resposta de Rosa (2022).

O GE também foi evidenciado como uma alternativa de participação e, apesar dos(das) respondentes indicarem com maior expressividade a participação enquanto representantes de turmas, nas sugestões de como a escola pode melhorar a participação estudantil, percebe-se a

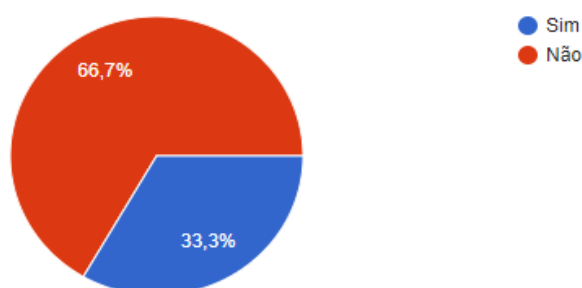
indicação de reuniões para debater questões concernentes a escola e os projetos desenvolvidos, além de oportunizar o conhecimento dos direitos e deveres.

No que se refere ao conhecimento dos direitos e deveres pode-se refletir que é uma alternativa que possivelmente ajuda a escola no fortalecimento da participação estudantil, pois à medida que conhecem seus direitos e deveres os(as) jovens possivelmente tomarão consciência do seu papel no exercício da cidadania através da ocupação desses espaços de participação e representatividade que, permite dentre outras coisas, a reivindicação de melhorias para o coletivo.

Esperança (2022) chama a atenção para o fato de incluir os(as) estudantes na definição de regras para a escola, visto que, por vezes, são submetidos(as) a normas e regras construídas de forma verticalizada, isto é, sem a participação destes(as), que têm como atribuição cumprir essas regras determinadas pela escola. Envolver os(as) estudantes na construção de normas e regras da própria instituição escolar, pode ser uma alternativa que converge para a formação do senso de responsabilidade no cumprimento dessas próprias normas e regras, pois como ressalta Fanfani (2000, tradução nossa) é um direito dos(das) jovens e adolescentes participar da definição de normas e regras que organizam a convivência e, para isso, os mecanismos institucionais devem garantir essa prática de participativa. Ainda na fala de Esperança (2022) evidencia-se sugestões de melhorias no que tange a participação estudantil, ações que podem ser desenvolvidas através da atuação do próprio GE.

Quanto à constituição de GE, no âmbito das escolas estaduais de ensino, o Estado da Bahia disponibilizou através do site da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC-Ba), um documento que indica as etapas de criação do GE, além de um modelo de regimento eleitoral e de estatuto do grêmio estudantil. Entretanto, com base nos dados levantados através do formulário de caracterização dos(das) colaboradores(as) (Apêndice D), dos(das) (12) doze colaboradores(as) da pesquisa apenas 33,3%, correspondendo a quatro (04) estudantes já ouviram falar sobre o GE e 66,7%, referente a oito (08) estudantes nunca ouviram falar, conforme aponta o gráfico:

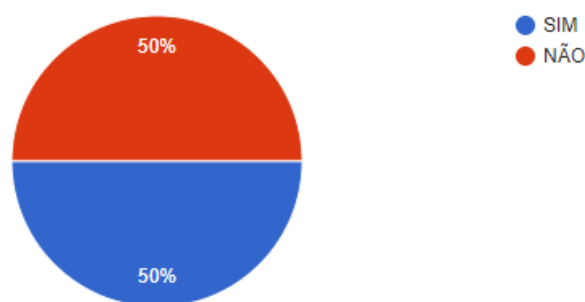
GRÁFICO 12- Colaboradores (as) que já ouviram falar do GE



Fonte: Elaborado automaticamente a partir das respostas do *Google Forms* de caracterização dos(das) colaboradores(as), 2022, Apêndice D.

A ampla divulgação de informações acerca de ações e experiências bem sucedidas dos GE nas instituições escolares dos Territórios de Identidade da Bahia, através dos canais institucionais da SEC- Bahia e dos NTE, a mobilização das escolas e até mesmo por meio da interlocução entre escolas que já possuem GE ativos para o compartilhamento de experiências, pode constituir-se como uma forma de publicização do conhecimento acerca dessas instâncias e sua dinâmica de funcionamento no interior das instituições de ensino, enquanto alternativa de fortalecimento da participação estudantil nos espaços de representatividade estudantil.

GRÁFICO 13- Colaboradores(as) que conhecem as etapas de criação do GE



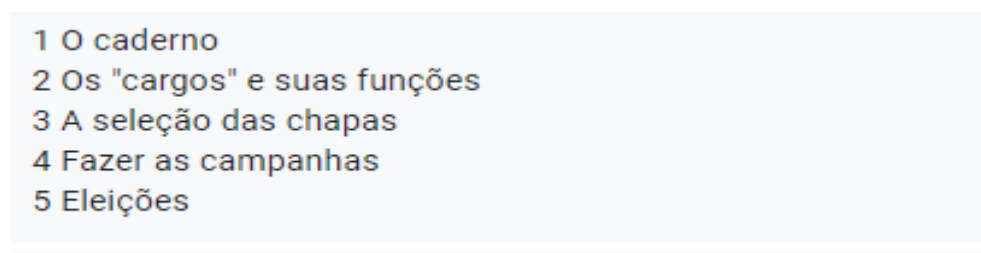
Fonte: Elaborado automaticamente a partir das respostas do *Google Forms* encaminhado anteriormente ao Ateliê Formativo virtual 03, 2022, Apêndice I.

Sobre o conhecimento dos colaboradores acerca das etapas de criação e funcionamento de um GE, 50%, dos(das) doze (12) respondentes do *Google Forms* encaminhado antes da realização do Ateliê Formativo virtual 03 (Apêndice I), ou seja, seis (06) colaboradores(as) afirmam que conhecem as etapas de criação de um GE, conforme o gráfico 13.

Nota-se, contudo, contradições, pois a partir dessa questão foi solicitada ainda que, de acordo com os conhecimentos dos(das) colaboradores(as), fossem listadas as etapas de criação de um GE. Dos(das) doze (12) colaboradores(as), apenas a colaboradora Amora Bloom

apresentou etapas que, embora não sejam iguais as etapas que constam em documentos orientadores para a criação de GE disponíveis, por exemplo, no site da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), mas se aproximam das etapas necessárias a criação dessa instância, conforme figura:

FIGURA 18- Resposta sobre as etapas de criação de um GE



Fonte: Resposta de Amora Bloom, *Google Forms* encaminhado anteriormente ao Ateliê Formativo virtual 03, 2022, Apêndice I.

O caderno que aparece como uma das etapas de criação do GE na resposta da colaboradora está relacionado ao fato de que, como a intervenção tem como produto a elaboração de um *e-book*, contendo orientações para a criação dessa instância de representatividade, ela justificou acreditar que a criação de um GE estava primeiramente condicionada a elaboração de algum material orientador para os(as) estudantes, sobretudo aqueles(as) que não conhecem nada relacionado.

Embora a colaboradora Cecília também tenha atuado como vice-presidente do GE em outra escola, sua resposta traz elementos importantes, mas não apresenta as cinco etapas necessárias para a criação de um GE de acordo com os documentos que especificam as etapas, conforme figura 19.

FIGURA 19- Resposta sobre as etapas de criação de um GE

Você conhece as etapas de criação de um grêmio estudantil ? *

SIM

NÃO

Independente de sua resposta anterior cite as etapas que você acha que são necessárias para a criação de um grêmio. *

seleção, votação e resultado

Fonte: Resposta de Cecília, *Google Forms* encaminhado anteriormente ao Ateliê Formativo virtual 03, 2022, Apêndice I.

Sobre os documentos necessários para a criação do GE, os resultados apontaram que mesmo quatro (04) dos(das) doze (12) colaboradores(as) respondentes afirmarem que conhecem esses documentos, no entanto, nota-se que desconhecem a maioria dos documentos, conforme destaca-se dos resultados levantados ainda a partir do *Google Forms* em pauta em que a colaboradora Violeta afirma conhecer, no entanto indica apenas o Estatuto. A comunicação à gestão enquadra-se na etapa de criação de GE. No entanto, não há necessidade de autorização, pois é um direito constituído em Lei.

FIGURA 20- Conhecimento acerca dos documentos necessários à criação de um GE

Conhece os documentos que devem ser elaborados para a criação de um grêmio estudantil? *

SIM

NÃO

Independente de sua resposta anterior liste quais são os documentos que, na sua opinião, são necessários para a elaboração de um grêmio. *

Estatuto, votação, falar ao diretor e ter a autorização do diretor

Fonte: Resposta de Violeta, *Google Forms* encaminhado anteriormente ao Ateliê Formativo virtual 03, 2022, Apêndice I.

Destaca-se ainda que mesmo a colaboradora Cecília já tenha participado de um GE, esta afirma em suas respostas que também não conhece quais são os documentos necessários à criação de um GE e também não conhece quais são os possíveis cargos que podem compor uma diretoria gremista.

Importa destacar a necessidade de documentos orientadores mais didáticos para que possam facilitar a apropriação do conhecimento por parte dos(das) estudantes no que tange ao engajamento para a criação dos GE, e assim, no Ateliê de nº 03 os dados reafirmaram a necessidade da criação do *e-book* orientador para a construção de GE, evidenciando inclusive as etapas de formação desenvolvida pelas próprias escolas para que estes(as) compreendam a dinâmica de funcionamento dessas instâncias e sua importância no interior das unidades escolares. Através dos dados levantados a partir do *Google Forms* já citado, solicitou-se também aos(às) colaboradores(as) que registrassem sugestões, as quais na opinião deles(as) são

importantes para que a escola desenvolva no intuito de despertar nos(nas) estudantes o interesse em participar de um GE e os resultados foram os seguintes:

Seria interessante apresentar a ideia, os desafios e tudo que o grêmio pode realizar na escola, para todos os estudantes da unidade (Amora Bloom, 2022).

Desenvolver palestras, cartazes, trazer pessoas nas escolas que já conhecem o Grêmio, que já fizeram parte, para que expliquem o que é e como é um Grêmio, as vantagens de se ter um Grêmio, entre outros benefícios para toda a escola e, também, para os alunos (Atlas, 2022).

Propor conversar mais com os alunos sobre isso (Agnes Keen, 2022).

Falar sobre isso para que todos saibam e tenham interesse (Rosa, 2022).

Desenvolver o conhecimento dos alunos sobre o assunto (Lua, 2022).

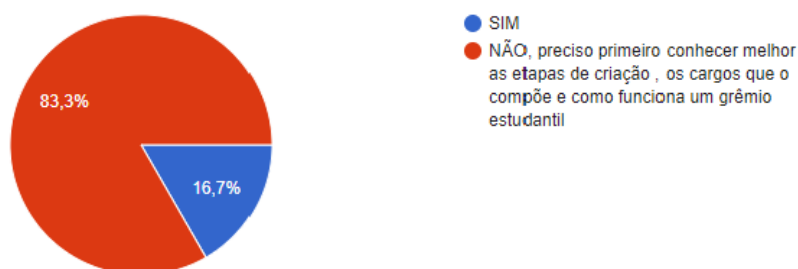
Falar sobre, mostrar como é e o que faz, e etc. (Harry Cameron, 2022).

Eventos e assembleias com todos os alunos abordando sobre o Grêmio (Cecília, 2022).

Face ao exposto, é inegável que os(as) colaboradores(as) indicam a necessidade de ações da escola para que os(as) estudantes possam primeiramente conhecer o que é um GE e sua dinâmica de funcionamento enquanto alternativa que, certamente despertará nestes(as), o interesse em compor essa instância de representatividade na escola.

Os dados levantados através do *Google Forms* encaminhado ainda anterior ao Ateliê Formativo virtual 03 revelaram que 83,3% dos(das) colaboradores(as), um total de dez (10) afirmaram que a partir dos conhecimentos que possuem não sentem-se preparados para criar um GE na escola necessitando primeiro conhecer as etapas concernentes à criação e o seu funcionamento e apenas 16,7%, o que corresponde a dois/duas (02) estudantes afirmam se sentir preparados(as), conforme o gráfico:

GRÁFICO 14- Colaboradores(as) que se sentem preparados(as) para a criação de um GE



Fonte: Elaborado automaticamente a partir das respostas do *Google Forms* encaminhado anteriormente ao Ateliê Formativo virtual 03, 2022, Apêndice I.

A insegurança por não se sentir preparado(a), devido à falta de conhecimento por parte dos(das) estudantes acerca da atuação frente ao GE, pode trazer como consequência a inexistência ou fragilidade dessa instância em algumas instituições escolares e, como aponta Franco (2012), pode ser também um dos motivos pelos quais os GE sejam até criados. Contudo, vão se esvaziando até a sua extinção devido à falta de acompanhamento e orientação dos(das) jovens que ainda não desenvolveram a autonomia em situações protagônicas. Isto leva a desmotivação desses(as) estudantes e acaba refletindo na continuidade da atuação frente aos GE.

Dal Ri (2011) afirma a necessidade da gestão escolar incentivar e oferecer condições materiais para que o GE possa existir, até porque é papel da escola incentivar e auxiliar os(as) estudantes na ocupação dessas instâncias de participação como suporte de formação para a autonomia. A necessidade de apoio e incentivo que os(as) estudantes necessitam foi evidenciada nas respostas coletadas após o Ateliê Formativo virtual 03, (Apêndice J) os seguintes resultados:

Com tudo explicado e com ajuda de pessoas ao redor acaba sendo fácil criar um grêmio estudantil, ou seja, diante de um auxílio de uma pessoa mais experiente nisso é possível sim criar um grêmio estudantil (Lua, 2022).

Precisa de um apoio voltado para que os estudantes se sintam interessados (Atlas, 2022).

Reforça-se, mais uma vez, a importância do apoio da instituição escolar no processo de criação e fortalecimento dos espaços de participação estudantil, mais destacadamente o GE e permite refletir que, embora, este seja uma instância autônoma, não só a falta de conhecimento, mas a própria insegurança dos(das) estudantes compromete a atuação nesses espaços de participação e representatividade estudantil.

Outro documento que apresenta indícios de participação estudantil no contexto da Educação Básica do Estado da Bahia é a normativa 01/2017, de 25 de março de 2017, que regulamenta a eleição de líderes e vice-líderes de classe em todas as escolas do estado da Bahia, a qual possui validade anual e a eleição das chapas contempla todas as modalidades e níveis de ensino.

Os(as) estudantes eleitos(as) nas funções líder e vice-líder de classe atuam como interlocutores(as) da turma junto à comunidade escolar, na articulação e proposição de melhorias para a escola. Tal proposta tem como objetivo promover o exercício do protagonismo e o empoderamento da juventude, fazendo com que esses(as) estudantes estejam engajados(as) nas ações das escolas e contribuam para o fortalecimento da gestão democrática e participativa.

A normativa também estabelece um conjunto de atribuições e responsabilidades para os(as) líderes eleitos(as), às quais intencionam o exercício do protagonismo juvenil como, por exemplo, elaborar um plano de ação que contemple às necessidades da escola, avaliando-o e reelaborando-o após cada unidade letiva, estabelecer contato com outros(as) líderes para a troca de experiências e proposição de melhorias para o processo educativo, representar a classe em situações decisórias, estimular os(as) colegas no conhecimento do regimento escolar, ser assíduo(a) e cumprir as atividades propostas na escola e ser proativos(as) na resolução de problemas. Importa destacar que os(as) colaboradores(as) da pesquisa foram unânimes em identificar a representatividade como líderes e vice-líderes de turmas enquanto alternativa que viabiliza a participação estudantil no contexto escolar, o que pode-se depreender que seja dada uma maior atenção às eleições para lideranças de classe por parte da escola.

A partir de 2021 além da eleição para líderes de classe foi instituído através da Portaria Estadual nº 831/2021 de 23 de abril de 2021 a eleição para líder e vice-líder escolar, líder e vice-líder de município e, por fim, líder e vice-líder de Núcleo Territorial de Educação (NTE) do Estado da Bahia. De acordo com a portaria, os(as) líderes de classe escolar e os(as) correlatos(as) vice-líderes, que forem eleitos(as), poderão concorrer às atividades de líder da escola e de correlato(a) vice-líder, respectivamente, sendo que cabe a gestão de cada NTE coordenar a eleição dos(das) correspondentes líderes e vice-líderes do município e do NTE.

A eleição de lideranças estudantis não só no ambiente escolar, mas em nível de município e território constitui-se como uma política de incentivo ao fortalecimento do protagonismo juvenil e da gestão democrática que transcende os muros das instituições de ensino da rede estadual e torna-se um importante mecanismo de formação cidadã da juventude à medida que possibilita a abertura de espaços para que essas lideranças possam dialogar sobre questões relacionadas à melhoria da qualidade da educação tanto no contexto mais restrito, isto

é, a escola, quanto nos contextos mais amplos como à sua comunidade e o seu território através da ocupação desses espaços de participação e representatividade.

Na análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição que se disponibilizou a ser *locus* da pesquisa é notório que os indícios de participação e representatividade estudantil são contemplados no documento através da transcrição literal da instrução normativa que versa sobre a eleição de líderes de classe, o que requer a reformulação para que sejam contemplados outros espaços de participação e representatividade estudantil, a exemplo do Conselho de Classe participativo, da representatividade no Colegiado Escolar, do direito de organização das entidades estudantis como os GE, nos processos decisórios e na ação educativa como um todo, incluindo a participação na elaboração, reformulação e/ou avaliação do próprio PPP, pois as eleições para líderes e vice-líderes de classes não são suficientes se a prática educativa não estiver orientada para a garantia dos tempos e espaços de participação e representatividade estudantil.

Buscou-se identificar a percepção dos(das) colaboradores(as) acerca do direito à organização estudantil para a criação de grêmios escolares desde o Ensino Fundamental até o Ensino Médio e as experiências de incentivo para que os(as) estudantes conhecessem o que é um GE e, conseqüentemente, despertassem para a sua criação em outras escolas até o momento atual.

Os dados foram construídos através do *Google Forms* encaminhado anteriormente ao Ateliê Formativo virtual 03 e dão conta de que dos(das) doze (12) respondentes, um(a) (01) afirma que algumas das escolas que passou tinha esse incentivo, mas muito pouco, um(a) (01) afirma que a maioria das escolas que passou tinha esse incentivo, um(a) (01) afirma que todas as escolas que passou tinha esse incentivo, dois/duas (02) afirmam que as escolas que passaram não tinha incentivo e sete (07) afirmam que somente agora no Ensino Médio e através da intervenção proposta nesta pesquisa que foram conhecer um pouco sobre o GE, conforme apresenta o gráfico:

GRÁFICO 15- Incentivo das escolas para que os(as) estudantes conheçam o que é o GE



Fonte: Elaboração automática a partir do *Google Forms* encaminhado anteriormente ao Ateliê Formativo virtual 03, 2022, Apêndice I.

Sobre a garantia do direito à participação estudantil assegurada nos documentos legais e institucionais em nível nacional e estadual apenas oito (08) colaboradores (as) responderam, pois esse foi um formulário aplicado posteriormente ao primeiro Ateliê Formativo “Escola como espaço de participação da juventude”, (Apêndice F) e somente os(as) presentes no encontro responderam. Dos(das) oito (08) respondentes, sete (07) afirmam que somente esses documentos não garantem essa participação, se a escola não possibilitar os tempos e espaços de participação, fazendo-se necessário que os(as) estudantes recebam orientação para construção de uma consciência que valorize a ocupação desses espaços não só para a melhoria da escola, mas para a sua formação enquanto cidadão (ã) e somente um(a) (01) afirma que apenas as leis e portarias garantem essa participação.

Assim, à medida que a escola oportuniza uma formação orientada para as práticas de participação e representatividade estudantil, as normativas e documentos, que apresentam indícios de participação e representatividade dos(das) estudantes, podem reverberar efetivamente em ações práticas no cotidiano das instituições de ensino.

A organização dos(das) estudantes através da representatividade de classes, GE e grupos de interesses de acordo com Vasconcellos (2019) são ações que tem papel fundamental no alcance de mudanças, uma vez que muitos problemas que se apresentam no cotidiano escolar podem ser superados de maneira mais eficaz através do estabelecimento do diálogo e da escuta com esses(as) estudantes. Essa importância da escuta e do diálogo com os(as) estudantes para a superação dos problemas que se apresentam no contexto escolar emerge dos registros da fala dos colaboradores Harry Cameron e Amora Bloom durante o Ateliê Formativo virtual 01 “Escola como espaço de participação da juventude, conforme o exposto:

Por exemplo, nós enquanto alunos sabemos se temos uma cadeira quebrada ou qualquer outro problema que afeta diretamente a nós[...] porque muitas das

vezes nós temos problemas que a direção pode até ter conhecimento, mas quem vivencia diretamente somos nós [...] (Harry Cameron, 2022).

É aquilo que King já falou, né? A gente é quem identifica aquilo que está nos incomodando e corre atrás levando aos superiores, esperando que a gente tenha voz ativa e que as nossas reivindicações sejam atendidas em prol de melhorias (Amora Bloom, 2022).

A partir do que pontuam os(as) colaboradores (as) Harry Cameron e Amora Bloom infere-se que a abertura do espaço para a escuta e o diálogo com os(as) estudantes através dos mecanismos de participação estudantil no contexto escolar é uma alternativa de identificar demandas e necessidades a partir da perspectiva de quem tem legitimidade para apontá-las, sobretudo por vivenciá-las no dia a dia, isto é, os(as) próprios(as) estudantes. Isso, certamente, também traz como resultados positivos a possibilidade de fortalecimento da gestão democrática e participativa.

Müller (2014) converge com a discussão ao ressaltar a importância de elementos como a vivência democrática, a participação e o diálogo no contexto escolar, elementos estes que se materializam através da representatividade enquanto mecanismo que contribui para o desenvolvimento de um projeto de educação centrado no fortalecimento da participação dos(das) estudantes, numa proposta de educação para a cidadania ativa e participativa que se torna concreta à medida que passa a ser um compromisso assumido por todo o coletivo escolar.

A participação estudantil através dos GE pode ser promovida e incentivada sem que isso signifique nenhum tipo de manipulação, pois pode-se pensar a partir das ponderações de Bordenave (2002) que, naqueles grupos em que a participação não é uma prática comum, é necessário introduzi-la para que esta seja ampliada e, embora, nesse movimento de introdução à participação possa existir intenções manipulatórias, também pode se tratar de uma iniciativa com o objetivo único de torná-la um processo cada vez mais autônomo. Essa necessidade de provocar para a participação através do apoio e incentivo foi evidenciada durante as discussões realizadas ao longo do Ateliê formativo virtual 03 “Dialogando sobre a criação e o funcionamento de um grêmio estudantil”, através dos registros das falas das colaboradoras Violeta, Lua e Begônia.

Eu acho que as vezes é difícil o aluno querer participar de um GE sozinho e até das coisas da escola, se não tiver ninguém ali para ajudar. Tem muitos alunos que tem segurança e vai lá e corre atrás. Já outros, como eu mesmo, que não me sinto segura para nada, não vou ter iniciativa para participar das coisas. As vezes nem é por falta de interesse, mas é a coragem mesmo que a gente não tem de ter a iniciativa (Violeta, 2022).

Eu concordo com o que Igreja falou. Para mim, é mais fácil se jogar e ir aprendendo, mas não é assim para todos os alunos. Esse ano mesmo eu estou aprendendo a ser líder na minha turma, porque é uma experiência nova para mim. Então para participar de um GE seria a mesma coisa, a gente vai aprendendo, mas precisa ter primeiro o interesse e a coragem para isso. Então ter alguém ali para ajudar e incentivar os alunos é bom também para criar essa coragem (Begônia, 2022).

Quando tem alguém ali ajudando, as coisas ficam mais fáceis de entender como funciona. Eu acho que no GE também é assim, a gente precisa da ajuda de quem já tem mais experiência pelo menos no começo (Lua, 2022).

A partir do que pontuam as colaboradoras, pode-se refletir que os(as) estudantes estão em fases distintas no processo de construção de sua autonomia, necessitando, por vezes, de auxílio para iniciar a participação no contexto escolar através, por exemplo, de incentivo e orientação para atuar nos GE. Esse processo de auxílio e incentivo às práticas de participação funciona como uma alternativa de apoio à construção da autonomia estudantil, conforme infere-se a partir de Bordenave (2002).

É notório que, no contexto da gestão democrática, os grêmios estudantis assumem um relevante papel de integração entre os(as) estudantes, professores(as), coordenadores(as), gestores(as) e toda a comunidade escolar, além de constituir-se como um espaço de aprendizagens pautadas em experiências democráticas e de formação para o exercício da cidadania, todavia quando se fala da ausência de manipulação e controle, é importante considerar os aspectos antagônicos que permeiam o fenômeno social da participação estudantil enquanto fenômeno historicamente situado num dado contexto econômico-político e social marcado por contradições que refletem no próprio processo de construção e/ou fortalecimento dessa participação materializada através da implementação e/ou atuação do GE no interior das instituições escolares.

Um dos fatores que contribui para o enfraquecimento dos espaços de participação da juventude é a despolitização da juventude resultante das ideologias neoliberais que propagam a formação de pessoas acríticas, competitivas para o mercado de trabalho, centradas na individualidade e não nas necessidades oriundas de problemáticas relacionadas ao sistema político, econômico e social que afetam a coletividade.

Esse ideário neoliberal contribui para o esvaziamento do real sentido de participação viabilizada através dos GE enquanto espaço de formação política e cidadã da juventude à medida que essa participação se transforma em uma participação tutelada e direcionada pelas relações hierárquicas. A participação tutelada vai de encontro aos princípios do GE enquanto entidade autônoma de representatividade dos interesses estudantis, cuja oferta de condições de

sua existência deve ser viabilizada sem nenhum tipo de interferência e/ou interesse por parte da gestão escolar, como já foi apontado pela discussão de Dal Ri (2011).

Face ao exposto, conclui-se que os(as) estudantes apresentam uma compreensão acerca da importância da participação estudantil na escola enquanto uma conquista de espaços de atuação individual e coletiva em prol de melhorias. Todavia, nota-se a necessidade de incentivo e apoio constante para que estes(as) possam despertar para a ocupação de instâncias que possibilitam a participação e a representatividade, a exemplo do GE. Para além disso, faz-se necessário ampliar o conhecimento destes(as) acerca de como organizar-se enquanto entidade estudantil na escola, pois ampliar as possibilidades de participação dos(das) estudantes é certamente uma alternativa que converge com o rompimento de formação passiva e acrítica.

5. O PRODUTO COLABORATIVO, SUA TRAJETÓRIA, SUJEITOS E PERSPECTIVAS: UM EBOOK SOBRE GRÊMIO ESTUDANTIL

Uma das especificidades dos Programas de Mestrados Profissionais (MP) está relacionada ao produto final a ser desenvolvido a partir de uma proposta de intervenção pautada na ação colaborativa e realizada no contexto profissional do (a) pesquisador(a), como pré-requisito para a conclusão do curso. Essa seção se propõe a apresentar o produto construído, bem como o processo de construção, baseado na colaboração entre pesquisadora e estudantes.

Em seu caráter pedagógico, o produto final exigido pelo MP possui relevância, sobretudo, porque busca uma articulação entre a teoria e a prática e sua aplicação no contexto de atuação profissional, objetivando transformações da/na realidade cotidiana. Assim, uma formação que possibilite ao(à) profissional agregar conhecimentos que qualifiquem cada vez mais a sua prática e ressignifique os contextos em que se situam tal prática, é “uma premissa para os MPs, que tem priorizado a busca de soluções para os problemas mediante a criação de produtos inovadores, surgidos de um rigoroso processo de investigação científica” (CASTRO e SOARES, 2021, p.05, tradução nossa).

No caso dos programas de pós-graduação em Mestrados Profissionais (MP), conforme salienta André (2016), o pressuposto é a formação de pesquisador prático, o que significa utilizar a pesquisa como alternativa de intervenção na sua prática cotidiana com vistas a encontrar caminhos para a modificação da realidade, ou ainda, contribuir com a construção de produtos de relevância social.

Os produtos educacionais oriundos do MPIES se constituem como um rico acervo de apoio à prática que são frutos de pesquisas elaboradas pelos(as) próprios(as) profissionais que estão inseridos(as) nos mais variados contextos educativos e sociais dos diferentes Territórios não só da Bahia, mas de outros Estados dado o crescimento do alcance do Programa. Esses produtos constituem-se como um apoio aos(às) profissionais e aos diferentes atores sociais que compõem não só a Educação Básica, mas os mais distintos espaços formais e informais que o Programa tem alcançado através de intervenções educativas e sociais.

A ampla divulgação desses produtos frutos das pesquisas desenvolvidas no MPIES permite, portanto, o estabelecimento de vínculos entre a Universidade, a Educação Básica e tantos outros espaços educativos e sociais. Isto é, sem dúvidas, uma alternativa que converge para o fortalecimento do compromisso com o retorno social que se propõe o Programa.

É inegável a importância dos diferentes Produtos Educacionais gerados a partir das pesquisas desenvolvidas nos MPs para o fortalecimento da relação entre a Universidade e os

seus mais variados contextos investigativos. A partir dessa compreensão e objetivando atender um dos pré-requisitos do MPIES para a conclusão do Curso, o produto educacional fruto da pesquisa aqui apresentada nasceu a partir do projeto de intervenção intitulado “ATELIÊS DE FORMAÇÃO JUVENIL: PERSPECTIVAS E AÇÕES PARA A CRIAÇÃO DO GE”, o qual teve como objetivo geral realizar ateliês formativos sobre GE enquanto tempo e espaço de participação e representatividade da juventude no contexto escolar, com estudantes de uma escola do Ensino Médio no Território de Identidade do Sisal-Bahia e como um dos objetivos específicos foi construir de forma colaborativa com estudantes do Ensino Médio, um *E-book*, (Apêndice K) contendo orientações sobre concepções e processos para a criação de grêmios estudantis em Escolas Estaduais de Ensino Médio da Bahia.

Discutir academicamente as relações entre participação, GE e gestão democrática se constitui como condição necessária para a construção de condutas e conceitos educacionais mais inclusivos, voltados à efetivação de uma escola cidadã, bem como responsabilidade social das universidades e seus programas de pós-graduação, sejam acadêmicos ou profissionais.

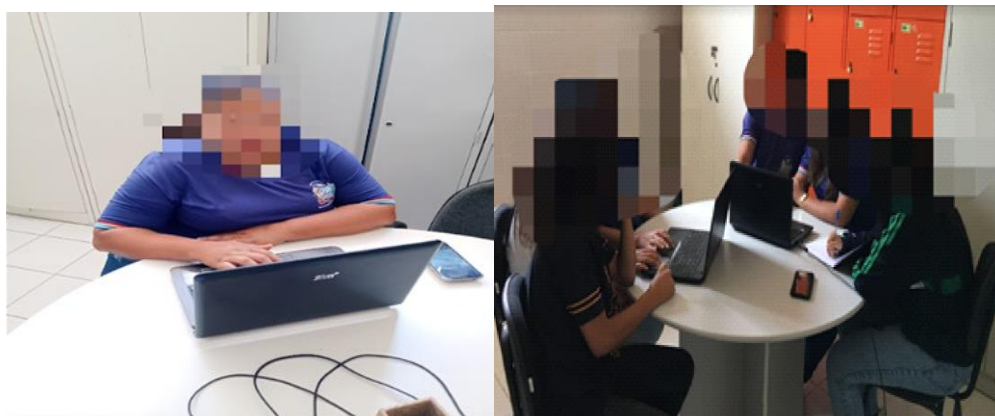
Após a realização dos três (03) Ateliês virtuais destinados à formação dos(das) estudantes, os quais foram descritos anteriormente, foi realizado o quarto encontro de forma presencial, intitulado “Escuta colaborativa para a construção do produto”, visando o levantamento de elementos que subsidiassem a construção do *e-book* a. O processo de construção do produto foi marcado pela ação colaborativa entre a pesquisadora e os (as) estudantes, iniciada nos ateliês formativos e continuada em encontros e conversas pelo *Whatsapp* ou presencialmente, isso porque, a proposta de produto desenvolvida no MPIES “transcende a compreensão utilitarista e se configura como uma ação-reflexão que surge das interações entre pesquisadores, colaboradores (as) e lugares de investigação” (CASTRO e SOARES, 2021, p.05, tradução nossa). Assim, as ideias, sugestões de conteúdos apresentados pelos(as) estudantes foram consideradas desde a produção inicial do desenho do *E-book*, do sumário, da composição dos textos, até as sugestões de ilustrações e imagens.

O processo de construção colaborativa não teve um fim em si mesmo no quarto Ateliê, pois sabe-se que um único encontro não daria conta de toda a demanda que envolveu o processo de construção colaborativa. Entretanto, como já mencionado na descrição do encontro em questão, por se tratar do contexto de atuação profissional da pesquisadora foi possível manter o contato contínuo com os (as) colaboradores (as) da pesquisa sempre que necessário para o compartilhamento de ideias, sugestões e materiais, dentre outras questões que fossem necessárias. Além disso, o grupo de aplicativo de *Whatsapp* constituiu-se como um mecanismo não só de suporte, mas sobretudo de manutenção do vínculo entre pesquisadora e colaboradores

(as) e através dele manteve-se o diálogo e o compartilhamento de ideias para a composição do *e-book*.

Com feito, o quarto Ateliê Formativo o qual já foi detalhado anteriormente, desdobrou-se em mais um encontro presencial e teve como objetivo socializar os resultados da sistematização da produção, fazer os reajustes necessários e identificar os possíveis títulos, sugestões de capas e ilustrações para o *e-book*, visto que uma das sugestões dos(das) colaboradores(as) foi terminar toda a produção para posteriormente fazer a escolha do título e de possíveis imagens para a ilustração. Assim, aos oito (08) dias do mês de agosto de 2022 aconteceu o encontro presencial, conforme imagem:

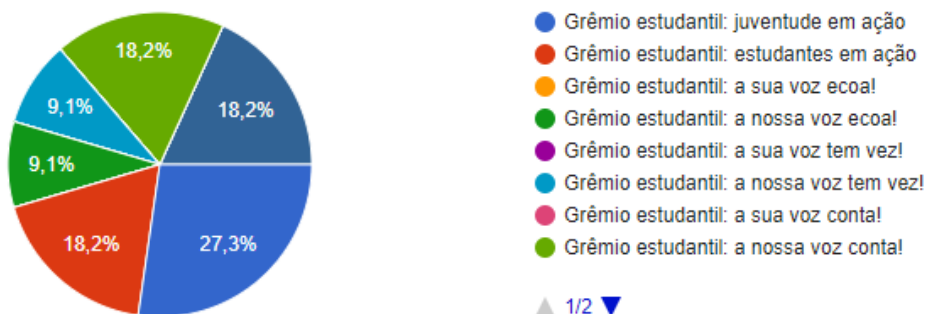
FIGURAS 21 e 22- Encontro de sistematização e socialização da produção colaborativa



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

Nesse encontro foram pensadas três imagens para a ilustração do *e-book* que foram construídas manualmente e coloridas através de um aplicativo de celular pela colaboradora Cecília para o encaminhamento à editora. Também foram listados doze (12) possíveis títulos para a obra a partir de sugestões dos(das) colaboradores(as) da pesquisa. Dada a quantidade de sugestões que acabou gerando indecisão na escolha, esses títulos foram colocados no *Google Forms* para a votação. Conforme resultado, o título escolhido foi “Grêmio Estudantil: Juventude em ação”.

GRÁFICO 16- Resultado da votação para a escolha do título do *e-book*

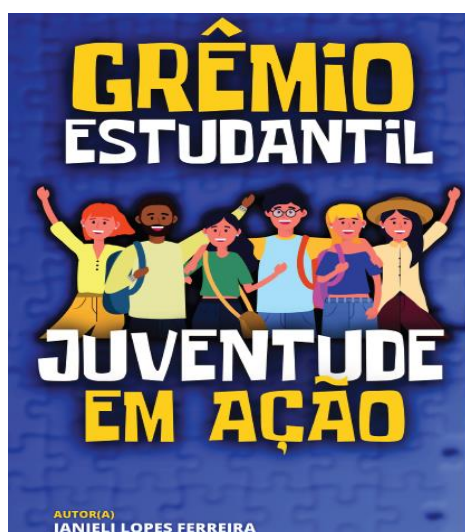


Fonte: Gerado automaticamente a partir do Google Forms de votação do título do *e-book*, 2022.

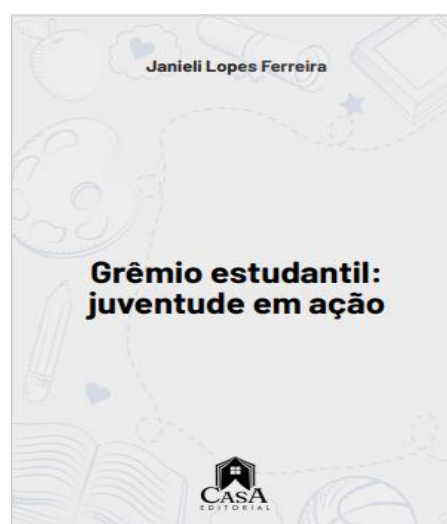
Participaram da votação, além dos(das) sete (07) estudantes que optaram por permanecer até o final da pesquisa, outros(as) quatro (04) estudantes que optaram por não participar da produção colaborativa do *e-book*, mas permaneceram de forma espontânea no grupo de *Whatsapp* e puderam participar do processo de escolha se assim desejasse, o que totalizou onze (11) votantes.

Após, finalizou-se a construção do *E-book*, de forma colaborativa com os(as) estudantes, quando aconteceu a sistematização e reajustes necessários, escolha do título da obra, sugestões de capa e ilustrações. Com tais definições foi possível realizar o fechamento de contrato com a Editorial Casa. A capa e contra capa ficaram assim definidas:

FIGURAS 23 e 24 - Capa e contra capa do *E-book*



Fonte: Ferreira (2023)



As ilustrações sugeridas pelos(as) colaboradores(as) e elaboradas pela colaboradora Cecília para a composição do e-book ficaram definidas conforme a imagem:

FIGURA 25- Ilustração do E-book



Fonte: Ferreira (2023)

A publicação da obra através de uma editora teve como intenção torná-la um trabalho científico a partir do registro de *ISBN*¹⁰ (*International Standard Book Number*). Nesse movimento de produção final, a Editorial Casa manteve diálogo constante com a pesquisadora para a elaboração do material, cuja aprovação dos resultados passou também pela aprovação e apreciação dos(das) colaboradores(as) da pesquisa e recebeu as seguintes credenciais: ISBN /Digital: 978-65-5399-226-9 DOI¹¹: 10.55371/978-65-5399-226-9, conforme ficha catalográfica a seguir:

FIGURA 26- Ficha catalográfica

¹⁰ A sigla ISBN representa o nome International Standard Book Number, o que significa, em uma tradução livre, algo como Padrão Internacional de Numeração de Livro. O ISBN serve para identificar e individualizar livros segundo título, autor, país, editora e número de edição.

¹¹ O *Digital Object Identifier*, ou sejam o Identificador de Objeto Digital (DOI), um padrão utilizado para a identificação de objetos digitais com o objetivo de identificá-lo de forma única na rede.

Valdemir Paiva
EDITOR-CHEFE

Éverson Ciriaco
DIREÇÃO EDITORIAL

Katlyn Lopes
DIREÇÃO EXECUTIVA

Victor Malucelli
COORDENAÇÃO EDITORIAL

Paula Zettel
DESIGN DE CAPA

Juliana Mendonça
DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO

Karina Obrzut
REVISÃO DO TEXTO

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
BIBLIOTECÁRIA: MARIA ISABEL SCHIAVON KINASZ, CRB9 / 626

F383g Ferreira, Janieli Lopes
Grêmio estudantil: juventude em ação [recurso eletrônico] / Janieli Lopes Ferreira – 1.ed. - Curitiba: Editorial Casa, 2023.
78p.: il.; 23cm

ISBN 978-65-5399-226-9

1. Estudantes. 2. Grêmio estudantil. I. Título.

CDD 371.83 (22.ed)
CDU 371.214

Nº. de Registro Doi: 10.55371/ 978-65-5399-226-9

1ª edição – Ano 2023

Copyright © Editorial Casa, 2023

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

É proibida a reprodução total ou parcial, mediante quaisquer meios, sem a expressa anuência desta editora.

Não encontrando nossos títulos na rede de livrarias conveniadas e informadas em nosso site, contatar o Editorial Casa.



Praça Generoso Marques, 27, 14º andar - Centro | CEP 80020-230 | Curitiba-PR
Telefone: (55) (41) 3264-9696 | E-mail: contato@editorialcasa.com.br
www.editorialcasa.com.br

Fonte: Ferreira (2023)

O produto final, que será amplamente divulgado para as escolas da Rede Estadual ficou organizado de modo que traz o prefácio, a apresentação, capítulos que tratam sobre trajetória do Movimento Estudantil no Brasil, o conceito, importância e atribuições do GE, papel dos(as) estudantes no GE, orientações para criação do GE e ainda contém glossário, opções de sites para mais informações e referências. A ilustração a seguir mostra como ficou o sumário no *E-book*, após sugestão e validação dos (das) colaboradores(as):

FIGURA 27- Sumário

Sumário	
Trajatória histórica do Movimento Estudantil no Brasil	9
Participação dos(as) estudantes ao longo da história	10
O que é um grêmio estudantil?	16
Você sabia que existem leis que asseguram a criação de um grêmio estudantil na escola?	17
Mas por que um grêmio estudantil é importante na escola?	20
As atribuições de um grêmio estudantil na escola	21
O papel do(a) estudante no grêmio estudantil	22
Criando um grêmio estudantil: passo a passo	23
Membros que compõem a diretoria do grêmio e suas respectivas funções.	27
Documentos necessários para o processo de formação e atuação do GE na escola.	30
Mas, afinal, o que é um plano de ação?	32
Mãos na massa	35
Glossário	41
Para saber mais	42
Considerações Finais	44
Referências	45
Apêndice A- Modelo de plano de ação	47
Apêndice B- Sugestão de pauta formativa para trabalhar com os(as) estudantes	48
Anexo A – Modelo de estatuto do grêmio estudantil	49
Anexo B – Modelo de ata de fundação do grêmio estudantil	70
Anexo C – Modelo de ata de eleição e posse do grêmio estudantil	71
Anexo D – Modelo de ata de assembleia geral	72
Anexo E – Modelo de ta de reunião de diretoria do grêmio estudantil	73
Sobre a autora e contribuições para a produção da obra	74

Fonte: Ferreira (2023)

Reitera-se a inserção do ISBN no *e-book*, o que garante validade acadêmica, mas, sobretudo, registra-se importância da colaboração dos(das) estudantes para a materialização da obra. Essa ação reforça o caráter colaborativo da produção, característico das pesquisas aplicadas, de caráter interventivo, cuja produção se deu na ação dialógica entre pesquisadora e estudantes colaboradores(as).

A construção do *E-book* como produto educacional desenvolvido no MPIES, constitui-se de grande relevância, dada a escassez de materiais de apoio aos(às) estudantes das escolas dos vinte e sete (27) Territórios de Identidades da Bahia, no que concerne a criação e implementação de GE. Assim, torna-se um material que pode contribuir não só para os (as) estudantes que necessitam conhecer com maior propriedade o que é um GE e como podem engajarem-se para compor essas instâncias, mas também com o trabalho do(a) coordenador(a) pedagógico(a) enquanto agente mobilizador(a) dos processos de construção dos tempos e espaços de participação no interior das escolas, pois como aponta Franco (2012) dentre as várias dimensões de atuação desse(a) profissional, está também o trabalho de articulação das

lideranças estudantis através do acompanhamento ao GE e na articulação entre o planejamento escolar e ações de incentivo e valorização do protagonismo dos(das) estudantes.

O *E-book* construído coletivamente torna-se um material que pode contribuir também, com o trabalho da gestão escolar e seus sujeitos para a construção dos tempos e espaços de participação no interior das escolas.

Além da escassez de materiais voltados para o GE, um dos maiores contributos do produto educacional aqui proposto foi oportunizar aos(às) colaboradores da pesquisa vivenciar o protagonismo juvenil enquanto elemento fundamental da ação educativa, pois foram coparticipes fundamentais para a materialização deste.

O E-book pode ser acessado através do seguinte link: https://drive.google.com/file/d/1_v32QFOIfZeopXVcVRBpO6WTKYRjn8it/view e também está virtualmente disponível no site da Editorial Casa: <https://editorialcasa.com.br/produto/e-book-gremio-estudantil-juventude-em-acao/>. Para tanto, espera-se que seja um material amplamente divulgado através dos sites institucionais da Secretaria de Educação do Estado da Bahia e seus respectivos Núcleos Territoriais de Educação para que todos os(as) estudantes da Rede tenham acesso ao material enquanto suporte para a composição dos GE em suas unidades escolares.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar o grêmio estudantil (GE) e sua constituição como instância para o desenvolvimento da participação estudantil e fortalecimento da gestão democrática, com vistas à construção de um *E-book* que subsidie a criação e implementação de GE, a partir da perspectiva de estudantes do Ensino Médio de uma escola pública do Território de Identidade do Sisal, Bahia. Para tanto, discutiu-se sobre o GE e sua relação com a gestão democrática e participativa utilizando informações teóricas e empíricas, a fim de responder também à questão que norteou a pesquisa: como o GE pode se constituir instância para o desenvolvimento da participação estudantil e fortalecimento da gestão democrática, a partir da perspectiva de estudantes do Ensino Médio de uma Escola pública do Território de Identidade do Sisal?

O grêmio estudantil é fruto de lutas travadas pelo Movimento Estudantil brasileiro no contexto de redemocratização iniciado no final dos anos de 1970 e, atualmente, é assegurado legalmente pela Lei nº 7.398/1985, dando aos(às) estudantes o direito de organizarem-se de forma livre e autônoma nas instituições escolares. Todavia, a fragilidade da legislação nacional, estadual e local em termos quantitativo e qualitativo acerca da obrigatoriedade sobre a implementação nas escolas, impacta diretamente na existência e/ou atuação do GE, o que pode ser comprovado no próprio *locus* de pesquisa em que nunca houve a criação dessa instância representativa dos(das) estudantes.

O trabalho de pesquisa realizado a partir da inspiração na pesquisa colaborativa, utilizou-se da intervenção pedagógica, denominada de Ateliês Formativos, realizados com e para os(as) estudantes, que reverberaram na produção de dados de pesquisa e na produção colaborativa do *e-book* com orientações e procedimentos para a criação de grêmios escolares. Esses Ateliês foram adequados para a realização da pesquisa, dada a ideia de Ateliê enquanto processo de fazimento que não se encerra em um único encontro, pois, por vezes, foi necessário estender o contato com os(as) colaboradores(as) para outros momentos no intuito de atender à proposta de construção colaborativa do produto. Importa destacar que estender esse contato para além dos encontros virtuais também foi possível por se tratar do *locus* de atuação profissional da pesquisadora.

Os dados produzidos evidenciaram a falta de conhecimento dos(das) estudantes acerca do que é um GE e sua dinâmica de funcionamento e, ainda, apontaram para a necessidade da escola promover o incentivo e a mobilização para que estes(as) possam conhecer com maior

propriedade o que é um GE e que, conseqüentemente, despertem o interesse em compor essa instância de participação e representatividade estudantil.

Foi possível compreender que o GE articula-se com a gestão democrática à medida que por meio deste, ampliam-se as possibilidades de participação e representatividade estudantil no contexto escolar e, isto foi revelado através dos dados à medida que as respostas dos(das) colaboradores(as) reforçam essa possibilidade de ampliar a participação e apontam como benefícios da criação dessa instância a oportunidade de um maior envolvimento estudantil como os projetos da escola e até o engajamento com as demandas coletivizadas que podem ter lugar de debate na própria escola. Essa compreensão, revelada na percepção dos(das) estudantes, poderia trazer mais benefícios para a própria escola e para favorecer o modelo de gestão, apresentado como democrático em muitas instituições escolares.

No que tange às contradições que permeiam a criação e o funcionamento de um GE na escola, não foi possível revelá-las a partir de experiências empíricas dos(das) próprios(as) colaboradores(as), dada a inexistência dessa instância na escola parceira, o que se constituiu como um desafio para a execução da pesquisa. Contudo, ressalta-se que estes(as) trouxeram para o debate o interesse em compreender os aspectos que se constituem enquanto desafios para a atuação do GE na escola, os quais consistem na ausência de apoio e incentivo por parte da gestão escolar, da coordenação e até mesmo por parte dos(das) próprios(as) professores(as), dada a necessidade de negociações entre as atividades acadêmicas e as do GE, pois estas últimas são complementares aos trabalhos escolares.

A insegurança dos(das) estudantes em lidar com a flexibilidade do planejamento e implementação das ações do GE também foram apontados como desafios que demonstram a necessidade de incentivo e apoio, com vistas à construção da autonomia estudantil.

Assim, percebe-se que a criação e a atuação do GE, por vezes, são marcadas por algumas contradições resultantes das relações verticalizadas que, em maior ou menor intensidade, ainda estão presentes nos processos de construção dos tempos e espaços de participação estudantil e são traduzidas na ausência de ações mais efetivas de apoio, mobilização e incentivo para a construção desses tempos e espaços de participação e representatividade oportunizadas através do GE.

As discussões oriundas dos Ateliês Formativos permitiram compreender que a participação é uma construção social que necessita ser aprendida, justificando a importância da mobilização dos(das) estudantes para que possam compreender o sentido político da participação e da representatividade estudantil enquanto elementos potencializadores da conquista de direitos individuais e coletivos. Os dados possibilitaram inferir que os(as)

estudantes compreendam a importância da participação na escola em prol de melhorias, todavia é notório que além do apoio e o incentivo, faz-se necessário ampliar o conhecimento destes(as) acerca de como podem organizar-se para a criação do GE.

Alguns aspectos foram apontados pelos(as) estudantes como fatores que dificultam ou impedem a criação do grêmio estudantil:

Falta conhecimento para que os(as) estudantes compreendam o que é um grêmio e como ele funciona, o que exigiria uma ação formativa, impulsionada pela própria escola e por contextos sociais de envolvimento juvenil;

Falta de interesse dos(das) próprios(as) estudantes em fazer parte desses espaços de organização estudantil. Tal interesse pode ter relação direta com a falta de formação e conhecimento sobre o GE, sua finalidade e dinâmica.

Somando-se aos aspectos apresentados pelos(as) estudantes, foi possível perceber que as dificuldades para a criação do grêmio, também estão alicerçadas no movimento neoliberal que reforça a participação estudantil como estratégia para o chamado protagonismo juvenil, mas, desestimula a formação cidadã e política dos(das) estudantes. Tal movimento, que vem ocupando espaço nas escolas, vem sendo reforçado pelas condutas de incentivo ao trabalho voluntário, ao enfoque na produtividade, na competição e na substituição de disciplinas e conteúdo mais interpretativos por disciplinas e conteúdo mais técnicos, voltados ao mercado de trabalho e a instrumentalização técnica.

Foi a partir da necessidade de ampliar o conhecimento dos(das) estudantes acerca da instância em questão que o produto resultante da intervenção proposto nesta pesquisa a saber, um *e-book* que subsidie a criação e implementação de grêmio estudantil em escolas no Território do Sisal-Bahia, ganhou relevância social e acadêmica, sobretudo porque se propõe a servir de instrumento para os(as) estudantes em fase de criação de GE.

A partir da proposição da construção colaborativa do produto em questão com os(as) estudantes, sete (07) estudantes sentiram-se motivados em permanecer até o final da pesquisa, engajando-se na apresentação de ideias, sugestões e produções de ideias iniciais que foram sistematizadas e resultaram na construção do *e-book*, o que foi de fundamental importância para uma pesquisa de inspiração colaborativa, pois parte-se do princípio do pensar/fazer com os(as) colaboradores(as).

Importa registrar que mesmo aqueles(as) estudantes que não permaneceram até o final da pesquisa foram consideradas como colaboradores(as), visto que responderam aos formulários encaminhados antes da realização dos encontros, cujo objetivo foi a identificação dos saberes prévios destes(as) estudantes acerca das temáticas abordadas. Essas respostas foram

fundamentais para a construção dos dados da pesquisa. Por isso, optou-se por manter o quantitativo de doze (12) colaboradores(as).

Os benefícios individuais e coletivos desta pesquisa consistiram em demonstrar a necessidade de ressignificar o contexto escolar enquanto espaço de escuta e participação ativa dos(das) estudantes, contribuindo para a formação política da juventude do Ensino Médio, com vistas a incentivá-los(as) a ocupar os espaços de representatividade intra/extraescolares. Com uma atuação mais ativa no campo social é possível perspectivar uma maior visibilidade aos(às) jovens enquanto colaboradores e protagonistas nos processos de construção coletivizadas dentro do contexto escolar, o que pode gerar a valorização dessa juventude que compõe a escola.

Destaca-se, ainda, como contributo social da intervenção, a oportunidade que os(as) estudantes tiveram para construir conhecimentos conceituais e empíricos sobre grêmio estudantil, gestão democrática, participação e representatividade estudantil. Também, foram construídas competências técnicas para o uso de ferramentas digitais utilizadas durante a intervenção, a exemplo de ferramentas, como o *Google Meet*, *Padlet* e o *Mentimeter*, isto porque em função dos cuidados de distanciamento social, oriundos da pandemia Covid-19 e do contexto de moradia dos(das) estudantes, alguns morando na sede e outros na zona rural, a utilização das ferramentas digitais para realização dos Ateliês se constituiu como imprescindível para efetivação da proposta de pesquisa.

A pesquisa se fez importante para a compreensão de um fenômeno social que visa à construção dos tempos e espaços de participação da juventude no contexto escolar através de uma ação colaborativa e de intervenção educativa que pode auxiliar na formação de lideranças estudantis, com vistas ao exercício da participação a partir da ocupação dos espaços em que se dão a possibilidade de representatividade estudantil, a exemplo do GE. Importa salientar que trouxe, também, como resultado a possibilidade de colaborar com o fortalecimento da gestão escolar democrática e participativa no âmbito da instituição *locus* da investigação.

Outro resultado da pesquisa diz respeito ao modelo metodológico empreendido, de pesquisa colaborativa, com a proposição de uma intervenção e da construção um produto educativo, apresentando ao(às) colaboradores(as) da pesquisa e demais sujeitos da escola uma nova realidade investigativa, o que potencializa a articulação entre Universidade e Educação Básica, especialmente para as instituições situadas no Território de Identidade do Sisal, no Estado da Bahia.

Não se pode deixar de reconhecer e registrar as limitações enfrentadas desde o processo de adesão dos(das) colaboradores(as) da pesquisa, visto que não foi possível

contemplar a representatividade de estudantes de todas as turmas e turnos da escola até a condução do percurso metodológico, por ocasião da dificuldade em fazer com que todos(as) os(as) colaboradores(as) da pesquisa tivessem participado da totalidade dos encontros, tivessem se expressado mais de maneira verbal durante a realização dos Ateliês Formativos e respondessem aos formulários com uma quantidade maior de questões abertas, pois as falas dos(das) colaboradores(as) durante os Ateliês em conjunto com as respostas dos formulários do *Google Forms* foram os dispositivos fundamentais para análise dos dados.

Não se pode negar o impacto da pandemia da Covid-19 no início da realização da pesquisa, isto porque o distanciamento social, recomendado pelos órgãos de saúde e de educação, foi seguido rigorosamente no percurso da pesquisa, assim, a mobilização, desde a adesão até participação virtual, não conseguiu agregar um número maior de estudantes. Fatores como acesso limitado a equipamentos e internet; compreensão sobre o papel da pesquisa e sentimentos presentes no universo da juventude nesse período, como timidez, ansiedade, inibição, além de problemas de saúde e de ordem familiar enfrentados por alguns(umas) dos(das) colaboradores(as) contribuíram para alguns momentos difíceis da pesquisa.

Contudo, é importante reconhecer, ainda, que mesmo com as limitações impostas por contextos externos, o estudo trouxe reflexões oportunas que se somam na literatura acadêmica voltadas para o objeto de estudo em questão, ainda que de forma limitada, especialmente no que diz respeito ao grêmio estudantil como instância de participação e representatividade na escola *lócus* da pesquisa, dada a inexistência dessa instância.

É pertinente destacar, também, que promover ações formativas para/com os(as) jovens constituiu-se como uma tarefa desafiadora para a pesquisa, pois foram abordadas temáticas complexas que necessitaram ser adaptadas a uma linguagem mais próxima e contextualizada com o cotidiano para que pudessem fazer sentido para os(as) colaboradores(as).

Espera-se, portanto que este trabalho possa ressignificar o debate acerca do fortalecimento dos tempos e espaços de participação estudantil no contexto escolar e através do produto resultante da ação interventiva, possa contribuir para a criação e/ou reativação de GE, não só na escola pesquisada, mas em outras escolas dos diferentes Territórios de Identidade da Bahia enquanto alternativa de fomento à participação estudantil e de fortalecimento da gestão democrática.

Por fim, destaca-se que a pesquisa abriu outras possibilidades de estudos, a saber: as propostas neoliberais acerca da participação estudantil, referendada pelo discurso do protagonismo juvenil difundido nas normativas educacionais como a Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e

intensificado a partir da Reforma do Ensino Médio, Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017; a representação dos(das) estudantes acerca da participação estudantil no contexto escolar; as ações pedagógicas e de gestão escolar como estratégia de mobilização e fomento à participação estudantil nas escolas, através da implementação de GE; a concepção da equipe gestora acerca da participação dos(das) estudantes e de toda a comunidade escolar no fortalecimento da gestão democrática, dentre outras problemáticas que podem ser pensadas enquanto possibilidades de pesquisa e ações interventivas nos diferentes contextos educativos e sociais.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Andrea Botelho de. **A constituição de grêmios estudantis nas escolas estaduais de ensino médio de Minas Gerais e seu lugar na gestão democrática.** Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública Instituição de Ensino: Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora/MG, 2017.
- ANDRADE, Marcio Oliveira de. **A atuação do grêmio estudantil na gestão democrática.** Mestrado Profissional em Educação. Instituição de Ensino: Universidade de Pernambuco. Nazaré da Mata/PE, 2019.
- ANDRÉ, Marli. A formação do pesquisador da prática pedagógica. **Revista Plurais Multidisciplinar**, Salvador, v. n° 01, p. 30-41, 2016. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/2300/1605?fbclid=IwAR3OFbH3x0IxcNP6TI4qM_BMg5ifp58GoClRnuN7HZHPIq5mxXIIXz_K9tw. Acesso em jan. de 2023.
- AZEVEDO, Cinthia da Rocha. **Grêmio estudantil: Uma possibilidade para o Protagonismo Juvenil.** Mestrado Profissional em Formação de Gestores Educacionais. Instituição de Ensino: Universidade Cidade de São Paulo. São Paulo, 2021.
- BAHIA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução CEE/BA N° 44**, de 24 de agosto de 2021 que estabelece normativas para o retorno à presencialidade nas redes e instituições da educação escolar integrantes do sistema estadual de ensino. Disponível em: <http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/RESOLCEEN442021.pdf>. Acesso em ago. de 2022.
- BAHIA. Constituição do Estado da Bahia, 1989. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70433/CE_BA_EC_26-2020%20.pdf?sequence=14&isAllowed=y. Acesso em jul. de 2021.
- BAHIA, **Lei n° 13.559** de 11 de maio de 2016. Aprova o Plano Estadual de Educação da Bahia e dá outras providências. Disponível em: www.simec.mec.gov.br. Acesso em mai. de 2021.
- BAHIA. **Lei n° 8.261** de 29 de maio de 2002. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio do Estado da Bahia e dá outras providências. Disponível em: http://www.saeb.ba.gov.br/uploads/lei_est_8_261_29-05-02_estatuto_magisterio.pdf. Acesso em abr. de 2021.
- BAHIA. Secretaria da Educação do Estado. **Regimento escolar do sistema público estadual de ensino da Bahia 2011.** Salvador, 2011. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/>. Acesso em ago. de 2021.
- BAHIA. Secretaria de Educação do Estado. **Portaria n° 528 de 10 de maio de 2019.** Aprova as diretrizes para as eleições de Colegiado Escolar para o biênio 2019-2021. Disponível em: www.educacao.ba.gov.br. Acesso em abr. de 2022.
- BAHIA. Secretaria de Educação do Estado. **Lei n° 11.043** de 09 de maio de 2008. Dispõe sobre a finalidade, competência e composição do Colegiado Escolar nas escolas públicas de

Educação Básica do Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/colegiadoscolar>. Acesso em mar. de 2022.

BAHIA. Secretaria de Educação do Estado. **Portaria nº 831/2021 de 23 de abril de 2021** Estabelece normas, procedimentos e cronograma para a realização das eleições para a escolha de líder de classe escolar e do correlato vice-líder, dentre os integrantes do correspondente alunato, no âmbito de cada unidade escolar vinculada ou pertencente à Rede Pública Estadual de Ensino, do Estado da Bahia. Acesso em: mar. de 2022.

BAHIA, Secretaria de Educação do Estado. **Portaria nº 776/2022** que determina o porte das Unidades Escolares da Rede Pública Estadual, com base no Censo Escolar 2021. Diário Oficial do Estado da Bahia. Salvador-Bahia, 30 de março de 2022.

BAHIA. Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Instrução Normativa nº 01 de 25 de março de 2017 regulamenta a eleição de líderes de classe nas Unidades Escolares da Rede Estadual da Bahia. Acesso em: mar. de 2022.

BAHIA. Secretaria do Planejamento Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Perfil dos Territórios de Identidade/Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. -Salvador: SEI, 2016. 3 v. p. (Série territórios de identidade da Bahia, v. 2. Disponível em: www.sei.ba.gov.br. Acesso em set. de 2021.

BANDEIRA, Maria Martins. Pesquisa colaborativa: unidade pesquisa-formação. In.: IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo; BANDEIRA, Maria Martins; ARAUJO, Francisco Antonio Machado (orgs.) **Pesquisa Colaborativa: multirreferenciais e práticas convergentes**. 2016. EDUFPI: Universidade Federal do Piauí-PI, 2016.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3 ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASÍLIA, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996.

BRASIL, 2016. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016.

BRASIL. **Lei Federal 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em abr. de 2020.

BOAS, Erika Aparecida Vilas. **Gestão democrática e participação das juventudes**. Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública Instituição de Ensino: Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora/MG, 2018.

BORDENAVE, Juan Enrique Dias. **O que é participação?** 6ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002

CASTRO, Selma Barros Daltro de. SOARES, Marcia Torres Neri. El máster profesional y sus intersecciones con el perfil del profesional estudiante: bastidores del MPIES. **Revista Cubana de Educación Superior**. RNPS: 2418. ISSN: 2518-2730. Vol. 40/2021. Disponível em: <http://www.rces.uh.cu/index.php/RCES/article/view/469>. Acesso em: mar. de 2022.

CISESKI, Ângela Antunes; ROMÃO, José Eustáquio. Conselhos de Escola: coletivos instituintes da Escola Cidadã. In.: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 7º ed.- São Paulo: Cortez, 2012.

COLÉGIO ESTADUAL SEDE. **Projeto Político Pedagógico**. Território de Identidade do Sisal, 2017-2021.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. Rio Grande do Sul. Vol. 18, nº 02, jul. /dez 2002. 163- 174p.

DAL RI, Neusa Maria. Papel do Grêmio Estudantil e Gestão Democrática na Escola Pública. In: PINHO, Sheila. Zambello de.; OLIVEIRA, José Brás Barreto de (org.). **Núcleos de Ensino da Unesp**: artigos realizados em 2008. São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-reitoria de Graduação, 2011. p. 707-726. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/prograd/elivros-prograd/>. Acesso em: 24 jul. 2022.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e escola . In.: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo César Rodrigues; MAIA, Carla Linhares, organizadores. **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 3º ed.- São Paulo: Cortez, 1996.

DESLANDES, Suely Ferreira. O Projeto de pesquisa como exercício científico e artesanal intelectual. In: DESLANDES, Suely Ferreira, GOMES, Romeu et. al (orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: vozes, 2009. (p.9-29).

FANFANI, Emílio. **Culturas Juveniles y Cultura Escolar**. Buenos Aires, mimeo, 2000. Disponível em: <https://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/RCE/article/view/7772/6267>. Acesso em fev. 2022.

FERREIRA, Márcia Regina. **Grêmios Estudantis e o Movimento dos Secundaristas: um estudo de casos nas escolas santistas**. Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC/SP. São Paulo, 2021.

FERREIRA, Janieli Lopes. **Grêmio Estudantil: juventude em ação**. 1º ed. Editorial Casa: Curitiba-Paraná, 2023.

FIGUEIRÔA, Plínio Xavier de. **Grêmio estudantil na escola pública: entre a participação e a solidariedade caritativa** (Agreste de Pernambuco, 2018-2020). Mestrado em Educação, Culturas e Identidades. Instituição de Ensino: Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE. Recife, 2020.

FRANCO, Francisco Carlos. O Coordenador Pedagógico e a questão do protagonismo juvenil. In: ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; SOUZA, Vera Maria Nigro de (orgs.). **O Coordenador Pedagógico e a questão da contemporaneidade**. 6º edição. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FREITAS, Indiara Silva de. **Participação estudantil na gestão escolar: contexto, limites e perspectivas**. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2020.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. Escola e democracia: um tema revisitado. In.: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 7º ed.- São Paulo: Cortez, 2012.

GADOTTI, Moacir. Projeto Político Pedagógico da escola: fundamentos para a sua realização. In.: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 7º ed.- São Paulo: Cortez, 2012.

IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. Reflexões sobre a produção do campo teórico-metodológico das pesquisas colaborativas: gênese e expansão. In.: IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo; BANDEIRA, Maria Martins; ARAUJO, Francisco Antonio Machado (orgs.) **Pesquisa Colaborativa: multirreferenciais e práticas convergentes**. 2016. EDUFPI: Universidade Federal do Piauí-PI, 2016.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, José Ferreira de; TOSCHI, Merza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10 ed.- São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Talyta Maria Coelho de Deus. **(Res)significação do papel do grêmio estudantil e a sua contribuição para o protagonismo juvenil no ifpi**. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Instituição de Ensino: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Piauí, 2021.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 11 ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2º ed. 2013.

MARQUES, Alan da Silva. **A participação do grêmio estudantil na gestão da escola pública no contexto das políticas educacionais neoliberais**. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Marília/SP, 2021.

MARTINS, Francisco André; DAYRELL, Juarez Tarcísio. Juventude e participação: o grêmio estudantil como espaço educativo. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.

38, n. 4, p. 1267-1282, out./dez. 2013. Disponível em:
http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Acesso em: 10 de jan. de 2022.

MENEZES, Luciane de Souza. **Grêmios estudantis:** quais sentidos na atualidade? Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: vozes, 2009. (p.9-29)

MOMBERGER, Christine Delory. Formação e socialização: os ateliês biográficos de projeto. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32, n.2, p. 359-371, maio/ago. 2006.

MÜLLER, Maria Juscélia Sabai. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE- Produções Didático-Pedagógicas. V. II. Versão Online ISBN 978-85-8015-079-7 **Cadernos PDE**. Secretaria de Educação do Estado do Pará- Belém do Pará, União da Vitória, 2014. Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br . Acesso em agost. de 2022.

NASCIMENTO, Michelle Meneghuin. **Grêmios estudantis do cefet-mg:** um estudo sobre o protagonismo juvenil e a promoção da igualdade de gênero e raça. Mestrado em Educação Tecnológica. Instituição de Ensino: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG, 2018.

OLIVEIRA, Ricardo Gavioli de. **Protagonismo juvenil e as perspectivas do grêmios estudantis nas escolas estaduais paulistas.** Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de São Carlos. São Carlos/SP, 2017.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** São Paulo: Cortez, 2016.

PEREIRA, Antonio. **Pesquisa de intervenção em educação.** Salvador: Eduneb, 2019.

ROMÃO, José Eustáquio; PADILHA, Paulo Roberto. Diretores escolares e gestão democrática da escola. In.: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. **Autonomia da escola:** princípios e propostas. 7º ed.- São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Robson José Ribeiro dos. **O protagonismo do grêmios estudantis na gestão democrática do DF:** estudo em um centro de ensino médio a partir da lei N. 4.751/2012. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2017.

SILVA, Solange Fideles da. **O papel formativo dos grêmios estudantis nas escolas municipais de Santos/SP.** Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Católica de Santos. Santos/SP, 2020.

TONET, Ivo. Educar para a cidadania ou para a liberdade? **Revista Perspectivas.** Florianópolis, v 23, nº02, p.469-484, jul. dez/2005. Disponível em PDF.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho Pedagógico:** do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 16 ed. São Paulo: Cortez,2019.

WITTMANN, Lauro Carlos; Klippel. **A prática da gestão democrática no ambiente escolar**. Curitiba: Ibpex, 2010.

ZIBAS, Dagmar Maria Leopoldi; FERRETTI, Celso João; TARTUCE, Giselia Lobo Baptista Pereira. Micropolítica escolar e estratégias para o desenvolvimento do protagonismo juvenil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 127, jan./abr. 2006.

ZIBAS, Dagmar Maria Leopoldi; FERRETTI, Celso João; TARTUCE, Giselia Lobo Baptista Pereira. Protagonismo juvenil na literatura especializada e na Reforma do Ensino Médio. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n.º 122, p. 411-423, mai./ago. de 2004.

APÊNDICE A

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS XI
MESTRADO PROFISSIONAL EM INTERVENÇÃO EDUCATIVA E SOCIAL**

JANIELI LOPES FERREIRA

**ATELIÊS DE FORMAÇÃO JUVENIL: PERSPECTIVAS E AÇÕES
PARA A CRIAÇÃO DO GE**

SERRINHA-BA

2022

JANIELI LOPES FERREIRA

**ATELIÊS DE FORMAÇÃO JUVENIL: PERSPECTIVAS E AÇÕES PARA A
CRIAÇÃO DO GE**

Projeto de Intervenção elaborado como parte dos requisitos para a dissertação, no Mestrado em Intervenção Educativa e Social (MPIES) da Universidade Estadual do Estado da Bahia –UNEB, Campus XI.

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a. Selma Barros Daltro de Castro.

SERRINHA-BA

2022

INTRODUÇÃO

Esse projeto de intervenção insere-se como um recorte de pesquisa desenvolvida no Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação (DEDC, *Campus XI*, Serrinha-Bahia).

A escola constitui-se como uma instância, cuja abertura de espaços para o diálogo, participação e representatividade dos(das) estudantes, configura-se como fator importante para a construção de um projeto de educação assentado nos interesses e expectativas da juventude que compõem a escola.

Ao tratar dos espaços de participação e representatividade dos(das) estudantes, é importante ressaltar que esses espaços precisam ser não só garantidos, mas qualificados através de ações formativas para que essa juventude possa compreender onde se dão os tempos e espaços de participação e representatividade estudantil dentro do contexto escolar e a importância de seu papel ao ocupar tais espaços, pois esse é, certamente, um caminho possível para a construção de um projeto de educação centrado nos interesses do público para o qual se destina a educação, além de colaborar com o fortalecimento do protagonismo desses(as) estudantes e com a gestão democrática no âmbito das instituições de Educação Básica do Estado da Bahia.

Todavia, cabe ressaltar que ao abordar a relação entre juventude e participação no contexto escolar, a atuação dos(das) jovens estudantes na dinâmica das escolas através da ocupação dos espaços de participação e representatividade estudantil, a exemplo dos grêmios estudantis, pode ir de encontro ao modelo de estudante idealizado por grande parte das instituições escolares, as quais construíram historicamente uma cultura organizacional centrada nas práticas autoritárias e, por sua vez, acabam tolhendo a participação estudantil, o que faz com que os espaços de representatividade desses(as) estudantes tenham pouca efetividade e haja também um desestímulo à participação.

Embora a institucionalização de espaços de participação e representatividade estudantil façam parte das ações legais de incentivo da Secretaria de Educação do Estado da Bahia com vistas a assegurar os princípios da gestão escolar democrática na Educação Básica, não podemos negar que há inúmeros desafios para a atuação e/ou implementação das instâncias de representatividade estudantil a exemplo do GE em muitas instituições escolares, o que não é uma realidade diferente na escola *locus* da intervenção aqui proposta.

A participação dos(das) estudantes no cotidiano escolar se dá apenas por meio da eleição para a escolha de líderes de classes, a qual foi instituída através da Normativa 01/2017, de 25 de março de 2017. Essa participação ainda é bastante limitada, pois faltam ações formativas para que esses(as) estudantes possam compreender a importância do seu papel para que a representatividade estudantil possa resultar em melhorias no âmbito escolar.

A ausência de mobilização e de ações formativas que visam qualificar a atuação dos(das) estudantes no cotidiano escolar pode contribuir para que a representatividade do segmento estudantil ocorra apenas como uma forma de compor uma das exigências da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, reduzindo aquilo que seria uma escolha representativa e democrática, muitas vezes, à indicação da gestão escolar.

O projeto de intervenção aqui proposto surgiu a partir da minha atuação como coordenadora pedagógica, mais especificamente a partir do meu ingresso como membro do Colegiado Escolar. A partir daí, surgiram várias inquietações concernentes à necessidade de concentrar esforços para mobilizar e qualificar a participação dos(das) estudantes no cotidiano escolar através de ações formativas que tenham como foco a conscientização desses(as) estudantes no tocante a ocupação dos espaços de participação e representatividade no cotidiano escolar, a exemplo da composição dos GE. Os GE se constituem como um espaço que possibilita aos(às) estudantes organizarem-se de maneira democrática para a exposição de ideias, reivindicações e anseios, além de oportunizar o diálogo, as decisões coletivas entre os pares, possibilitando que todos tenham a sua voz ouvida.

Incentivar através de ações formativas para que os(as) estudantes agreguem conhecimentos sobre o papel e a importância dessa instância dentro da comunidade escolar, conheça com maior propriedade o que é o GE e, conseqüentemente, se engajem para compor essas instâncias colegiadas através de ações articuladas, por meio da compreensão acerca de seu papel é de fundamental importância, visto que este se constitui ainda como um mecanismo que oportuniza a formação cidadã desses(as) estudantes.

Importa ressaltar que um projeto de educação centrado na formação humana dos(das) estudantes, necessita combater as práticas autoritárias que, historicamente, estiveram presentes em algumas instituições de ensino, o que é possível através do direcionamento da prática educativa para a mobilização/construção dos tempos e espaços de participação e representatividade dos(das) estudantes no cotidiano escolar, por meio de ações formativas que auxiliem a compreensão destes(as) nos aspectos concernentes à qualificação de tal participação

e representatividade para que estes(as) também possam atuar como protagonistas da ação educativa. Além disso, é necessário compreender os tempos e espaços de participação da juventude no contexto escolar como fator inerente à própria prática educativa, pois a participação deve ser vista como parte do processo formativo dos(das) estudantes.

A relevância da intervenção proposta através desse estudo justifica-se a partir da necessidade de mobilizar os(as) estudantes através de ações formativas para que, conseqüentemente, esses(as) jovens possam se engajar para compor instâncias de representatividade estudantil a exemplo da criação dos GE, pois é uma alternativa necessária no âmbito das instituições escolares de Educação Básica. Importa destacar que a existência dessas instâncias de representatividade no interior da escola pode diversificar as experiências de participação dos(das) jovens, à medida que a ocupação do GE transcende os espaços para além da sala e possibilita o exercício do protagonismo através de vivências participativas que tem um caráter educativo ao permitir que o(a) jovem alcance a autonomia ao inserir-se em situações que possibilitam experimentar autoria nos processos de construções coletivas e de representação de seus pares. Para tanto, o objetivo geral e os específicos da intervenção consistem em:

OBJETIVO GERAL

Realizar ateliês formativos sobre GE enquanto tempos e espaços de participação e representatividade da juventude no contexto escolar, com estudantes de uma escola do Ensino Médio no Território de Identidade do Sisal-Bahia.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Discutir os eixos temáticos: Escola como espaço de participação da juventude; grêmio estudantil e o papel da juventude na gestão democrática e dialogando sobre a criação de grêmios estudantis;

Analisar a compreensão dos(das) estudantes acerca das temáticas trabalhadas nos ateliês;

Levantar elementos que subsidie a construção colaborativa com estudantes do Ensino Médio, de um *E-book*, contendo orientações sobre concepções e processos para a criação de grêmios estudantis em Escolas Estaduais de Ensino Médio da Bahia.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os avanços contemporâneos trazem para a escola a necessidade de ressignificar sua proposta educativa de modo a atender os anseios e expectativas do público ao qual se destina a educação ofertada e, com isso, o desafio consiste em orientar a prática educativa a partir desses anseios e expectativas que se assentam no cotidiano escolar que precisam ser contemplados no desenvolvimento das ações pedagógicas a partir do diálogo democrático e das decisões coletivas.

Conforme contribui Teixeira (2014), estamos diante do desafio de chegar aos(às) jovens estudantes através do trabalho com propostas pedagógicas que os (as) interessem, que colaborem com a sua formação integral e, principalmente, que os(as) impliquem e os(as) envolvam não só com os processos de construção do conhecimento, mas com a sala de aula e com a escola de um modo geral, visto que essa é uma alternativa que viabiliza o cumprimento das nossas responsabilidades enquanto profissionais da educação, responsabilidades essas que são humanas e sociais e não são fáceis de ser renovadas dada a complexidade que envolve essa relação entre os(as) jovens estudantes e suas expectativas no tocante à escola.

Ao considerar esses desafios que estão postos, pode-se depreender que o incentivo e mobilização para a construção dos tempos e espaços de participação e representatividade da juventude no contexto escolar a partir de ações formativas para que os(as) jovens compreendam a importância da implicação e do envolvimento não só com a sala de aula, mas com toda a dinâmica escolar, é uma alternativa necessária para a construção de uma proposta político pedagógico que intenciona conceber contextos de aprendizagem democráticos, abertos e flexíveis sustentados pela criação de espaços de trocas de experiências que ajudam nos aproximarmos mais da juventude que compõem a escola, compreendendo como estes(as) se motivam para os processos de ensino e aprendizagem e abrindo espaço para que possam exercitar o protagonismo.

Neste sentido, Vasconcellos (2019), assegura que é importante proporcionar aos(às) estudantes o direito à participação em todas as dimensões da dinâmica escolar que compreende desde o relacionamento com a comunidade, o envolvimento na tomada de decisões, a participação na elaboração de propostas e projetos pedagógicos até as decisões dos conselhos escolares, visto que a construção de uma escola democrática e libertadora perpassa pela

possibilidade dos(das) estudantes assumirem o papel de protagonistas de seu processo educativo.

Depreende-se que a ocupação dos espaços de participação e representatividade estudantil possuem um alto potencial formativo, pois como corrobora Dayrrel e Carrano (2014), a participação pode ser compreendida como um processo educativo capaz de potencializar a aprendizagem e traz contribuições significativas no que concerne a constituição de amplos processos formativos dentro e fora do espaço escolar dado que os espaços e tempos de participação podem promover uma educação para a vida em sociedade através do aprendizado da cidadania e dos valores democráticos, devido a constituição da própria natureza das experiências participativas que se constituem enquanto educativa e formativa simultaneamente.

Todavia, importa destacar de acordo com Franco (2012) que o (a) jovem precisa encontrar alternativas e enxergar em que dimensões a sua participação pode ocorrer no ambiente escolar. Assim, o (a) coordenador(a) pedagógico(a) apesar de não ser o(a) único(a) responsável por viabilizar as ações protagônicas, os tempos e espaços de participação, pode atuar como formador(a) dos(das) estudantes para que compreendam as dimensões, desses tempos e espaços de participação e representatividade estudantil, qualificando assim, essa participação com vistas o fortalecimento da gestão democrática na escola pública.

Neste contexto, a mobilização dos(das) estudantes através de ações formativas com vistas à participação nas instâncias de representatividade, a exemplo da criação dos GE, é de fundamental importância pois, conforme ressalta Paro (2016) a participação democrática não ocorre na espontaneidade, dado que constitui-se como um processo histórico de construção coletiva, o que implica não só na necessidade de prever mecanismos institucionais, mas sobretudo, de incentivo às práticas participativas no âmbito da escola pública. Lúcky (2013) também ressalta que participação é uma conquista, não se trata de imposição ou doação, mas estímulo para que esta se constitua enquanto processo contínuo e natural.

O papel das ações formativas realizadas através das estratégias dos Ateliês Formativos que consiste a intervenção aqui proposta para que os(as) estudantes possam vislumbrar os tempos e espaços de participação e em que dimensões essa participação pode ocorrer, visto que promover uma proposta educativa em sintonia com o protagonismo dos(das) estudantes requer o desenvolvimento de estratégia que os auxiliem no despertar da compreensão dessas dimensões de participação no cotidiano escolar que, conseqüentemente, reverberará no exercício dessa participação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização do presente projeto, foi utilizada a pesquisa de intervenção, pois de acordo com Pereira (2019), o foco central desse tipo de pesquisa é a intencionalidade emancipadora não só da escola, mas de outros espaços educativos, cujos contributos estão em deixar o legado social, educativo e pedagógico de empoderamento de um coletivo, onde todos(as) os(as) envolvidos(as) são fundamentais ao processo da intervenção, haja vista que são estes(as) que vivenciam os problemas da educação e, podem colaborar de forma efetiva com a solução concreta de tais problemas vivenciados.

Assim, justifica-se com efeito esse tipo de escolha para a intervenção aqui proposta, uma vez que a concepção que a fundamenta é o fazer pesquisa com o(a) outro(a) e não para o(a) outro(a), num processo colaborativo em que todos(as) os(as) envolvidos(as) são protagonistas da ação interventiva.

Para atender a metodologia proposta, foram desenvolvidas ações de formação através dos denominados Ateliês de Formação Juvenil para estudantes do Ensino Médio da escola *locus* de intervenção. Os ateliês formativos inspiraram-se na proposição dos dispositivos de ateliês biográficos de projeto de Momberger (2006) o qual insere-se em uma intencionalidade estritamente formativa através dos encontros temáticos e potencializam um efeito transformador, contudo a ênfase não foram as narrativas das histórias de vida dos(das) colaboradores(as) da pesquisa fora da escola, mas a maneira como eles(as) percebem a sua trajetória de estudante no que concerne à escola como espaço de participação estudantil.

Foram utilizadas exposições dialogadas através de convidados(as) e materiais audiovisuais. Em cada encontro, os(as) estudantes, puderam falar sobre a trajetória de estudantes no que concerne às experiências participativas, relatar também às experiências participativas que gostariam de vivenciar no cotidiano escolar, explicitar seus conhecimentos prévios acerca das temáticas que foram abordadas, dialogar sobre suas necessidades formativas, compartilhar aprendizagens construídas, sugerir proposições e participar ativamente de todo o processo de intervenção com vistas a construção do produto final, a saber um *e-book* com aspectos teórico metodológico concernente a criação do GE, cuja versão buscou traduzir a participação ativa destes(as) estudantes enquanto protagonistas da ação colaborativa.

Foram realizados um total de quatro (04) Ateliês Formativos intitulados: ATELIÊS DE FORMAÇÃO JUVENIL: perspectivas e ações para a criação do grêmio estudantil. Três

(03) desses encontros foram destinados à construção de diálogos com os(as) estudantes, visando identificar seus conhecimentos, expectativas sobre os temas, bem como, a formação teórico-metodológica dos(das) estudantes sobre as temáticas a serem apresentadas, perfazendo uma carga horária de duas (02) horas a cada encontro, realizados através da plataforma *Google Meet*. Por fim, o 4º encontro foi desdobrado em dois (02) encontros realizados de forma presencial e destinados à construção colaborativa do produto.

As discussões da ação de intervenção foram ancoradas nas temáticas de grêmio estudantil, participação estudantil e gestão democrática. Essas temáticas foram subdivididas em três e foram organizadas conforme quadro a seguir:

QUADRO 01- Organização da ação de intervenção

TEMA	OBJETIVO	DATA	PAUTA	CONVIDADO (A)
Escola como espaço de participação da juventude	Discutir sobre os tempos e espaços de participação no cotidiano escolar e o papel do estudante neste processo.	27 de abril de 2022	<p>1º momento - Acolhida: Dinâmica quebra gelo – “E você, o que tem para nos contar?” Apresentação dos(das) participantes; Expectativas em relação ao projeto.</p> <p>2º momento: Apresentação do projeto de intervenção;</p> <p>3º momento: Exposição dialogada sobre a temática do encontro a partir da questão norteadora “Para você o que é participação?”</p> <p>Material de apoio: Participação do Estudante na escola- Desenvolva a cultura de participação dos(das) estudantes na sua escola disponível em: https://fazsentido.org.br/participacao-do-estudante-na-escola/.</p> <p>A participação política estudantil como componente da formação (Oliveira e Brito, 2020); Poema de <i>Bertolt Brecht (1898-1956)</i> “Primeiro levaram os negros”; Charge “O analfabeto político”.</p> <p>4º momento: debate a partir das seguintes questões norteadoras- Quais questões vocês acham que podem ser mudadas com a participação estudantil na escola? Como você acha que pode contribuir na mudança da sua realidade?</p> <p>Encerramento: Avaliação do encontro- Nuvem de palavras na plataforma Mentimeter com três palavras que representam aprendizagens construídas no 1º encontro.</p>	Professora Dailza Araújo Lopes-Doutoranda em Estudos interdisciplinares sobre mulheres gênero e feminismo (PPGNEIM/UFBA); Estudante egressa da Escola Pública e do Diretório Acadêmico do Curso de Pedagogia do <i>Campus XI</i> . Representante Estudantil do PPGNEIM/UFBA.

<p>Grêmios estudantil e o papel da juventude na Gestão democrática</p>	<p>Discutir sobre o GE como instância máxima e legítima de participação dos(das) estudantes no ambiente escolar e o papel da juventude no fortalecimento da gestão democrática e participativa, a partir da ocupação dessas instâncias.</p>	<p>10 de maio de 2022</p>	<p>1º momento - Acolhida: Apresentação da convidada e breve retomada dos principais pontos abordados no encontro anterior, seguido de apresentação do tema e objetivo do 2º Ateliê. 2º momento: Exibição do vídeo: O grêmios estudantil e o protagonismo juvenil – RPCTV(Globo) https://www.youtube.com/watch?v=x5dTC9usKhI. Em seguida, solicitar para que os(as) participantes comentem sobre o vídeo, a partir da mediação da pesquisadora tendo em vista a fazer com que percebam as várias conquistas alcançadas a partir da organização dos(das) estudantes no contexto da gestão democrática e a importância das ações de protagonismo juvenil para a melhoria da escola potencializada através do GE. 3º momento: Exposição dialogada da convidada sobre a temática Grêmios estudantil e o papel da juventude na gestão democrática a partir da questão norteadora “De que forma você enquanto estudante pode colaborar com o fortalecimento da gestão democrática?” Material de apoio: SILVA, Alex Vieira da; SANTOS, Vinícius André da Silva. O grêmios estudantil e a gestão democrática: um estudo de caso no município de Messias-Alagoas. <i>In</i>. Revista Jornal de Políticas Educacionais. V. 13, n. 16. Maio de 2019. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/62082. 4º momento: abertura para o debate a partir da seguinte proposição-solicitar aos (às) estudantes que pensem em algo que lhes incomoda, que lhes causa insatisfação, um problema observado na escola e, que, para eles(as) pode ser solucionado a partir da ação do GE em diálogo com a gestão escolar. Pode ser também algo que, enquanto estudantes pensam que poderia ser desenvolvido para a melhoria da escola a partir da colaboração dos(das) estudantes. Os registros devem ser feitos no mural interativo <i>padlet</i>.</p>	<p>Professora Raimunda Pereira da Silva-Egressa da Escola Pública e do Curso de Licenciatura em Pedagogia do <i>Campus XIV-Senhor do Bonfim</i>. Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).</p>
--	---	---------------------------	---	---

			<p>5º momento: Socializar o mural mediando a discussão com os (as) participantes sobre a importância de demonstrarem as insatisfações ou os desejos que precisam de atenção/encaminhamento/solução mais emergencial dentro do espaço escolar, destacando que a soma das forças dos(das) estudantes, de suas ideias e proposições no coletivo escolar é o caminho mais viável na busca de soluções. Daí, a importância da representatividade estudantil nas instâncias de participação a exemplo dos GE, pois o papel da juventude na gestão democrática é participar de toda a dinâmica escolar como protagonista, propondo, reivindicando, colaborando para resolver os desafios que estão postos no cotidiano escolar e a atuação estudantil no GE é uma das alternativas que viabiliza esse papel de protagonismo estudantil e de fortalecimento da gestão democrática.</p> <p>6º momento: Exibição do vídeo o farol da responsabilidade disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cUuKDRzs3F4.</p> <p>Sinopse: Houve um problema como farol, imediatamente o faroleiro foi consertá-lo, porém ele não conseguiu, neste momento a embarcação não conseguia ver nada “terra”, os moradores da cidade que estavam lá comemorando perceberam o problema é foram ajudar a iluminar o farol, antes mesmo do faroleiro ir pedir ajuda. Para refletir sobre a importância da participação estudantil na gestão democrática a partir da cooperação, do diálogo, do trabalho em equipe e da responsabilidade mútua na solução de problemas que afetam a escola.</p> <p>Encerramento: Avaliação do encontro- Nuvem de palavras na plataforma Menti <i>Meter</i> com três palavras que representam aprendizagens construídas no 2º encontro.</p>	
Dialogando sobre a criação e o	Discutir os aspectos concernentes à	17 de maio de 2022	1º momento - Acolhida: Apresentação do convidado e breve retomada dos principais pontos	Claudiney Brito-Presidente do grêmio estudantil do

funcionamento de um grêmio estudantil	criação, implementação e funcionamento de um GE.		<p>abordados no encontro anterior, seguido de apresentação do tema e objetivo do 3º ateliê.</p> <p>2º momento: Exibição da música “Cálice” de Chico Buarque para fazer uma breve reflexão sobre as formas de silenciamento de toda ordem no período da ditadura militar, focando especificamente no movimento estudantil e as conquistas ao direito de organização enquanto entidade estudantil através dos GE. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=13SqV1IQ-TQ.</p> <p>3º momento: Reflexão dos(as) participantes sobre a música.</p> <p>4º momento: exposição dialogada sobre a legislação e aspectos concernentes a criação do GE, cargos e função de cada membro.</p> <p>Material de apoio: Texto “O que é um grêmio escolar”. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/noticias/perguntas-e-respostas-o-que-e-um-gremio-escolar/?</p> <p>União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Grêmios. Disponível em http://ubes.org.br/gremios/.</p> <p>5º momento: Exibição do vídeo sobre as etapas de criação do GE disponível em: https://aluno.escoladigital.pr.gov.br/gremio_estudantil?</p> <p>6º momento: abertura de espaço para que os(as) participantes tirem suas dúvidas, façam questionamentos e/ou tragam contribuições acerca dos principais pontos abordados.</p> <p>Encerramento: Avaliação do encontro- Nuvem de palavras na plataforma Mentimeter com três palavras que representam aprendizagens construídas no 2º encontro.</p>	Colégio Estadual Wilson Lins, líder territorial do Sisal e Coordenador do Movimento Enfrente Sisal.
Escuta colaborativa para a construção do produto final	Levantar elementos que subsidiam a construção do caderno orientador no formato de <i>e-book</i> com orientações acerca da criação de um GE.	08 de junho de 2022	<p>1º momento - Acolhida: Exibição do vídeo sobre a importância do trabalho em equipe disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vLVOnPBRzBU.</p> <p>2º momento: reflexão com os (as) participantes sobre a importância do trabalho coletivo e o papel de cada um no processo de construção coletiva tendo em vista o alcance de objetivos comuns ao grupo. Relacionar também com a</p>	Esse encontro foi realizado no formato presencial pela pesquisadora e, portanto, não contou com a presença de convidados(as).

		<p>importância das ações coletivas no ambiente escolar a partir do envolvimento dos(das) estudantes na ocupação dos espaços que possibilitem o exercício do protagonismo e da representatividade estudantil no ambiente escolar.</p> <p>3º momento: Breve retomada dos principais pontos abordados durante os Ateliês Formativos anteriores, seguido de apresentação do objetivo do 4º Ateliê.</p> <p>4º momento: Apresentar para os(as) participantes o que é um e-book; modelos, quais são os principais elementos que devem constar, com foco na elaboração do sumário.</p> <p>5º momento: Atividade- a partir das discussões realizadas no decorrer dos encontros, solicitar que os (as) participantes pensem quais seriam as dúvidas mais recorrentes sobre a implementação de um GE nas escolas e quais questões na opinião deles(as) deveriam ser abordadas no <i>e-book</i> para ajudar outros(as) estudantes em processo de criação de GE. As ideias dos(das) participantes serão listadas pela pesquisadora com o objetivo de construção do sumário prévio do <i>e-book</i>. Também fazer um levantamento das ideias dos(as) participantes sobre os possíveis títulos para o e-book.</p> <p>6º momento: Divisão de tarefas- a partir das ideias listadas para a construção do sumário, os (as) participantes ficarão responsáveis pelo envio de ideias e sugestões para a elaboração da obra.</p> <p>Encerramento: Firmar acordos, como data de devolutivas de sugestões e ideias dos(das) participantes, envio de material de apoio à construção de ideias e sugestões por parte deles(as). Avaliação do encontro- Nuvem de palavras na plataforma Mentimeter com três palavras que representam aprendizagens construídas no encontro.</p>	
--	--	---	--

Socialização da sistematização das produções iniciais	Socializar os resultados da sistematização das produções iniciais;	08 de agosto de 2022	Apresentação da sistematização do e-book e reajustes necessários; Levantamento dos possíveis títulos, sugestões de capas e ilustrações.	Esse encontro foi um desdobramento do 4º ateliê e também foi realizado pela pesquisadora de forma presencial.
---	--	----------------------	---	---

Fonte: Elaboração própria da autora, 2022.

Inicialmente, foi feita uma sensibilização através da apresentação da proposta de pesquisa, objetivando a identificação dos(das) possíveis colaboradores(as), os(as) quais manifestaram o interesse em participar da intervenção através de inscrição no *Google Forms*.

A avaliação das ações de intervenção foram feitas a partir das aprendizagens construídas ao longo dos encontros denominados Ateliês Formativos através do registro de aprendizagens construídas. Antes e ao final dos três (03) primeiros encontros foram disponibilizados dois (02) formulários do *Google Forms* para que os(as) estudantes registrassem os conhecimentos prévios e as aprendizagens construídos a partir das ações interventivas. Também foi aberto o espaço para que os(as) estudantes pudessem avaliar cada encontro através de ferramentas digitais como *Mentimeter*, registrando três palavras que representaram aprendizagens construídas em cada encontro.

LOCUS E COLABORADORES(AS) DA INTERVENÇÃO

A intervenção foi realizada em uma instituição de ensino da rede pública estadual, de grande porte, ofertante do Ensino Médio, a qual possui além da sede, mais quatro (04) anexos situados nos distritos de um município situado no Território de Identidade do Sisal. Os(as) colaboradores(as) da intervenção foram doze (12) estudantes de Ensino Médio, regularmente matriculados(as) nas turmas de 1º ao 3º ano, na escola sede, cuja escolha se deu através da adesão à pesquisa por meio de inscrição via *Google Forms*, considerando os critérios de inclusão que foram: aceitar participar da pesquisa de forma livre e voluntária, disponibilidade em participar da pesquisa, autorização dos pais ou responsáveis, assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) e possuir acesso à internet.

RESULTADOS ESPERADOS

Colaborar com a formação cidadã de estudantes do Ensino Médio, para que estes (as) tenham domínio teórico metodológico sobre gestão democrática, escola participativa e os espaços de participação e representatividade estudantil.

Contribuir com a formação acadêmica dos(das) estudantes para que percebam-se enquanto protagonistas no processo de construção de propostas pedagógicas mais contextualizadas com os interesses da juventude.

Valorizar os (as) jovens enquanto coparticipes da ação educativa e mobilizá-los(as) para a criação e atuação no grêmio estudantil na instituição *locus* da intervenção, promovendo assim, uma atuação mais efetiva e consciente na dinâmica escolar.

Contribuir para que os(as) jovens compreendam a importância de ampliar a interação e o diálogo entre estudantes, professores(as) e equipe gestora da unidade escolar, além do incentivo e apoio às atividades que potencializam o exercício da participação estudantil.

Colaborar com a construção do sentido de pertencimento dos(das) estudantes à comunidade escolar a partir da implicação com o contexto.

Construir um *e-book* com aspectos teórico metodológico concernente a criação do GE, espera-se traduzir através deste, a participação ativa dos(das) estudantes enquanto protagonistas do processo de construção colaborativa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; SOUZA, Vera Maria Nigro de (orgs.). **O Coordenador Pedagógico e a questão da contemporaneidade**. In.: FRANCO, Francisco Carlos. O Coordenador Pedagógico e a questão do protagonismo juvenil. 6º edição. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. **Juventude e escola**. In.: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares, organizadores. Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 11 ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MOMBERGER, Christine Delory. Formação e socialização: os ateliês biográficos de projeto. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.2, p. 359-371, maio/ago.2006.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Cortez, 2016.

PEREIRA, Antonio. **Pesquisa de intervenção em educação**. Salvador: Eduneb, 2019.

TEIXEIRA, Inês. Uma carta, um convite. In.: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares, organizadores. **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho Pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2019.

APÊNDICE B

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DE SERRINHA - CAMPUS XI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
EM INTERVENÇÃO EDUCATIVA E SOCIAL – MPIES**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MENOR

**ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA
COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº 510 /2016 DO CONSELHO
NACIONAL DE SAÚDE**

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do (a) participante: _____ - _____

Sexo: F () M () Data de Nascimento: ____ / ____ / ____

Nome do(a) responsável legal: _____

Documento de Identidade nº: _____

Endereço: _____ Complemento: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____

Telefone: () _____

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

**TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: GRÊMIO ESTUDANTIL E
GESTÃO DEMOCRÁTICA: PROPOSIÇÕES COM ESTUDANTES DO ENSINO
MÉDIO**

III - EXPLICAÇÕES DO (A) PESQUISADOR (A) AO (A) PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

Caro(a) senhor (a) seu filho (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: **GRÊMIO ESTUDANTIL E GESTÃO DEMOCRÁTICA: PROPOSIÇÕES COM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO** de responsabilidade da pesquisadora Janieli Lopes Ferreira, discente do Programa de Mestrado em Intervenção Educativa e Social da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação *Campus XI*, que tem como objetivo geral analisar o Grêmio Estudantil (GE) e sua constituição como instância para o desenvolvimento da participação estudantil e fortalecimento da gestão democrática, com vistas à construção de um *e-book* que subsidie a criação e implementação de GE, a partir da perspectiva de estudantes do Ensino Médio de uma Escola pública do Território de Identidade do Sisal-Bahia. A realização desta pesquisa trará benefícios por propor uma ação interventiva com foco na formação dos(das) estudantes para a participação no contexto escolar através da atuação em instâncias representativas, a exemplo do grêmio estudantil, o que é uma alternativa para que a escola possa promover uma proposta pedagógica mais contextualizada com os interesses destes(das) estudantes. Poderá trazer também como contributos o incentivo ao exercício do protagonismo juvenil e o fortalecimento da gestão democrática no âmbito das instituições públicas de ensino do Território de Identidade do Sisal. O produto resultante desta pesquisa será a construção colaborativa com os(as) estudantes de um *e-book* contendo aspectos teórico-metodológicos para a criação de grêmios estudantis, o que possibilitará a valorização dos(das) estudantes ao permitir a articulação entre a Universidade e a Educação Básica, a partir destes(as), enquanto protagonistas do processo de construção do conhecimento científico. Além disso, pode colaborar com o incentivo para que estes(as) estudantes sintam-se mobilizados(as) para a criação de GE como instância legítima de representatividade estudantil no âmbito da instituição *locus* da intervenção. Existe um “RISCO MÍNIMO” que seu(a) filho(a) se sinta constrangido(a) em se expressar durante os encontros de formação, mas a pesquisadora estará presente neste momento para lembrar que na pesquisa todas as opiniões serão respeitadas. Os encontros formativos estão previstos para ocorrer através da plataforma virtual *Google Meet*, cuja gravação de voz se dará em decorrência da necessidade de registrar as contribuições dos(das) estudantes, a partir de suas respostas às provocações feitas pela pesquisadora acerca das temáticas abordadas durante o processo formativo, visto que a principal fonte de coleta das informações serão os denominados ateliês formativos. Consequentemente, resultará na captura

das imagens pela própria plataforma *Meet*. Importante registrar e assumir o compromisso, no entanto, que esta pesquisa respeita o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, desta forma, a imagem e identidade do seu(a) filho(a) serão preservadas através da garantia de que não serão publicadas e/ou divulgadas em hipótese alguma. Assim, as gravações ficarão sob a guarda da pesquisadora e arquivadas no banco de dados do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social, da UNEB, Campus XI e serão deletados imediatamente após a conclusão da pesquisa.

A participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Caso queira, o(a) senhor(a) poderá, a qualquer momento, desistir de autorizar a participação e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação e a de seu filho(a) com a pesquisadora ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que o(a) senhor(a) apresentar serão esclarecidas pela pesquisadora e o(a) Senhor(a) queira poderá entrar em contato também com o Comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileiras é garantido ao(à) participante da pesquisa o direito à indenização caso ele(a) seja prejudicado(a) por esta pesquisa. O(a) senhor(a) receberá duas vias deste termo onde consta o contato dos(das) pesquisadores(as), nos quais poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e a participação, agora ou a qualquer momento.

IV. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS(DAS) RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:

Contato para dúvidas: Mestranda Janieli Lopes Ferreira, celular (75) 982937676. E-mail: 142110007@uneb.br.

Contato para dúvidas: Professora Dra. Selma Barros Daltro de Castro, celular (75)98807-1711. E-mail: scaastro@uneb.br.

Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UNEB Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-BA.CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2445 e-mail: cepuneb@uneb.br

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP SEPN 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF.

IV. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Após ter sido devidamente esclarecido(a) pelo(a) pesquisador(a) sobre os objetivos e benefícios da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa “GRÊMIO ESTUDANTIL E GESTÃO DEMOCRÁTICA: PROPOSIÇÕES COM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO”, e ter entendido o que me foi explicado, concordo em autorizar a participação de meu/minha filho(a) sob livre e espontânea vontade, como voluntário(a), consinto também que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos, desde que a identificação não seja realizada em hipótese alguma, através da divulgação de imagem ou qualquer outro mecanismo que vá de encontro a garantia do sigilo e/ou preservação da identidade bem como ao que reza o ECA. Por fim, assinarei este documento em duas vias, sendo uma destinada à pesquisadora e outra via destinada a mim.

Serrinha -Bahia, _____ de _____ de _____

Assinatura do (a) participante/ou responsável

Assinatura do pesquisador(a) discente

Assinatura do(da) professor(a) (orientador)

APÊNDICE C

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS XI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM INTERVENÇÃO
EDUCATIVA E SOCIAL – MPIES

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO (A) MENOR
CONFORME RESOLUÇÃO Nº 510 /2016 DO CONSELHO NACIONAL DE
SAÚDE

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada “GRÊMIO ESTUDANTIL E GESTÃO DEMOCRÁTICA: PROPOSIÇÕES COM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO. Seus pais permitiram que você participe. Queremos analisar o grêmio estudantil (GE) e sua constituição como instância para o desenvolvimento da participação estudantil e fortalecimento da gestão democrática, com vistas à construção de um *e-book* que subsidie a criação e implementação de GE, a partir da perspectiva de estudantes do Ensino Médio de uma Escola pública do Território de Identidade do Sisal. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu e você não terá nenhum problema se não aceitar ou desistir. Caso aceite, você participará de uma formação, com vistas a construção colaborativa de um *e-book* contendo aspectos teórico-metodológicos para a criação de Grêmios Estudantis, o que possibilitará a valorização dos(das) estudantes ao permitir a articulação entre a Universidade e a Educação Básica, a partir destes(as), enquanto protagonistas do processo de construção do conhecimento científico. Os encontros formativos estão previstos para ocorrer através da plataforma virtual *Google Meet*, cuja gravação de voz se dará em decorrência da necessidade de registrar as suas contribuições, a partir das respostas às provocações feitas pela pesquisadora acerca das temáticas abordadas durante o processo formativo, visto que a principal fonte de coleta das informações serão os denominados ateliês formativos, o que consequentemente, resultará na captura das imagens pela própria plataforma *Meet*. Importante registrar e assumir o compromisso, no entanto, que esta pesquisa respeita o que determina o

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, desta forma, a sua imagem e identidade serão preservadas através da garantia de que não serão publicadas e/ou divulgadas em hipótese alguma. Assim, as gravações ficarão sob a guarda da pesquisadora e arquivadas no banco de dados do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social, da UNEB, Campus XI e serão deletados imediatamente após a conclusão da pesquisa.

É possível que se sinta constrangido(a) em falar sobre as temáticas propostas nos encontros formativos, no entanto, a pesquisadora também estará presente neste momento para lembrar que na pesquisa todas as opiniões são respeitadas. A participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que a sua identidade será tratada com sigilo e você não será identificado(a). Caso você queira, poderá desistir. A pesquisadora irá respeitar sua vontade. Mas há coisas boas que podem acontecer com a realização deste projeto, pois poderá trazer benefícios para a escola, visto que a pesquisa busca mobilizar para a construção dos espaços de participação e representatividade estudantil, a exemplo da criação do grêmio estudantil, o que é uma alternativa para que a escola possa promover uma proposta pedagógica mais contextualizada com os interesses dos(das) estudantes. Ninguém saberá que você está participando da pesquisa, não falaremos com outras pessoas. Os resultados da pesquisa serão publicados, mas sem identificar de forma alguma, os(as) estudantes que participaram da pesquisa. Quando terminarmos a pesquisa os resultados serão publicados em jornais e revistas científicas e você também terá acesso a eles. Você ainda poderá nos procurar para tirar dúvidas pelos telefones:

Contato para dúvidas: Mestranda Janieli Lopes Ferreira, celular (75) 982937676. E-mail: 142110007@uneb.br.

Contato para dúvidas: Professora Dra. Selma Barros Daltro de Castro, celular (75) 98807-1711. E-mail: scastro@uneb.br.

Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UNEB Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2445 e-mail: cepuneb@uneb.br

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP SEPN 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF.

Eu, _____, aceito participar da pesquisa “GRÊMIO ESTUDANTIL E GESTÃO DEMOCRÁTICA: PROPOSIÇÕES COM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO”. Entendi os objetivos, as coisas ruins e as coisas boas

que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir. As pesquisadoras tiraram minhas dúvidas e conversaram com os (as) meus/minhas responsáveis. Recebi duas vias deste termo de assentimento, li e concordo em participar da pesquisa. Por fim, assinarei este documento em duas vias, sendo uma destinada a pesquisadora e outra via destinada a mim.

Serrinha -Bahia, _____ de _____ de _____

Assinatura do (a) participante

Assinatura do (a) pesquisador (a) discente
responsável

(Orientando(a))

Assinatura do (a) professor (a)

(orientador (a))

APÊNDICE D

Formulário de caracterização dos(das) colaboradores(as)

Por qual nome gostaria de ser identificado? (Qualquer identificação que não seja o seu nome real).

Idade

Turma:

- 1º ano único matutino
- 2º ano A matutino
- 2º ano B matutino
- 3º ano A matutino
- 3º ano B matutino
- 1º ano único vespertino
- 2º ano A vespertino
- 2º ano B vespertino
- 3º ano A vespertino
- 3º ano B vespertino
- 1º ano único noturno
- 2º ano único noturno
- 3º ano único noturno

4. Gênero

- Feminino Masculino Outro Prefiro não me identificar

5. Cor/raça

- Preto Pardo Amarelo Indígena Prefiro não me identificar

6. É líder de turma? Sim Não

7. Já atuou como líder de turma? Sim Não

8. Sua residência está situada: Na zona rural Na zona urbana

9. Sempre estudou em Escola Pública: Sim Não A maior parte do meu processo de escolarização Somente o Ensino Médio

10. Você utiliza o transporte escolar para se deslocar até a escola? Sim Não Vou a pé Utilizo transporte próprio (carro ou moto)

11. Participa ou já participou de algum tipo de organização (grupos de jovens, igrejas, etc)? Sim Não

12. Se você respondeu sim na questão anterior, especifique qual tipo de organização.
13. Já ouviu falar de Grêmios Estudantis? () Sim () Não
14. Caso sua resposta tenha sido sim na questão anterior, o que você já ouviu falar sobre Grêmios Estudantis?
15. Na sua Escola tem Grêmios Estudantis ativos? () Sim () Não
16. Já participou de Grêmios Estudantis? () Sim () Não
17. Se sua resposta foi sim na questão anterior, qual foi sua participação no Grêmios Estudantis? (Faça um breve relato).
18. Quais são as suas expectativas em relação ao projeto de intervenção intitulado "ATELIÊS DE FORMAÇÃO JUVENIL: PERSPECTIVAS E AÇÕES PARA A CRIAÇÃO DO GRÊMIO ESTUDANTIL? Como você acha que pode colaborar com o projeto?
19. Qual o melhor horário para participar dos encontros formativos online?
20. Você possui acesso à internet para participar dos encontros online?

APÊNDICE E

Formulário anterior ao Ateliê Formativo virtual 01-Escola como espaço de participação da juventude

1. Você já ouviu falar sobre a escola enquanto espaço de participação estudantil? ()
Sim Não () É a primeira vez que ouço ()

2.Independente da sua resposta anterior, fale com suas palavras o que você entende por "Escola enquanto espaço de participação estudantil".

3. Você conhece o Regimento Escolar da sua Escola? () Sim Não () Sei que existe, mas não sei nada sobre ()

4. Você sabia que o Regimento escolar aponta alguns espaços de participação e representatividade estudantil no ambiente escolar? () Sim Não ()

5.Você sabia que a participação do estudante no cotidiano escolar é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado por leis complementares como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e o PNE (Plano Nacional da Educação), além de ser contemplada também nas Legislações e portarias da Secretaria de Educação do Estado da Bahia como forma de garantia da gestão democrática? () Sim Não ()

6.Já ouviu falar em gestão escolar democrática? () Sim Não ()

7.Independente da sua resposta anterior, fale com suas palavras o que você entende por gestão escolar democrática.

8.A participação/representatividade do estudante no ambiente escolar pode ocorrer de diversas maneiras. Assinale SOMENTE as alternativas em que você já ouviu falar que pode ocorrer essa participação e/ou representatividade estudantil ou até mesmo que você participa ou já tenha participado.

() Em todas as decisões da escola, envolvendo inclusive as decisões relacionadas a aplicação de recursos financeiros;

() Como representante de turma (líder e vice-líderes);

() Como membro do grêmio estudantil ou se colocando em assembleias/reuniões;

() Nas práticas e projetos pedagógicos, interagindo, optando, propondo e criando junto com o(a) professor(a) e seus(as) colegas;

() Na política pública educacional, se envolvendo em movimentos e coletivos estudantis;

No conselho de classe participativo (através da representatividade dos(das) líderes, por exemplo);

No colegiado escolar;

Na construção do projeto político pedagógico da escola;

Sei somente da participação como líderes de classe;

Nunca ouvi falar de nenhuma dessas alternativas;

9. Você considera que a participação estudantil é importante no ambiente escolar? Por quê?

10. Na sua opinião, a sua escola tem possibilitado espaços para a participação dos(das) estudantes?

Sim Não Em partes Pouco

11. Considerando os espaços de participação estudantil no ambiente escolar que você sabe que existem, já ouviu falar ou já participou, você acha que a escola tem possibilitado aos(às) estudantes conhecer e atuar nesses espaços?

Sim Não Precisa possibilitar aos(às) estudantes quais são esses espaços que eles(elas) podem participar e ter representatividade, pois muitos(muitas) não conhecem quais são esses espaços. Também precisa de incentivo para que possam participar mais

12. Deixe aqui sugestões para que a escola possa melhorar no que se refere à participação estudantil.

APÊNDICE F

Formulário posterior ao Ateliê Formativo virtual 01-Escola como espaço de participação da juventude

Você acha que o encontro contribuiu para a sua formação enquanto estudante? () Sim () Não () Pouco () Em partes

De que forma o encontro contribuiu para a sua formação enquanto estudante?

Relate o que você aprendeu acerca da importância da participação estudantil no ambiente escolar.

Relate o que você aprendeu sobre o papel da participação do estudante na melhoria da escola.

Com a participação no 1º Ateliê foi possível perceber que existem espaços para o estudante atuar no ambiente escolar que você não sabia que existia ou outros além dos que você já conhecia? Cite esses espaços.

Você acha que somente as Leis Nacionais e Portarias Estaduais garantem a efetivação da gestão democrática? () Sim () Em partes () Se a escola cumprir as leis

() Não, é preciso que a escola crie alternativas a exemplo da abertura de espaços para que os(as) estudantes e toda a comunidade escolar possam participar mais ativamente de todas as ações da escola e também mobilize para que essa participação ocorra enquanto alternativa que contribui para a garantia da gestão democrática, como prever a legislação.

Para tornar a escola um espaço mais atrativo, você sugere: () Maior participação dos(das) estudantes nas decisões da escola; () Mais aulas; () Ouvir menos os(as) estudantes na tomada de decisão; () Realizar mais encontros entre estudantes, professores(as) e gestão escolar; () Ter mais atividades avaliativas; () Incentivo a realização de atividades mais lúdicas e interativas dentro e fora da sala de aula.

Na sua opinião, de que forma você enquanto estudante pode contribuir com a melhoria da escola?

Deixe aqui algo que você tenha gostado no primeiro encontro e/ou sugestões para o próximo.

APÊNDICE G

Formulário anterior ao Ateliê Formativo virtual 02 - “Grêmios estudantis e o papel da juventude na gestão democrática”

Marque a alternativa que representa o seu entendimento sobre gestão democrática na escola:

() É a figura do diretor como sujeito mais importante na tomada de decisões, pois nesse modelo de gestão ele é o chefe e, portanto, pais, estudantes, professores(as) e funcionários(as) devem acatar suas decisões;

() Gestão democrática pode ser entendida como um modelo de gestão que cria estratégias para que haja a participação coletiva de pais, professores(as), estudantes, funcionários e toda a comunidade escolar em todo o processo educacional, ou seja, tanto na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos quanto na administração dos recursos, propondo, sugerindo e avaliando todo esse processo;

() Gestão democrática é a eleição de diretores, líderes de classe e membros do colegiado escolar para atender apenas às exigências da Secretaria de Educação.

Atualmente, o que você entende por grêmios estudantis?

Marque todas as alternativas em que você considera que são ações que podem ser desenvolvidas pelo grêmios estudantis:

() Representar os(as) estudantes nos processos de decisões da escola

() Reunir os(as) estudantes para a discussão de seus direitos e deveres, debatendo assuntos diversos sobre a escola

() Promover ações, projetos, atividades culturais, esportivas, sociais e de cidadania

() Incentivar os(as) estudantes a lutar democraticamente por seus direitos

() Levar reclamações e sugestões à gestão escolar, professores e comunidade, a partir da compreensão que a voz estudantil deve ser ouvida

() Lutar pela melhoria da escola, tornando-a um espaço mais democrático

() Promover o diálogo entre estudantes e os profissionais que atuam na unidade, como professores(as), coordenadores(as) e diretores(as)

() Somente participar dos eventos e ainda quando for convocado(a)

() Votar nas eleições para a escolha de diretores(as) e de membros do colegiado escolar

Cobrar a prestação de contas dos recursos recebidos além de sugerir a aplicação desses recursos de acordo com as necessidades e demandas da escola e dos(das) estudantes

Tomar decisões sem considerar os(as) demais estudantes, pois os membros do grêmio ocupam uma posição superior

A partir da discussão sobre participação estudantil, na sua opinião, o grêmio estudantil se relaciona com a gestão democrática? Sim Não

Na sua opinião, o grêmio estudantil pode colaborar para o desenvolvimento de uma gestão mais democrática? Por quê?

Na sua opinião, como você, enquanto estudante, pode colaborar com o desenvolvimento de uma gestão mais democrática na escola?

Na sua opinião, o grêmio estudantil pode trazer benefícios para a escola? Sim

Não

Na sua opinião, quais são os benefícios da criação de um grêmio estudantil para a escola?

Você participaria de um grêmio estudantil? Sim Não Talvez

APÊNDICE H

Formulário posterior ao Ateliê Formativo virtual 02 - Grêmios estudantis e o papel da juventude na gestão democrática

A partir da discussão sobre gestão democrática, marque a alternativa que apresentam elementos fundamentais para a concretização desse modelo de gestão:

- Escuta, comunicação, diálogo, participação, cooperação e decisões coletivas;
- Imposição, ordem, hierarquia e diálogo;
- Escuta, liderança, ordem e imposição;
- Participação, responsabilidades, direção escolar e ordens

A partir da discussão sobre grêmios estudantis e o papel da juventude na gestão democrática, marque as alternativas que, na sua opinião, justificam a relação entre o grêmios e esse modelo de gestão.

O grêmios estudantis se relaciona com o modelo de gestão democrática, pois pode ser compreendido como um canal de participação estudantis na gestão que possibilita o envolvimento, a representatividade e atuação ativa dos(as) estudantes em toda a dinâmica da escola.

O grêmios estudantis se relaciona com a gestão democrática, pois possibilita uma maior abertura de diálogo entre estudantes, professores(as), gestor(a), coordenador(a) e todos os segmentos que compõem a escola.

O grêmios estudantis NÃO se relaciona com a gestão democrática, pois participa apenas um grupo de estudantes;

O grêmios estudantis se relaciona com a gestão democrática, pois tem como papel atender os interesses da gestão escolar.

Marque as alternativas que representam como o estudante pode colaborar com a gestão democrática na escola:

- Participando ativamente de grêmios estudantis
- Atuando como representante de turmas líderes e vice-líderes (por exemplo)
- Participando de assembleias e reuniões
- Atuando como representantes de conselhos e colegiado escolar
- Levando proposições e reivindicações junto a gestão escolar para a melhoria da escola

Participando somente das aulas e fazendo suas atividades

Sendo um sujeito passivo, pois é dever do diretor promover uma gestão democrática
Sobre a colaboração do estudante na construção de uma gestão democrática você considera que essa colaboração aconteça:

Pelo simples fato de estar na escola, participando das reuniões apenas para ouvir e acatar o que foi dito pelo grupo gestor

O(A) estudante colabora para uma gestão democrática a partir da participação efetiva, ou seja, não só ouvindo, mas discutindo, opinando e contribuindo para a melhoria e o funcionamento do ambiente escolar

Marque alternativas de ações que você considera serem responsabilidades do grêmio estudantil:

Colaborar na realização de eventos festivos, esportivos e culturais

Participar do Colegiado Escolar

Determinar dias letivos e não letivos

Realizar matrícula de novos(as) estudantes

Opinar em assuntos de interesse dos(das) estudantes junto à gestão

Fique à vontade para citar outras ações que você considera de responsabilidade e interesse do grêmio estudantil.

Assinale a alternativa que na sua opinião representa contribuições do grêmio para a formação dos(das) estudantes:

Possibilita o desenvolvimento da autonomia, do protagonismo juvenil e a formação para o exercício da cidadania dentro e fora da escola;

Possibilita o desenvolvimento da liderança para dar ordens na tomada de decisões dentro e fora da escola;

Possibilita uma maior formação para se dar bem nas provas de vestibulares e ENEM;

Possibilita uma formação passiva, ou seja, o aluno só ouve e espera que os outros representem as decisões do coletivo;

09. Fique à vontade para registrar aqui quais foram as aprendizagens construídas no encontro de hoje.

APÊNDICE I

Formulário anterior ao Ateliê Formativo virtual 03- Dialogando sobre a criação de um Grêmio Estudantil

Você conhece as etapas de criação de um grêmio estudantil?

Sim Não

Independentemente de sua resposta anterior cite as etapas que você acha que são necessárias para a criação de um grêmio.

Marque as alternativas que na sua opinião indicam as etapas de criação de um grêmio estudantil.

O grupo que pretende formar o grêmio comunica à direção da escola, divulga a proposta entre os alunos, convidando os interessados e os representantes de classe (se houver) para formar a Comissão Pró-Grêmio.

Este grupo elabora uma proposta de estatuto que será discutida e aprovada pela Assembleia Geral.

A Comissão Pró-Grêmio convoca todos os alunos da escola para participar da Assembleia Geral com o objetivo de definir nome do grêmio, período de campanha das chapas, a data das eleições, aprova o Estatuto do Grêmio e define os membros da Comissão Eleitoral.

Os alunos se reúnem e formam as chapas que concorrerão à eleição e apresentam suas ideias e propostas para o ano de gestão no Grêmio Estudantil.

A Comissão Eleitoral organiza a eleição.

A comissão Pró-Grêmio envia uma cópia da Ata de Eleição e do Estatuto para a direção da escola e organiza a cerimônia de posse da diretoria do Grêmio.

Os interessados em montar o grêmio fazem sua chapa e montam a eleição sem a necessidade de comissões;

Os interessados em montar o grêmio comunicam a gestão e a partir daí já podem atuar sem precisar eleição;

Não precisa de etapas, basta comunicar a gestão que querem criar um grêmio estudantil;

Conhece os documentos que devem ser elaborados para a criação de um grêmio estudantil? Sim Não

Independentemente de sua resposta anterior, liste quais são os documentos que, na sua opinião, são necessários para a elaboração de um grêmio.

Marque a alternativa que na sua opinião apresentam documentos necessários a criação de um grêmio estudantil:

Estatuto, Regimento, Ata de Eleição, Ata de Posse da Diretoria do Grêmio, Ata de Reunião, Ata de Criação do Grêmio.

Ofício, ata, cédula eleitoral, regimento e anexos

Estatuto, ata de votação, ata da diretoria e termo de autorização do diretor

Conhece quais são os cargos que fazem parte de um grêmio estudantil? Sim

Não Alguns

Liste aqui se sua resposta anterior foi sim ou alguns.

Marque a alternativa que na sua opinião são cargos que compõem um grêmio escolar:

Presidente, Vice-presidente, Primeiro Secretário, Tesoureiro Geral, Primeiro Tesoureiro, Diretor Social, Diretor de Comunicação, Diretor de Esporte e Lazer, Diretor de Cultura, Diretor de Políticas Educacionais;

Presidente, vice presidente e diretor geral;

Secretário, tesoureiro e diretor de esportes;

Diretor de cultura e lazer, Presidente e vice- presidente;

Líder, vice-líder, presidente e vice presidente;

Tesoureiro, secretário geral e presidente;

Considerando o seu conhecimento atual você saberia se organizar para montar um grêmio estudantil?

Sim Não, preciso primeiro conhecer melhor as etapas de criação, os cargos que o compõem e como funciona um grêmio estudantil.

Marque as alternativas que na sua opinião representam desafios para o estudante mobilizar-se para montar um grêmio.

Falta de conhecimento sobre o grêmio, etapas de criação e documentos que devem ser elaborados para a criação de um grêmio;

Falta de interesse da minha parte;

Falta de interesse da parte de outros(as) estudantes para compor uma chapa

Falta de conhecimento sobre o direito de organização estudantil e os benefícios de um grêmio para a escola;

Não há desafios, basta organização;

Falta de incentivo por parte das escolas para que os(as) estudantes conheçam o que é um grêmio e despertem o interesse para compor um.

Fique à vontade para registrar outros desafios que não foram contemplados na questão anterior, mas você considera.

Ao considerar que é direito dos(das) estudantes se organizarem para a criação de grêmios escolares desde o ensino fundamental até o ensino médio, lembre das escolas que você estudou até aqui. Na sua opinião, sempre houve incentivo para que os(as) estudantes conhecessem o que é um grêmio e, conseqüentemente, despertassem o interesse para participar de um?

Sim Não Somente agora no Ensino Médio e através desse projeto que fui conhecer um pouco sobre o grêmio; Algumas das escolas que passei tinha esse incentivo, mas muito pouco; A maioria das escolas que passei tinha esse incentivo

APÊNDICE J

Formulário posterior ao Ateliê Formativo virtual 03- Dialogando sobre a criação de um Grêmio Estudantil

1. A partir das discussões realizadas até aqui você considera uma tarefa fácil criar um grêmio estudantil?

Sim Não

2. Independente da sua resposta anterior, justifique por quê.

3. A partir das discussões apresentadas você se sente preparado para montar uma chapa para a composição de um grêmio estudantil?

Sim Não Talvez

4. Justifique sua resposta anterior.

5. Marque as alternativas que você considera importantes para que os(as) estudantes possam despertar para a criação de um grêmio estudantil.

Iniciativa própria dos(das) estudantes para que seja uma organização autônoma, mas também de formação política para compreender o que é um grêmio, para que serve e como funciona, pois nem todos os(as) estudantes conhecem;

Vontade para se organizar enquanto entidade estudantil

Autorização da gestão e vontade própria dos(das) estudantes

Vivenciar experiências que possibilite o conhecimento sobre o grêmio estudantil e abertura de espaços dentro da própria escola para que os(as) estudantes possam se articular para a criação de um grêmio;

O primeiro passo é a formação de lideranças estudantis para que conheçam os aspectos referentes ao grêmio e, posteriormente, vontade própria dos(das) estudantes para o engajamento na formação de grêmios.

6. Marque as alternativas que na sua opinião se constitui como um desafio para a formação de grêmios nas escolas:

Falta formação para que os(as) estudantes compreendam o que é um grêmio e como ele funciona;

Falta de interesse por parte dos próprios(as) estudantes em fazer parte desses espaços de organização estudantil;

() Falta de fomento da própria escola para que os(as) estudantes possam despertar de forma autônoma para organizarem-se enquanto representatividade estudantil através dos grêmios

7. Diante do que foi discutido até aqui, percebemos que o grêmio traz inúmeros benefícios para a escola e para a formação dos(das) estudantes, mas é preciso considerar que pode gerar alguns desafios para a sua manutenção no ambiente escolar, fugindo assim da finalidade para que é criado. Leia as alternativas abaixo e marque as que você considera como desafios que podem comprometer a atuação do grêmio nas escolas.

() Influência por parte da gestão escolar, ou seja, a gestão tenta interferir para que as decisões e ações do grêmio estudantil não provoquem para as questões que precisam ser melhoradas por ser mais cômodo permanecer como está.

() Conflitos de interesses entre professores, gestores, coordenadores, pois o papel do grêmio é também trazer provocações que possibilitem melhorias ao ambiente escolar a partir das necessidades levantadas pelos próprios(as) estudantes;

() Conflito de interesses entre os próprios(as) estudantes, pois o grêmio deve representar o coletivo e não pequenos grupos;

() Um grêmio sem autonomia, ou seja, só desenvolve ações com a autorização da gestão, o que impossibilita o desenvolvimento do protagonismo estudantil e perde o caráter de organização de representatividade autônoma;

() Falta de momentos destinados a reuniões de escuta, planejamentos de ações contextualizadas com os interesses dos(das) estudantes;

() Dificuldade de articulação entre os(as) estudantes, tendo em vista a luta pelos interesses coletivos;

() Falta de continuidade das ações do grêmio, tendo em vista que a cada ano, reinicia o processo eleitoral e os(as) estudantes precisam estar engajados para a manutenção do grêmio escolar;

() Falta de abertura de espaços para que os(as) estudantes participem ativamente de toda a dinâmica escolar e exercitem o protagonismo estudantil;

() Outros;

8. Fique à vontade para registrar outras questões que não foram contempladas na questão anterior.

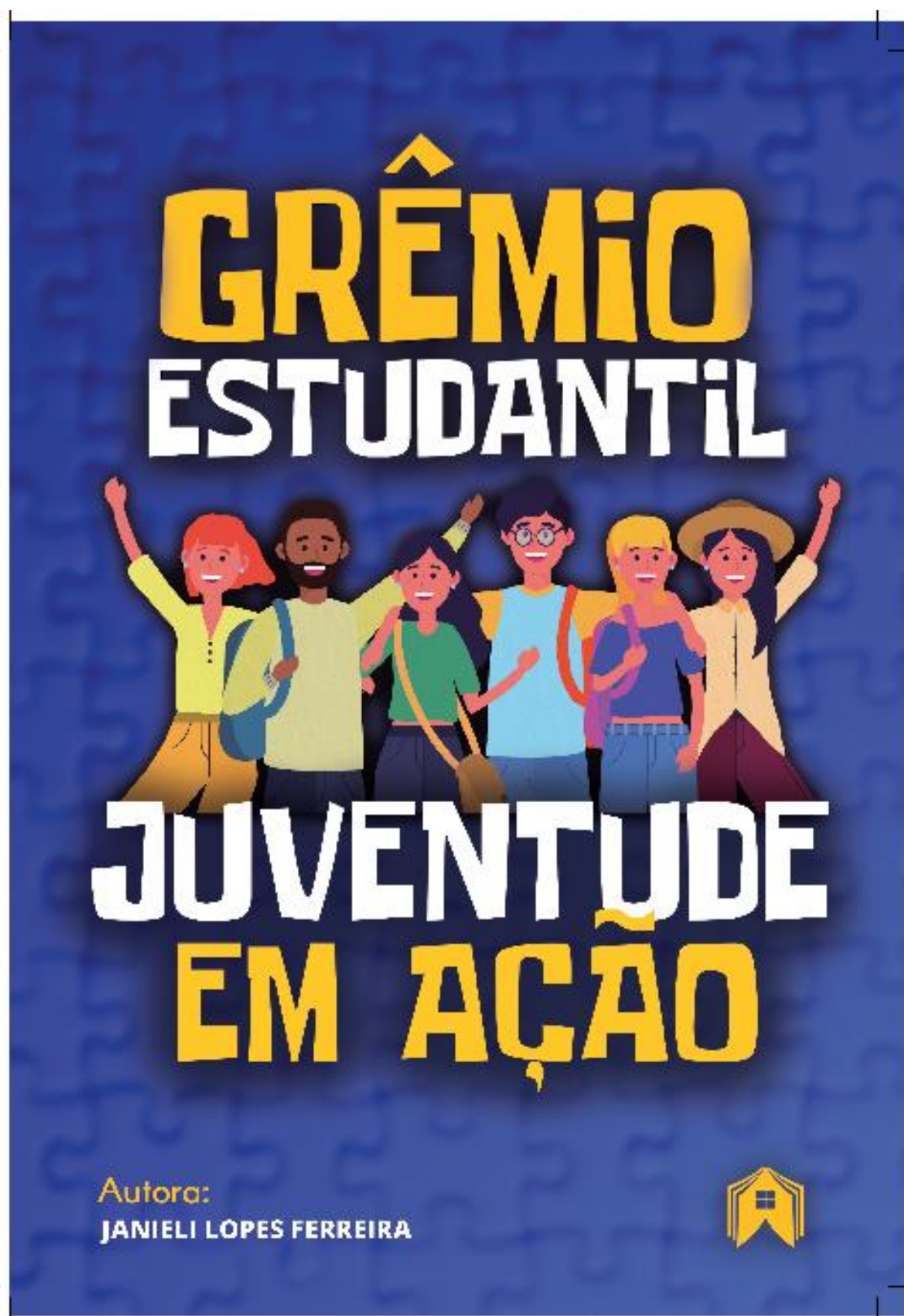
9. Se você fosse fazer parte de um grêmio estudantil, marque a alternativa ou as alternativas que representa/em o cargo que você ocuparia:

- () Presidente
- () Vice-presidente
- () Primeiro(a) Secretário(a)
- () Tesoureiro Geral
- () Primeiro Tesoureiro
- () Diretor Social
- () Diretor de Comunicação
- () Diretor de Esporte e Lazer
- () Diretor de Cultura
- () Diretor de Políticas Educacionais

10. Agora justifique sua escolha.

11. Registre aqui as aprendizagens construídas e outras coisas que gostariam de acrescentar.

APÊNDICE K



Valdemir Paiva
EDITOR-CHEFE

Éverson Ciriaco
DIREÇÃO EDITORIAL

Katlyn Lopes
DIREÇÃO EXECUTIVA

Victor Malucelli
COORDENAÇÃO EDITORIAL

Paula Zettel
DESIGN DE CAPA

Juliana Mendonça
DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO

Karina Obrzut
REVISÃO DO TEXTO

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
BIBLIOTECÁRIA: MARIA ISABEL SCHIAVON KINASZ, CRB9 / 626

F383g Ferreira, Janieli Lopes
Grêmio estudantil: juventude em ação [recurso eletrônico] / Janieli Lopes Ferreira – 1.ed. - Curitiba: Editorial Casa, 2023.
78p.: il.; 23cm

ISBN 978-65-5399-226-9

1. Estudantes. 2. Grêmio estudantil. I. Título.

CDD 371.83 (22.ed)
CDU 371.214

Nº. de Registro Doi: 10.55371/ 978-65-5399-226-9

1ª edição – Ano 2023

Copyright © Editorial Casa, 2023

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

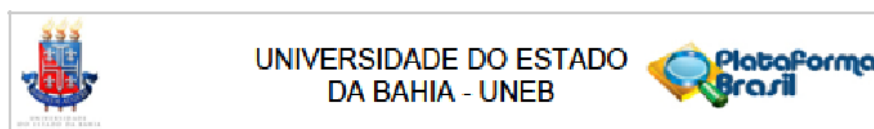
É proibida a reprodução total ou parcial, mediante quaisquer meios, sem a expressa anuência desta editora.

Não encontrando nossos títulos na rede de livrarias conveniadas e informadas em nosso site, contatar o Editorial Casa.



Praça Generoso Marques, 27, 14º andar – Centro | CEP 80020-230 | Curitiba-PR
Telefone: (55) (41) 3264-9696 | E-mail: contato@editorialcasa.com.br
www.editorialcasa.com.br

ANEXO A



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: GRÊMIO ESTUDANTIL E GESTÃO DEMOCRÁTICA: PROPOSIÇÕES COM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

Pesquisador: JANIÉLI LOPES FERREIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 52250721.5.0000.0057

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.080.748

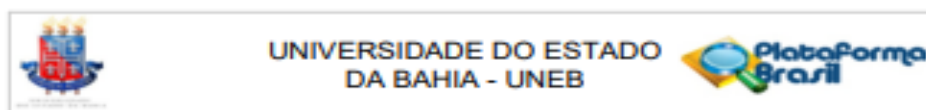
Apresentação do Projeto:

O projeto é vinculado ao Programa de Pós-graduação em Intervenção Educativa e Social da UNEB de Serrinha na Bahia.

Desenho do projeto de autoria da pesquisadora e enviado em 23/10/2021:

"A pesquisa será desenvolvida em uma Escola Estadual ofertante do Ensino Médio, situada no Território de Identidade do Sisal e possui enquanto objeto de estudo o Grêmio Estudantil. A partir da atuação da pesquisadora enquanto coordenadora pedagógica surgiu a seguinte pergunta: como o Grêmio Estudantil pode se constituir instância para o desenvolvimento do protagonismo juvenil e fortalecimento da gestão democrática a partir da perspectiva de estudantes do Ensino Médio de uma escola pública do Território de Identidade do Sisal? Assim, se instituiu como objetivo geral: analisar como o Grêmio Estudantil pode se constituir instância para o desenvolvimento do protagonismo juvenil e fortalecimento da gestão democrática a partir da perspectiva de estudantes do Ensino Médio de uma Escola pública do Território de Identidade do Sisal. Para tanto, o estudo se constitui em uma pesquisa de intervenção com inspiração na pesquisa colaborativa e abordagem qualitativa. Também, se utilizará da análise documental sobre Grêmio Estudantil no acervo de documentos disponíveis no site da Secretaria de Educação do Estado da Bahia como estratégia para a coleta de informações, juntamente com os ateliês formativos que se constituem

Endereço: Rua Siveira Martins, 2555	CEP: 41.195-001
Bairro: Cabula	
UF: BA	Município: SALVADOR
Telefone: (71)3117-2399	Fax: (71)3117-2399 E-mail: cepuneb@uneb.br



Continuação do Projeto: 5.080.746

como a principal fonte de coletas das informações e também a intervenção. Os colaboradores da pesquisa serão estudantes das turmas de 1º ao 3º ano do Ensino Médio, da referida escola. Diante disso, a escolha dos estudantes se dará mediante sensibilização e posterior adesão desses estudantes, através de inscrição realizada por meio do Google forms, ou em último caso, se não houver adesão, será realizado convite a dois representantes por turma. Como forma de análise e apresentação dos resultados, será utilizada análise de conteúdo a partir da triangulação dos dados, com vistas à construção do produto caderno orientador no formato de E-book, cujo objetivo será apresentar aspectos teóricos- metodológicos e orientações para a criação dos GE nas unidades escolares de ensino médio do Estado da Bahia, a partir da colaboração dos estudantes. A escrita final da dissertação será dividida em três capítulos, concernentes aos objetivos específicos da pesquisa e aos procedimentos metodológicos. No primeiro capítulo será desenvolvida a introdução e o percurso metodológico. O segundo capítulo será intitulado "o Grêmios Estudantil como instância máxima e legítima de participação dos estudantes no ambiente escolar e sua relação com a gestão democrática e participativa". O terceiro capítulo será intitulado "Protagonismo juvenil e sua implicação para a unidade escolar". Por fim, análise e discussão dos resultados e as considerações finais".

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar como o Grêmios Estudantil pode se constituir instância para o desenvolvimento do protagonismo juvenil e fortalecimento da gestão democrática, com vistas à construção de um caderno orientador no formato de E-book que subsidie a criação e implementação de GE, a partir da perspectiva de estudantes do Ensino Médio de uma Escola pública do Território de Identidade do Sisal.

Objetivo Secundário:

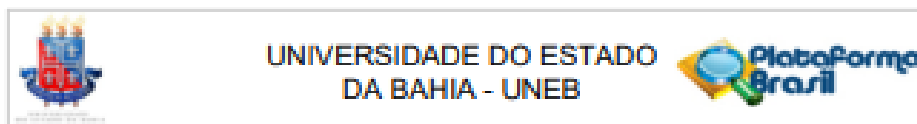
Discutir o Grêmios Estudantil como instância máxima e legítima de participação dos estudantes no ambiente escolar e sua relação com a gestão democrática e participativa;

Conceituar protagonismo juvenil e sua implicação para a unidade escolar;

Realizar ateliês formativos com estudantes de uma escola do Ensino Médio sobre aspectos teórico-metodológicos do Grêmios Estudantil;

Construir com os estudantes um caderno orientador no formato de E-book que subsidie a criação e implementação de Grêmios Estudantil em escolas no Território do Sisal-Bahia.

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555
Bairro: Cabula **CEP:** 41.195-001
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3117-2399 **Fax:** (71)3117-2399 **E-mail:** capuneb@uneb.br



Continuação do Formulário: 0.080.0168

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos e Benefícios informados conforme orienta a Resolução nº 510/16.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante e exequível.

A metodologia proposta bem como os critérios de inclusão e exclusão e cronograma são compatíveis com os objetivos propostos no projeto. No entanto, não discorre claramente para os participantes o motivo científico da filmagem de menores de idade. Tendo em vista a epistemologia de um projeto científico que pode trazer incongruências e inadequações dos envolvidos na atividade, aumentado o potencial de maleficência quando se trata de menores de idade. Por isso, seu uso deve para análise dos dados e nunca para publicação, deve vir acompanhada do tempo da guarda, quando e como será destruída. Essas informações devem estar claras no TCLE que é o convite e a comprovação da eticidade do projeto, favor verificar e ajustar as informações sobre o uso de imagem. Se forem ilustrativas devem ser retiradas do protocolo de pesquisa.

A pesquisadora ajustou as inadequações explicitando o motivo da imagem por conta da pesquisa se efetivar online e que as imagens e voz serão para análise dos dados e não para publicação.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

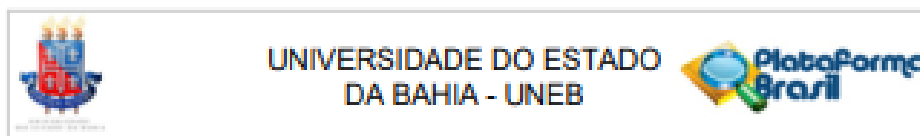
As declarações apresentadas são condizentes com as Resoluções que norteiam a pesquisa envolvendo seres humanos. Os pesquisadores envolvidos com o desenvolvimento do projeto apresentam declarações de compromisso com o desenvolvimento do projeto em consonância com a Resolução 466/12 CNS/MS, bem como com o compromisso com a confidencialidade dos participantes da pesquisa e as autorizações das instituições proponente e coparticipante.

O TCLE/Assentimento apresentados possuem uma linguagem clara e acessível aos participantes da pesquisa e atende ao disposto na resolução 466/12 CNS/MS contendo todas as informações necessárias ao esclarecimento do participante sobre a pesquisa bem como os contatos para a retirada de dúvidas sobre o processo.

Recomendações:

A pesquisadora deve ter atenção aos prazos de encaminhamento dos relatórios parcial e/ou final. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de

Endereço: Rua Sílvio Martins, 2555			
Bairro: Cabula		CEP: 41.102-001	
UF: BA	Município: SALVADOR		
Telefone: (71)3117-2399	Fax: (71)3117-2399	E-mail: cepunebi@uneb.br	



Continuação do Parecer: 5.080.746

aprovação do projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos participantes, respeitando os princípios da autonomia, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade.

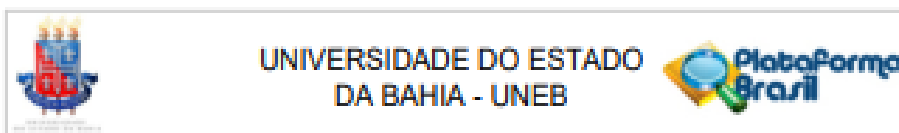
Considerações Finais a critério do CEP:

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos sujeitos da pesquisa tendo respeitado os princípios da autonomia dos participantes da pesquisa, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.52250721.5.0000.0057

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PS_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1832113.pdf	23/10/2021 18:40:06		Aceito
Brochura Pesquisa	BROCHURADEPESQUISA.pdf	23/10/2021 18:39:07	JANIELI LOPES FERREIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetodepesquisadetalhado.pdf	23/10/2021 18:38:21	JANIELI LOPES FERREIRA	Aceito
Parecer Anterior	PARECERANTERIOR.pdf	23/10/2021 18:37:14	JANIELI LOPES FERREIRA	Aceito
Outros	CARTAEMRESPOSTAASPENDENCIAS.pdf	23/10/2021 18:26:19	JANIELI LOPES FERREIRA	Aceito
Outros	TALE.pdf	23/10/2021 18:24:42	JANIELI LOPES FERREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	23/10/2021 18:17:42	JANIELI LOPES FERREIRA	Aceito
Outros	TERMODECONFIDENCIALIDADE.pdf	30/09/2021 18:53:18	JANIELI LOPES FERREIRA	Aceito
Outros	AUTORIZACAODACOPARTICIPANTE.pdf	30/09/2021 18:42:10	JANIELI LOPES FERREIRA	Aceito

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555
 Bairro: Cabula CEP: 41.195-001
 UF: BA Município: SALVADOR
 Telefone: (71)3117-2399 Fax: (71)3117-3399 E-mail: cepuneb@uneb.br



Continuação do Parecer: 5.080.798

Declaração de concordância	DECLARACAODECONCORDANCIA.pdf	30/09/2021 18:19:04	JANIELI LOPES FERREIRA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	30/09/2021 18:17:40	JANIELI LOPES FERREIRA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DeclaraçãodePesquisadores.pdf	30/09/2021 15:42:03	JANIELI LOPES FERREIRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DeclaraçãodeInstituiçãoeInfraestrutura.pdf	30/09/2021 15:20:29	JANIELI LOPES FERREIRA	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	30/09/2021 15:15:32	JANIELI LOPES FERREIRA	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto.pdf	30/09/2021 13:43:34	JANIELI LOPES FERREIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SALVADOR, 05 de Novembro de 2021

Assinado por:
Aderval Nascimento Brito
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Sílexis Martins, 2555
Bairro: Cabula CEP: 41.195-001
UF: BA Município: SALVADOR
Telefone: (71)3117-2399 Fax: (71)3117-2399 E-mail: copuneb@uneb.br